

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNI-RIO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE – CCBS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM E BIOCÊNCIAS
PPGENFBIO

JULIETA BRITES FIGUEIREDO

EM NOME DA CIÊNCIA: A REVISTA DO BRASIL E AS REPRESENTAÇÕES
EUGÊNICAS/HIGIÊNICAS, NO PERÍODO LOBATIANO (1918-1925)

RIO DE JANEIRO

2019

JULIETA BRITES FIGUEIREDO

***EM NOME DA CIÊNCIA: A REVISTA DO BRASIL E AS REPRESENTAÇÕES
EUGÊNICAS/HIGIÊNICAS, NO PERÍODO LOBATIANO (1918-1925)***

**Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor, ao Programa de
Pós-Graduação em Enfermagem e Biociências –
PPGENFBIO. Área de Concentração:
ENFERMAGEM, BIOCIÊNCIAS, SAÚDE,
AMBIENTE E CUIDADO.**

**Orientador: Prof. Dr. Wellington Mendonça de
Amorim.**

Rio de Janeiro

2019

F471

Figueiredo, Julieta Brites

EM NOME DA CIÊNCIA: A REVISTA DO
BRASIL E AS REPRESENTAÇÕES
EUGÊNICAS/HIGIÊNICAS, NO PERÍODO

LOBATIANO (1918-1925) / Julieta Brites Figueiredo. -

- Rio de Janeiro, 2019.

134f

1. Revista do Brasil. 2. Higiene/Eugenia. 3.
Monteiro Lobato . 4. Jeca Tatu. 5. Nova História
Cultural. I. Amorim, Prof. Dr. Wellington Mendonça

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Julietta Brites Figueiredo

Em nome da ciência: a Revista do Brasil e as representações Eugênicas/Higiênicas, no período Lobatiano (1918-1925)

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Biociências, Área de Concentração: ENFERMAGEM, BIOCÊNCIAS, SAÚDE, AMBIENTE E CUIDADO.

Aprovada em 13 de fevereiro de 2019.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Wellington Mendonça de Amorim (Orientador) – UNIRIO

Prof. Dr. Luiz Henrique Chad Pellon – UNIRIO

Prof^a. Dr^a. Tânia Maria de Almeida Silva – UERJ

Prof^a. Dr^a. Lílian Fernandes Arial Ayres – UFV

Prof. Dr. José Ribamar Bessa Freire - UNIRIO

Prof. Dr. Fernando Rocha Porto – UNIRIO

Prof^a. Dr^a. Érika Bicalho de Almeida - FCMSJF

Rio de Janeiro

2019

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa a todos as pessoas que de alguma forma, sofrem ou sofreram algum tipo de preconceito seja pela sua cor da pele, características físicas, gênero, orientação sexual, origem de nascença, deficiência física ou sofrimento mental, que precisam constantemente lutar pelo seu espaço e existência.

Dedico também, a todos os meus familiares, descendentes de indígenas (Aldeia guajajara-Maranhão), em especial aos mais velhos, que no início da década de 1950, corajosamente, vieram para o Rio de Janeiro, de navio, em três meses de viagem, em condições insalubres, fugindo da miséria do interior do Maranhão, em busca de uma vida mais digna, se instalando em um terreno, na beira do rio, na Baixada Fluminense, construindo com as próprias mãos uma casa de estuque com madeira de palmeira. Apesar de todas as dificuldades e contra todas as expectativas, demonstraram que não tinham nada de *indolentes*. Se educaram; se profissionalizaram; trabalharam, aliás, trabalharam muito e, principalmente, deixaram de exemplo para os futuros descendentes, que somos *mestiços sim (com orgulho), degenerados jamais!*

Rio de Janeiro

2019

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me dar saúde e força, principalmente nos momentos mais difíceis de realização desse trabalho.

Ao meu marido Alexandre e meus amados filhos Ian e Tainá pela paciência e compreensão pela minha ausência em vários momentos durante a pesquisa.

Ao Prof. Wellington, que mais que um orientador, foi um amigo em todo o processo de construção do estudo, sempre com uma palavra amiga e paciência.

Ao Prof. Pellon, meu parceiro de Laboratório, obrigada pelas longas conversas enriquecedoras e sempre divertidas sobre eugenia, fundamentais para a elaboração da tese.

A todos os Professores da banca, que muito me ajudaram para o enriquecimento da tese.

A todos os amigos do LACENF (Érika, Vanessa, Aline, Bruno, acadêmicos bolsistas), que juntos dividimos nossas angústias, dificuldades e alegrias.

Aos profissionais da Academia Brasileira de Letras (ABL), da Casa de Oswaldo Cruz (COC), da FIOCRUZ, da Biblioteca do Museu Republicano da USP, sem os quais não seria possível a realização desse estudo.

Aos meus colegas de trabalhos, FAETEC e CAPS Clarice Lispector, por vibrarem e sofrerem junto comigo ao longo da elaboração da pesquisa.

Aos meus familiares, que sempre me apoiaram em todas as minhas empreitadas.

A todos, que por ventura não tenha citado nessas linhas, mas que direta ou indiretamente participaram na elaboração da tese.

Rio de Janeiro

2019

RESUMO

EM NOME DA CIÊNCIA: A REVISTA DO BRASIL E AS REPRESENTAÇÕES EUGÊNICAS/HIGIÊNICAS, NO PERÍODO LOBATIANO (1918-1925)

A Revista do Brasil nasceu em 1916, com a proposta de constituir um núcleo de propaganda nacionalista. Com esse pensamento, ao ser comprada por Monteiro Lobato, tornou-se um instrumento privilegiado para os debates em torno da constituição racial do povo brasileiro. Lobato, enquanto proprietário do periódico (entre 1918 e 1925) e editor-chefe da revista, selecionava os artigos publicados, alinhados com seu interesse, além de utilizar do mensário como um difusor das próprias produções. Principalmente, do seu mais famoso personagem, o Jeca Tatu, que gerou muitas polêmicas à época. Dentre os temas encontrados na Revista do Brasil, a saúde do povo brasileiro foi tópico constante em suas páginas. De um lado, os defensores do movimento sanitário (higienistas) negavam que a miscigenação entre os índios, portugueses e africanos era o motivo da degeneração da nossa raça. Do outro lado, os eugenistas que acreditavam que mistura das raças formavam indivíduos inferiores. Apesar das diferenças, os precursores da higiene e da eugenia no país, também possuíam pensamentos em comum. Nesse sentido, o estudo objetivou: caracterizar os artigos relacionados a higiene e eugenia nos volumes da Revista do Brasil, publicados no período entre 1918 e 1925; analisar a influência de Monteiro Lobato nas representações eugênicas, frente à Direção do periódico; discutir os efeitos das alocações científicas a partir da teoria higiênica e eugênica no campo da saúde pública, disseminada pela Revista do Brasil. Sua proposta metodológica embasou-se na abordagem teórica da Nova História Cultural, tal qual postulada por Roger Chartier, que prioriza a análise documental para o entendimento dos processos envolvidos na construção do sentido de realidade conforme a produção, circulação e recepção dos textos impressos. A análise dos dados se deu a partir da materialidade da Revista do Brasil, os distintos discursos higiênicos e eugênicos presentes no mensário e nos temas onde os eugenistas e higienistas concordavam entre si. Conclui-se que a Revista do Brasil, após um centenário da compra por Monteiro Lobato, ultrapassou os limites do tempo e permanece atual. De característica ambígua, a revista, era comandada pelo eugenista Monteiro Lobato, mas com um importante financiamento do sanitarismo.

Palavras-chave: Eugenia, raça, higiene, Monteiro Lobato, Jeca Tatu

ABSTRACT

IN THE NAME OF SCIENCE: THE REVISTA DO BRASIL AND THE EUGENIC/HYGIENIC REPRESENTATIONS IN THE LOBATIAN PERIOD (1918-1925).

“Revista do Brasil” was born in 1916, with the proposal to constitute a nucleus of nationalistic propaganda. With this thought, being bought by Monteiro Lobato, it became a privileged instrument for the debates around the racial constitution of the Brazilian people. Lobato, as the owner of the periodical (between 1918 and 1925) and chief editor of the magazine, selected articles to be published, aligned to his interest, and used the monthly as a diffuser of his own productions. Mainly, of his most famous character, “Jeca Tatu”, which caused many controversies at the time. Among the themes found in “Revista do Brasil”, the health of the Brazilian people, was a constant topic in its pages. In one hand, the defenders of the sanitation movement (hygienists) who denied that the miscegenation among the Indians, Portuguese and Africans was the reason for the degeneration of our race. On the other hand, the eugenics who believed that racial mixing formed inferior individuals. Despite the differences, the forerunners of hygiene and eugenics in the country also had common thoughts. In this sense, the study aimed to: characterize the articles related to hygiene and eugenics in the volumes of “Revista do Brasil”, published in the period between 1918 and 1925; to analyze the influence of Monteiro Lobato in the eugenic representations, being the Director of the periodical; to discuss the effects of scientific allocutions from the hygienic and eugenic theory in the field of public health, disseminated by “Revista do Brasil”. His methodological proposal was based on the theoretical approach of the New Cultural History, as postulated by Roger Chartier, who prioritizes the documentary analysis for the understanding of the processes involved in the construction of the sense of reality according to the production, circulation and reception of the printed texts. The analysis of the data was based on the materiality of “Revista do Brasil”, the different hygienic and eugenic discourses present in the journal and in the themes where eugenics and hygienists agreed among themselves. It is concluded that “Revista do Brasil”, after a centenary of the purchase by Monteiro Lobato, has exceeded the limits of time and remains current. Of ambiguous characteristic, the magazine, was commanded by the eugenista Monteiro Lobato, but with an important financing of the sanitarianism.

Keywords: Eugenia, race, hygiene, Monteiro Lobato, Jeca Tatu

LISTA DE FIGURAS (*FAC-SÍMILES*)

Fac-símile 1	Capa da Revista do Brasil outubro-1918.....	44
Fac-símile 2	Contracapa da Revista do Brasil outubro-1918.....	45
Fac-símile 3	Revista do Brasil – Edições de março e abril de 1921	47
Fac-símile 4	Ilustração no interior da Revista do Brasil – Edições de mar/1922 e jul/1923.....	48
Fac-símile 5	Capas: Revista do Brasil – 1920 / Revista de Comércio e Indústria – 1920 - MARTINS, 2008 e revista Panóplia – 1917 – MARTINS, 2008	49
Fac-símile 6	Revista do Brasil – Arabesco - jan/1921	50
Fac-símile 7	Ilustração no interior da Revista do Brasil - Edição de Maio 1920.....	51
Fac-símile 8	Ilustração no interior da Revista do Brasil - Edição de junho 1921	52
Fac-símile 9	Revista do Brasil – julho de 1918.....	53
Fac-símile 10	Revista do Brasil – Edições 1923, 1924 e 1925	58
Fac-símile 11	Revista do Brasil ago/1921 e jul/1920.....	61
Fac-símile 12	Revista do Brasil – jan/mar 1918	62
Fac-símile 13	Revista do Brasil agosto 1920	63
Fac-símile 14	Revista do Brasil - Edição de abril de 1920	70
Fac-símile 15	Revista do Brasil – Edição de dezembro de 1920	72
Fac-símile 16	Moradia no Amazonas – Revista do Brasil – jan-março, 1918.....	77
Fac-símile 17	Doença de Chagas - Revista do Brasil agosto 1918	80
Fac-símile 18	Revista do Brasil- edição de junho de 1920	92

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Período de pesquisa na Academia Brasileira de Letras: 40
Quadro 2	Período de pesquisa na Casa de Oswaldo Cruz (COC) – FIOCRUZ 40
Quadro 3	Revistas de São Paulo, início do século XX 55
Quadro 4	Artigos Higiênicos/Eugênicos na Revista do Brasil, no período Lobatiano..... 59
Quadro 5	Diferentes Ilustrações do Jeca..... 66

LISTA DE SIGLAS

ABL	Academia Brasileira de Letras
COC	Casa de Oswaldo Cruz
DAD	Departamento de Arquivos e Documentação
DNSP	Departamento Nacional de Saúde Pública
EEAP	Escola de Enfermagem Alfredo Pinto
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LACENF	Laboratório de Abordagens Científicas na História da Enfermagem
LBHM	Liga Brasileira de Higiene Mental
PPGENFBIO	Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Biociências
RVB	Revista do Brasil
SBPNML	Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	CONTRIBUIÇÃO DO ESTUDO	25
1.2	ESTADO DO CONHECIMENTO	27
1.3	MOTIVAÇÃO PARA O ESTUDO	30
2	PERSPECTIVAS E PRESSUPOSTOS DA NOVA HISTÓRIA CULTURAL.....	33
3	OPERAÇÃO METODOLÓGICA	37
3.1	CONSTITUIÇÃO DO CORPUS DOCUMENTAL.....	39
4	A REVISTA DO BRASIL E SUA MATERIALIDADE ESTÉTICA	42
4.1	A REVISTA DO BRASIL E SEUS FORMATOS.....	43
4.2	AS ILUSTRAÇÕES DE CUNHO RACIAL NA REVISTA DO BRASIL: <i>UMA IMAGEM VALE MAIS QUE MIL PALAVRAS</i>	60
4.3	JECA TATU: O DUVIDOSO PERDÃO DO SEU CRIADOR E A IMAGEM DO CABOCLO NAS PÁGINAS DA REVISTA DO BRASIL.....	65
5	OS CAMINHOS DA HIGIENE E DA EUGENIA NA SAÚDE E SUAS REPRESENTAÇÕES NA REVISTA DO BRASIL	75
5.1	O DISCURSO HIGIENISTA NA REVISTA DO BRASIL.....	76
5.2	O DISCURSO EUGÊNICO NA REVISTA DO BRASIL.....	85
6	QUANDO A EUGENIA E A HIGIENE SE ENCONTRAM NA REVISTA DO BRASIL.....	96
6.1	SEGREGAÇÃO DOS INDESEJÁVEIS	96
6.2	MÉDICOS X “CHARLATÕES”	105
6.3	IMIGRAÇÃO SELETIVA.....	108
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
	REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA.....	119
	APÊNDICE	133

1 INTRODUÇÃO

Na segunda década do século XX, período em que acontecia a primeira guerra mundial, o Brasil vivia importante recesso no setor de exportação, com severa paralisação da entrada de capitais estrangeiros no país. Tal situação provocou elevação do custo de vida, com aumento do preço dos alimentos, diminuição de horas de trabalho e desemprego em grandes proporções das classes operária e média, trazendo como consequência, ascensão do movimento operário, eclodindo greves no Rio de Janeiro e São Paulo (MOREIRA, 1984). Nesse período, o Jornal O Estado de São Paulo passou a vincular artigos descrevendo a situação da crise brasileira e convocou os *possuidores do saber* a encontrar soluções para as graves questões socioeconômicas do país (SKIDMORE, 2012).

Não tardou para que um novo movimento se expressasse com soluções pautadas em ideias reformistas, com artigos enfatizando palavras como: “regenerar, reformar, recuperar”, dando início ao Centro Nacionalista (1915), embrião do que futuramente se tornaria a Liga Nacionalista de São Paulo (LNSP). O Centro Nacionalista foi fundado baseado em três preceitos fundamentais: melhoria do nível educacional da população, institucionalização da obrigatoriedade do serviço militar e do voto secreto. No ano seguinte, em 15 de dezembro de 1916, o Centro Nacionalista, torna-se Liga Nacionalista de São Paulo (LNSP), tendo como membros do conselho deliberativo: Júlio Mesquita, Amadeu Amaral, Mário Pinto Serva, Nestor Rangel Pestana, José Bento Monteiro Lobato e Plínio Barreto (MOREIRA, 1984, p. 69).

Nesse contexto, com o apoio da Liga Nacionalista de São Paulo (denominada na revista como Sociedade Anônima), nasce em janeiro de 1916 a Revista do Brasil, no Estado de São Paulo, concebida por Julio Mesquita¹, então proprietário do jornal O Estado de São Paulo, e com a proposta de constituir um núcleo de propaganda nacionalista (CAMPOS, 2011). A Revista do Brasil passou por seis fases ao longo dos anos, caracterizando mudanças em sua representação. Na primeira, sob o comando de Julio Mesquita permaneceu entre 1916 e 1918, quando foi adquirida por Monteiro Lobato², que apesar de ainda não ser reconhecido

¹ Júlio César de Ferreira MESQUITA – Jornalista e político, nascido em Campinas SP em 18 de agosto de 1862 e morreu 15 de março de 1927. Aos 16 anos matriculou-se na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, mas não exerceu a função preferindo atuar como político e jornalista. Em 1918 começa a trabalhar no Jornal O Estado de São Paulo que defendia a causa Republicana, o abolicionismo e a Descentralização do poder. Em 1889 se torna secretário do 1º Governo Federal Republicano em São Paulo e assume a Direção do Jornal O Estado de São Paulo. Em 1916 funda a Revista do Brasil. <http://acervo.estadao.com.br>.

² José Bento de MONTEIRO LOBATO – Romancista, contista e jornalista brasileiro, nasceu em 18 de abril de 1882, em Taubaté São Paulo, e faleceu em 4 de julho de 1948, no mesmo estado. Após estudar nos Colégios

como escritor de livros infantis, tampouco um dos mais bem-sucedidos empresários da cultura, já gozava de prestígio entre os editores (SILVA, 2011).

Lobato se manteve no comando do periódico até a falência dos seus negócios (1925), quando a chancela da Revista foi adquirida por Chateaubriand que a relançou em três oportunidades: entre 1926 e 1927 (terceira fase), com abertura de espaço para os modernistas, economia e políticas nacional e internacional; de 1938 a 1943 (quarta fase), com um retorno as características das primeiras fases, onde os problemas nacionais eram prioritários; em 1944 (quinta fase), que lançou mão de um estilo mais moderno, aos moldes das revistas norte americanas, mas não sobreviveu além de três exemplares; e por último, o ressurgimento entre os anos de 1984 e 1990 (sexta e última fase), proposta por Darci Ribeiro, sob os cuidados da Secretaria de Cultura da Cidade do Rio de Janeiro, com caráter monográfico e voltada para a literatura, poesias, biografias, etc (DE LUCA, 2011).

Manter a existência da Revista do Brasil, “não se tratou apenas de estender a periodização e incorporar outras fases”, por motivos “teóricos–metodológicos delineados”, cada fase foi articulada às publicações que lhes eram “contemporâneas”, estabelecendo para cada período de circulação as escolhas feitas por um leitor contemporâneo, com o objetivo de discernir “por um lado o lugar e o sentido da Revista do Brasil, por outro, como os mesmos se alteravam à medida que as fases se sucediam”, já que tantos os contextos foram muitos diferentes quanto os responsáveis e objetivos perseguidos (DE LUCA, 2007, p.5).

Apesar de ter passado por distintas fases, foi na segunda (1918-1925) que a Revista do Brasil se tornou um importante laboratório da literatura de Monteiro Lobato e o maior meio de divulgação de suas obras, além de ser uma fonte de fórum privilegiado para as discussões do movimento sanitário e eugênicos da época, apresentando artigos dos autores mais representativos do início do século XX, “tendo desfrutado de enorme prestígio e ostentado uma longevidade rara para os padrões então vigentes” (DE LUCA, 1990, p. 31).

A Revista do Brasil, não por acaso, surgiu em um momento histórico, onde os intelectuais do país, defendiam um projeto, que alavancasse o progresso da nação, com foco na constituição física e moral dos brasileiros e apresentando como eixos principais a melhoria da raça e o progresso nas condições sanitárias (PONTE E FALLEIROS, 2010).

Até então, podemos sinalizar que Monteiro Lobato, escritor alinhado com os debates da época, ao tomar posse do periódico em 1918, passou a reunir nas páginas da Revista,

Coração de Jesus e Dr. Quirino, de Taubaté, transferiu-se para São Paulo, concluindo os preparatórios do Instituto Ciências e Letras. Matriculou-se em seguida na Faculdade de Direito local, onde se bacharelou. Exerceu o cargo de Promotor Público, em Areias. De volta à São Paulo, fundou a empresa Editora Monteiro Lobato & Cia. [HTTP://biografia.ahistoria.com.br/monteiro-lobato-resumo-obra-e-vida](http://biografia.ahistoria.com.br/monteiro-lobato-resumo-obra-e-vida).

autores, *escolhidos a pinça*, que escrevessem artigos com o desígnio de *regenerar o Brasil e seu povo*, da degeneração racial, através da eugenia/higiene, pois, os nossos intelectuais sempre se consideram “dotados de especial aptidão para dar conta do real”. É importante esclarecer “não só os valores subjacentes às suas apropriações simbólicas, mas também ressaltar os grupos e interesses concretos as quais elas se vincularam” (DE LUCA, 1990, p.30).

De encontro com essa afirmação, Chartier (1990, p.17), explica que "as lutas de representação têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são os seus e o seu domínio", nos atentando a discernir a posição de quem fala.

A culpabilização da raça pelos infortúnios de uma determinada população é assunto de longa data, ou como refere Stephen Gould, o “preconceito racial pode ser tão antigo quanto o registro da história humana”. No entanto, ao ser apropriado pela ciência, o tema ganha status e argumentos que alicerçam o discurso da desigualdade racial (GOULD, 1991, p. 18).

Pastore (2014), ao citar os estudos de John Bernal sobre a História Social da Ciência, refuta a ideia de a ciência ser um precursor de qualquer tipo de desigualdade. Pois esta, deve ter como principal pilar, a existência de uma sociedade mais justa e igualitária, sem servir aos interesses da burguesia. No entanto, esclarece o autor, sob o pretexto da ciência ser quase que um sinônimo de progresso, ao invés dos cientistas serem transformadores sociais, cometem abusos, que levam pessoas a desigualdades sociais, ou neste caso, raciais (PASTORE, 2014, p. 14).

Em nome da ciência, no século XIX intelectuais norte-americanos, diziam não ter dúvidas da hierarquização social, com os “índios abaixo dos brancos e os negros abaixo de todos os outros” e apresentavam ao mundo ocidental a Teoria Poligenista, que defendia uma pluralidade de criações do homem, contradizendo a doutrina da existência de um único Adão e uma única Eva (monogenista). Para os precursores dessa teoria, existiram vários Adãos e Evas que constituíram as diferentes raças (GOULD, 1991, p. 18 e 26).

Os monogenistas, que detinham um maior número de adeptos, afirmavam que todos os homens haviam se originado de uma única fonte (Adão). No entanto, justificavam as diferenças raciais como produtos de suas virtudes, quanto mais perfeito (brancos), mais próximo do Éden e quanto menos perfeito (negros), maior a degeneração, (SCHWARCZ, 1993, p.64).

Destaca-se que a crença na monogenia era um tema caro para os donos de escravos norte-americanos, já que utilizavam-se justamente dos preceitos bíblicos da maldição de Cã³, para reivindicar o direito de escravizar os africanos. Por outro lado, os poligenistas, que declaravam se respaldar na ciência e não na bíblia para defender sua teoria, encontraram na hierarquização das raças os argumentos necessários para justificar a escravatura. Luis Agassiz⁴, um dos maiores difusores da poligenia, afirmava que não tinha a intenção de atacar a doutrina bíblica, mas refletir que Adão e Eva representado na bíblia originaram apenas os humanos caucásicos e as demais raças foram uma degeneração da raça original (GOULD, 1991).

A poligenia, ganhou apoio com o surgimento, quase que concomitante, de dois novos estudos que mediam e interpretavam a capacidade humana, através da avaliação do tamanho e da proporção do cérebro da população de várias etnias, denominadas frenologia (estudo da estrutura do crânio utilizada à época para determinar a personalidade e a capacidade intelectual) e a antropometria (parte da antropologia que realiza a mensuração e o registro do corpo humano) (SCHWARCZ, 1993, p. 65). Se no início do século XIX o argumento bíblico justificava a escravidão dos negros, nos últimos anos desse período a *ciência* passa a ocupar o espaço da bíblia, utilizando-se de estudos, que segundo seus defensores, reforçavam a inferioridade dos negros e respaldavam a hierarquia entre as raças (CHINEM, 2011).

A frenologia tomou vulto em 1820, quando o médico e anatomista norte americano, Samuel George Morton⁵, passou a medir e analisar crâneos de populações de etnias diferentes (caucasianos, mongólicos, indígenas e etíopes), comparando umas com as outras, com o objetivo de analisar o tamanho do cérebro e por consequência o grau de superioridade das raças. Segundo Morton quanto maior o volume do cérebro, maior a superioridade, defendendo assim a teoria poligenista de hierarquização das raças (GOULD, 1991).

Em seus estudos, Morton preenchia os crâneos, primeiro com sementes de mostarda e mais tarde com balas de chumbinho (que ele acreditava fazer uma medição mais fidedigna),

³ Os defensores da escravatura no século XIX, justificavam que os africanos eram escravos, para pagar uma dívida de Cã (Cam), filho caçula de Noé, que zombou da nudez de seu pai, enquanto ele dormia embriagado (Gn 9.20-29). Ao saber do ocorrido, Noé amaldiçoou Cã e seus descendentes, que além de serem banidos, viveriam cercados de obstáculos. E sem forças para resistirem aos inimigos, tornariam-se escravos. Canaã, filho de Cã, e seus descendentes formaram o povo Cananeus, da Palestina e provavelmente se tornaram os ancestrais dos etíopes e dos povos negros da África (FLORES e MELO, 2014) e www.cpadnews.com.br

⁴ Jean Louis Rodolphe Agassiz (1807-1873) – Zoólogo, geólogo, prof. De História Natural. Suíço, abolicionista. Em primeira instância defendia o monogenismo e após conhecer os estudos de Morton, passa a defender o poligenismo.

⁵ Samuel George Morton (1799-1851) – Médico e anatomista norte americano, defensor da craniometria. Possuía um acervo de 867 crâneos de 100 espécies diferentes de raça, até a sua morte. Utilizava-se do seu estudo para decretar a superioridade da raça branca. Foi acusado por Gould de manipular os resultados da pesquisa em favor de sua ideologia racista. www.penn.museumm.com.br

depois despejava em um cilindro graduado para avaliar o volume. Desse experimento, o anatomista publicou os seguintes dados estatísticos dos tamanhos médios dos cérebros: caucasianos – 87; mongólicos- 83; indígenas- 82 e etíopes- 78⁶.

Baseado nesses números, Morton escreveu um artigo científico denominado *Crâneos Aegyptiaca*, que discutia as raças humanas do antigo Egito, onde ele afirmava, que mesmo no passado já havia diferenças nos volumes dos cérebros entre as raças, pois a “elite governante do Egito antigo tinha sido branca, enquanto a classe subserviente tinha sido negroide”. Essa declaração fomentou a crença que a escravidão dos negros pelos brancos, acontecia desde a antiguidade, alimentando o argumento da hierarquia racial (RENSCHLER, 2008, p. 34).

Poucos anos depois, em 1859, surge o método estatístico de análise do corpo humano (antropometria), na França, criado pelo médico e anatomista francês Paul Broca, com o objetivo de precisar o lugar do homem na natureza e definir as características das raças humanas, fundamentado no conhecimento anatômico e fisiológico (BLANCKAERT, 2001).

Estes estudos, embasaram o trabalho do médico e psiquiatra Cesare Lombroso que descreveu o que ele chamou de “características do homem delinquente”, onde povos, como índios ciganos ou negros, denominados por ele de selvagens ou primitivos, tinham sua ossatura medida para a avaliação de possíveis atributos para tendência criminosa. Para Lombroso, fatores psicológicos como “angústia, ódio, vingança ou revolta, além de características como daltonismo, canhotismo, epilepsia”, podiam influenciar a formação fisiológica e os caracteres físicos. Em seus estudos, o médico declarava que dentre as propriedades físicas do delinquente, o “crânio é alongado ou arredondado, lábios volumosos, boca grande, dentes mal conformados e com precoce caída” (LOMBROSO, 2007, p. 13 e 197).

Também sob os preceitos dos estudos franceses de Broca, surge no Brasil, aproximadamente entre 1860 e 1910, o Laboratório de Antropologia Física do Museu Nacional, no Rio de Janeiro, sob duas vertentes: a das Faculdades de Medicinas que ocupavam-se em estudar a anatomia das raças, com o intuito de explicar diferenças étnicas e de gênero em termos de grau de inteligência, aptidões e personalidades dos indivíduos e a vertente, representada por juristas preocupados no aprofundamento das especificidades culturais, dos chamados, “povos não civilizados”, como eram conhecidos os negros e os índios (SÁ, SANTOS et al., 2008, p. 199).

⁶ Esses resultados foram questionados por Gould que os definiu como “falsificações e acomodações destinadas a verificar determinadas crenças” (GOULD, 1991, p. 43).

Em meio ao debate entre os estudos monogenistas e o poligenistas, outra teoria científica de cunho racial também foi bem recebida pelos intelectuais da época, a denominada Eugenia. Segundo Del Cont (2008), a eugenia foi descrita pela primeira vez em 1883, pelo inglês Francis Galton⁷ reunindo duas expressões gregas “eu-genia – bem-nascido”. Para tal, Galton utilizou-se dos estudos da teoria da seleção natural realizados por seu primo e reconhecido cientista Charles Darwin⁸ para desenvolver uma ciência sobre a “hereditariedade humana que pudesse, através de instrumentação matemática e biológica, identificar os melhores membros” (DEL CONT., 2008, p. 2).

Ao observar os filhos de homens “talentosos”, advogados e médicos, que seguiram as carreiras dos genitores, Galton realizou tabelas estatísticas para comprovar que o talento era hereditário, já que os filhos de pobres não ascendiam socialmente e continuavam pobres, sem avaliar, no entanto, as diferenças sociais e as oportunidades de educação desses jovens (GIOPO, 1996, p. 168).

Galton estava convencido que pessoas com alto grau intelectual não se dava por oportunidades educacionais ou sociais, que estes instrumentos não seriam capazes de proporcionar famílias de sucesso, pois estas características seriam herdadas de geração para geração por questões históricas biológicas. Do mesmo modo, de maneira inversa, pessoas com características degenerativas, que apresentavam males reconhecidos como hereditários, tais como: tuberculose, sífilis, alcoolismo ou doenças mentais, deveriam ser desestimuladas a se reproduzirem (STEPAN, 2005).

Apesar de suas convicções sobre a importância da hereditariedade, tanto como de incentivo quanto como possibilidade de restrição na reprodução humana, Galton sabia que esta seria uma tarefa árdua, pois teria que enfrentar os princípios pautados nos pensamentos democráticos da sociedade inglesa. Assim, ele rever sua estratégia entendendo que o convencimento das pessoas seria o melhor caminho para que estas “aderissem às práticas eugênicas por reconhecerem o seu valor moral e social para o bem geral da humanidade” (DEL CONT. 2013, p. 514). Apesar dessa estratégia *mais branda*, Galton defendia que

⁷ Francis Galton - (1811-1911) foi um antropólogo, meteorologista, matemático e estatístico inglês. Galton era o mais novo de nove filhos de um próspero banqueiro, nasceu em uma família socialmente abastada, ficou conhecido como o pai da eugenia. Seus primeiros estudos sobre o tema foram elucidados no livro O gênio hereditário, reconhecido até hoje como sendo o cerne da eugenia, onde Galton afirmava que as aptidões naturais humanas eram consequências da hereditariedade. Dessa forma, seria possível idealizar uma raça de homens “altamente dotadas” a partir da promoção de casamentos selecionados ao longo das gerações (STEPAN, 2005, p.31).

⁸ Charles Darwin (1809-1851) - foi um naturalista britânico que alcançou fama ao convencer a comunidade científica da ocorrência da evolução e propor uma teoria para explicar como ela se dá por meio da seleção natural e sexual.

esta fosse integrada a uma consciência nacional, tal qual uma religião (ROCHA, 2014) e que a eugenia se dividisse em dois objetivos, como ele mesmo descreve:

Este é precisamente o objetivo da Eugenia. Seu primeiro objetivo é verificar a taxa de natalidade dos inadequados, em vez de permitir que eles aconteçam, embora condenados em grande número a perecer prematuramente. O segundo objetivo é a melhoria da raça, promovendo a produtividade do ajuste por casamentos precoce e criação saudável de seus filhos. A seleção natural depende da produção excessiva e da destruição em massa; Eugenia em trazer mais indivíduos para o mundo do que pode ser devidamente cuidado, e aqueles que são apenas os melhores estoques (GALTON, 1908, capítulo XXI).

Em 1890, o biólogo alemão Weissmann, descreve sua teoria da continuidade do plasma germinativo, onde apenas uma parte de cada célula transporta material hereditário, sendo continuamente passado de geração a geração, sem nenhuma interferência do meio externo. Sob esse respaldo, os efeitos da educação e de um melhor ambiente não traria alterações para as gerações seguintes, cada geração começaria do zero. No entanto, podia-se admitir que boas qualidades genéticas pudessem ser encontradas em indivíduos de todas as classes sociais, inclusive as mais inferiores (STEPAN, 2005).

Em 1900, a partir das Leis de Mendel que descrevia a estabilidade dos caracteres das plantas durante os cruzamentos genéticos, sem nenhuma alteração nas gerações futuras, surgiu a possibilidade de que essas proporções numéricas das plantas também pudessem acontecer nos animais e nos seres humanos. Dessa maneira, o Mendelismo conjugado com a teoria de Wessmann, aos olhos dos eugenistas, separaria completamente as unidades hereditárias e as influências do meio ambiente (STEPAN, 2005). Com essa convicção, defensores da Eugenia de Galton tanto Estadunidenses, quanto Europeus se uniram em prol de “construir mecanismos de controle reprodutivo como propósito de exterminação das características indesejáveis” (DEL CONT., 2013, p. 515).

Diferente dos Estados Unidos e de alguns países Europeus, como Alemanha e a Grã-Bretanha, onde a eugenia era pautada nas teorias científicas Mendeliana, no Brasil, início do século XX, havia uma corrente com estilo social, pautada nos pensamentos de Lamarck⁹, onde os fatores externos ao longo do tempo poderiam alterar o plasma germinativo, ou seja, apresentar modificações hereditárias (STEPAN, 2005).

⁹ Lamarck, Jean-Baptiste Pierre Antoine de Monet (1744-1829). Naturalista Francês que herdou do pai o título de Cavaleiro de Lamarck. Responsável pelas seguintes teorias: Ocorrência frequente de geração espontânea; Lei do uso e desuso; Herança dos caracteres adquirido; Aumento da complexidade e progresso (TIDON, 2014, p. 68).

Independente da Teoria Lamarckiana, já ter sido desacreditada nessa época, em países da Europa e Estados Unidos, pois os estudos de Mendel haviam comprovado a impossibilidade do recebimento de fatores hereditários provenientes do meio externo, os intelectuais brasileiros, demonstravam apresentar uma maior afinidade com os conceitos de Lamarck, relacionando cuidados higiênicos e ambientais com melhoria da raça. Esse comportamento, foi recebido com crítica pelos ingleses que afirmavam que o pensamento científico brasileiro era “equivocado ou desleixado” (STEPAN, 2005, p. 76).

O fato, é que o Brasil era um país multirracial¹⁰ e por isso precisava encontrar um meio termo para torná-lo compatível com as teorias empregadas nos Estados Unidos e na Europa. “Uma coisa era dizer que os brancos eram superiores e os negros inferiores, outra coisa, bastante diferente, era acrescentar que qualquer mistura das duas raças era intrinsecamente perniciosa” (SKIDMORE, 2012, p. 99).

Dessa forma, os pensamentos eugênicos mais radicais, vindos de fora do Brasil, não foram bem aceitos por nossos intelectuais e encontraram em Roquette Pinto¹¹ um símbolo de resistência. O antropólogo tornou-se um ferrenho opositor às críticas ao cruzamento de raças no Brasil e passou a rechaçar qualquer teoria que condenasse a miscigenação, pois, segundo ele, esta não era uma característica exclusiva do brasileiro, “era uma regra no mundo todo, inclusive na Europa. Portanto a condenação contra os povos mestiços era sustentada por princípios políticos e econômicos” (SOUZA, 2011, p. 210 e 211).

Anos mais tarde (1952), Lévi Strauss, corroborou com essa afirmativa ao explicar que o conceito de superioridade racial foi criado apenas para justificar ideais de dominação, pois, para o autor, a ideia de existência de várias raças é equivocada, já que todos os seres humanos advêm de uma mesma constituição genética, não havendo diferença anatomicamente entre os negros, os índios e os asiáticos. Strauss, sustentava ainda, que a originalidade entre as etnias se deu por suas características geográficas, históricas e sociológicas, e se as civilizações de homens brancos tiveram maiores progressões em relação a outras etnias, não foram por

¹⁰ Para Gilberto Freyre, a sociedade brasileira é a mais híbrida de todas da América e a que mais se constitui harmoniosa quanto as relações de raça entre os povos “atrasados e os adiantados”. A escassez de mulheres brancas no Brasil à época da colonização favoreceu a miscigenação entre os portugueses e as índias e o fruto dessa relação, as mulheres mamelucas, tornaram-se as mais procuradas pelos colonos para se tornarem “esposas legítimas”. As africanas por sua vez, que eram vistas pelos europeus como naturalmente “erotizadas”, eram usadas como “concubinas”, para relações de prazer entre os senhores e as escravas, além de serem a escolha para a primeira relação sexual dos jovens filhos dos senhores. Já o contato entre os africanos e os indígenas, se dava, em primeira instância, a partir do rapto das índias, por negros aquilombados fugidos das Minas (FREYRE, 2003, p. 54, 80 e 207).

¹¹ Edgard Roquette Pinto - (1884-1954) – Médico legista, antropólogo, etnólogo. Fundador da Academia Brasileira de Ciências e da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, para fins educativos e culturais, depois doou para o Ministério da Educação. www.academia.org.br.

aptidões raciais inatas, mas pela diversidade cultural entre os povos (STRAUSS, 1952, p. 1 e 2).

O geneticista Sergio Pena (2005), esclarece que a persistência do conceito de raça, é simplesmente para que os “grupos humanos existam em uma escala de valor”, pois as categorias raciais não são entidades biológicas, mas construções sociais. O autor explica ainda, que por volta de 90 mil anos atrás, grupos humanos emigraram da África para outros continentes e por isso, toda a humanidade deriva de um ancestral africano, ou seja, “por baixo da pele, todos nós somos africanos” (PENA, 2005, p. 322-324).

Nesse sentido, sob o pilar de que a miscigenação não era um aspecto negativo para a raça, a eugenia chega ao Brasil de forma muito mais diluída do que a Europeia e a norte americana, com manifestações “até bem-comportadas” dos defensores do melhoramento racial brasileiro, dando ênfase para a importância de higienizar o país com programas voltados para a educação e saúde, prevenindo e tratando doenças (GIOPPPO, 1996, p. 169).

Partindo desse pressuposto, no início do século XX, a higiene e a eugenia eram, frequentemente, descritas como sinônimos no Brasil. Isto porque, para muitos médicos da época, a eugenia praticada no Brasil deveria ser distinta dos demais países, já que nosso clima e população apresentavam características adversas àqueles países. Desse modo, distintas nomenclaturas eram utilizadas para esta eugenia própria, como: eugenia preventiva ou higiene eugênica, ligando um ambiente sanitário à saúde racial (STEPAN, 2005, p.92).

Seus significados, no entanto, foram gradativamente tomando posições distintas. A higiene passou a ter cunho preventivo, pelos defensores do sanitarismo, que acreditavam que as reformas sociais e do meio bastavam para melhorar as futuras gerações. Já eugenia se referia aos métodos mais radicais, como esterilização e impedimento de casamentos de pessoas não compatíveis na busca da melhoria da raça, onde os ditos venenos raciais, como álcool, doenças venéreas, doenças mentais, apesar de aparecerem durante a vida do indivíduo, eram capazes de serem transmitidas hereditariamente as futuras gerações levando a degenerações permanentes. (STEPAN, 2005).

Nesse período, dois médicos merecem especial atenção na discussão sobre o tema no Brasil: Belisário Penna, um dos mais ativos sanitaristas brasileiro, e Renato Kehl, um importante defensor das ideias eugênicas do país, que apesar de possuírem relação de parentesco, considerando que Kehl era genro de Penna, trilhavam caminhos opostos, nos seus ideais para o futuro da população brasileira. (DIWAN, 2013).

Belisário Penna, com o intuito de combater as epidemias que assolavam o Brasil, no início do século XX, alavancou várias atitudes de saneamento, com a pretensão de modificar

os rumos da saúde pública no país, tomando como base a já conhecida ciência, a Higiene. Ele afirmava que só com a entrada do poder público, oferecendo boa alimentação e a implementação de hábitos saudáveis, o povo sertanejo (moradores das zonas secas do país) poderia ser salvo. Sob o olhar de Penna, a incapacidade dessa população, nada tinha a ver com a raça, mas sim, com doenças que lhes tiravam a força para o trabalho. (DE LUCA, 1999).

Em contraponto, Renato Kehl, que iniciou sua vida profissional (1915), promulgando os efeitos profiláticos na saúde, tal qual postulado pelos sanitaristas, ao viajar para Europa, em especial à Alemanha (1928), onde entrou em contato com as políticas eugênicas deste país, volta ao Brasil, com os pensamentos eugênicos radicais e afirmando que o saneamento por si só, não resolveria os problemas do Brasil, considerando que a higiene não teria possibilidade de atingir a genética do ser humano (DIWAN, 2013).

Para que seus planos eugênicos fossem colocados em práticas, ele impetrava por leis mais rígidas, sempre embasado nos preceitos científicos de Galton, tomando como pilar três medidas: a separação dos tipos eugênicos (ele acreditava que mesmo as raças inferiores tinham superioridade umas sobre as outras, como propagado pelos poligenistas, em referência a hierarquia entre as raças), eliminação de fatores disgênicos (doenças transmitidas de pai para filho como alcoolismo, sífilis e doenças mentais, por exemplo) e controle da imigração (KELL.VRF 01. COC. FIOCRUZ, 2015).

Dessa forma, Kehl foi um obstinado crítico do trabalho dos higienistas, acusando-os de assistencialistas, já que a seu ver, o meio ambiente era incapaz de intervir no processo de hereditariedade e que por isso o povo brasileiro, em sua maioria, apresentava uma genética degenerada. Ele postulava, que mais do que tratar das enfermidades, os brasileiros deveriam cumprir regras severas pré-nupciais, além de esterilização de degenerados, com intuito de diminuir os fatores disgênicos que são transmitidos de pais para filhos. A regeneração da raça aconteceria, portanto, após a eliminação de todos os fatores disgênicos e o branqueamento do povo a partir do matrimônio correto. (DIWAN, 2013).

Roquette Pinto, que era adepto as teorias mendelianas e por isso, não acreditava na interferência do meio ambiente na transmissão hereditária, defendia que a população brasileira, apesar de sua mestiçagem, não havia em sua constituição genética nenhum sinal de degeneração, o que não poderia ser afirmado, no que se referia aos vários problemas relacionados à higiene (SOUZA, 2015).

Nesse contexto, em textos assinados por Roquette Pinto, por vezes apareciam à importância para o antropólogo em distinguir a eugenia de higiene, pois ele afirmava que “muitos médicos mal informados”, confundiam Eugenia com Higiene, já que medidas

“puramente clínicas ou médicas como exame médico pré-nupcial ou combate as endemias” são importantes para o desenvolvimento do país, mas não é eugenia, que está diretamente relacionada às questões de “linhagem biológica” (SOUZA, 2015, p. 371).

Os debates em torno da higiene e eugenia, tanto dos que as denominavam como sinônimos, quanto dos que as colocavam em posições distintas, se mantiveram presentes nas páginas dos jornais da época. Segundo Stepan (2004), isso se dava não somente pelo o número reduzido de classe profissional e letrada no Brasil, mas pelos estreitos laços entre a imprensa, a literatura e a medicina no país à época.

Esses debates, culminaram, em 1929, no 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, que aconteceu entre os dias 30 de junho e 7 de julho, na cidade do Rio de Janeiro, sendo presidido por Roquette Pinto e tendo como secretário geral Renato Kehl, que protagonizaram os mais calorosos embates sobre o tema (GONÇALVES, 2010).

Empenhado no objetivo de decretar as diferenças entre eugenia e higiene, Roquette Pinto, no Congresso, confirma sua opinião ao afirmar “que é preciso não esquecer, nunca que a higiene procura melhorar o meio e o indivíduo; a eugenia procura melhorar a estirpe, a raça, a descendência”. Sendo estas preocupações distintas, lembrando que a higiene sozinha “não consegue impedir que surjam certos tipos de enfermos, porque há doenças da raça e a higiene não vai lá” (PINTO, 1933, p. 44).

Roquette Pinto declarava que os “eugenistas apressados” que desejavam melhorar a raça humana, tal qual se procedia com os animais e plantas, possuíam um pensamento equivocado, uma vez que não se sabia ao certo, as consequências futuras dessa interferência. Para ele, a “aplicação de certas práticas eugênicas esbarrava em limites que não poderiam ser ignorados por biólogos, médicos ou antropólogos” e que os princípios eugênicos contrários ao cruzamento de raças, apoiavam-se em “preconceito ou eram informados por uma falsa biologia” (SOUZA, 2015, p. 390 e 391).

Suas afirmações, porém, não passaram em branco. O médico Wladimir Kehl, em carta enviada ao seu irmão Renato Kehl, acusa Roquette Pinto de legislar em causa própria, já que este era mestiço. Declarava que ele “como negroide, está sempre a batalhar em *pro domo sua*¹² (SOUZA, 2015, p. 393).

Com o intuito de contrapor a imagem estrangeira de que o Brasil era um país de mulatos e negros, os brasileiros se apressaram em declarar que a nação encontrava-se em processo de transformação e aprimoramento racial, além de assumir que o povo brasileiro era

¹² *Pro domo sua* – em causa própria.

dotado de caráter cordial e “avesso a intolerância racial”, onde a classe média “incorporava mestiços educados, como o escritor Machado de Assis e o cientista Juliano Moreira” (STEPAN, 2005, p. 165).

A teoria do branqueamento também foi tema para diversas discussões no início do século XX. Para muitos, esta era a única solução para uma melhoria gradativa da degenerada população brasileira, (SKIDMORE, 2012) e para que esse trabalho de branqueamento fosse efetivado, vários incentivos eram oferecidos para que imigrantes europeus (passagens gratuitas e incentivos econômicos para as fazendas cafeeiras que os aceitassem) se fixassem e constituíssem família no Brasil. Fato comemorado por Renato Kehl que afirmava que os europeus estavam transfundido seu sangue nas veias do nosso povo (KEHL, 1929).

No entanto, faz-se necessário esclarecer que esse incentivo era exclusivamente para o povo europeu (não português). Os asiáticos ou africanos não eram bem-vindos, e isso ficava claro em determinadas regulamentações para imigrantes como descrito em nota da Academia Nacional de Medicina para os deputados federais:

A Academia Nacional de Medicina parabeniza a câmara dos deputados por reduzir, em lei, o número de imigrantes asiáticos a 5% dos já localizados em cada estado e reconhecidamente agricultores. Tais aplausos da academia aos deputados se apoiaram no dever de zelar pela população brasileira, melhorando sua formação étnica, considerando que os “aborígenes da Ásia possuem diferenças fundamentais de religião, de língua, de índole e de costumes” o que os impossibilitam de serem assimilados no ocidente. (B. E. Academia Nacional de Medicina. 1929, ano 1, n° 9, p. 3).

Muitas foram às justificativas para explicar as restrições para a imigração, no início do século XX. Os Portugueses, apesar de serem europeus, tornaram-se *personas non gratas* para os ideais eugênicos, já que estes “eram os menos progressistas dos europeus, inclinados à imprevidência, a imoralidade e a indolência”, além do fato, de serem acusados pelos intelectuais brasileiros da velha República, de ser um povo em decadência e que ao colonizarem o Brasil, nos deixou fadados a nunca atingirmos “os mais altos graus de evolução”¹³ (SKIDMORE, 2012. p. 108-109).

O asiático por sua vez, eram determinados como raças tão inferiores quanto os negros, e os brasileiros tal qual tornaram-se africanizados, certamente ficariam mongolizados o que dificultaria ainda mais o aperfeiçoamento da nossa raça, além destes apresentarem

¹³ A imigração espontânea de Portugal para o Brasil só aconteceu no fim do primeiro século da colonização, ficando a nossa terra, durante anos, a mercê dos mais degenerados lusitanos que vinham contra vontade (POMBO, 1935), pois, deixá-los em cadeias traria muitas despesas à Portugal, aproveitaram-se então, da necessidade de colonização e do povoamento da terras brasileiras para enviar “senão desterrados da mais vil e perversa gente do reino” (ROCHA, 2014, p. 30 e 31).

comportamentos “falsos, desconfiados, mentirosos e concupiscentes” (SKIDMORE, 2012, p.65).

Monteiro Lobato, já se fazia presente nas discussões raciais no Brasil desde muito jovem, ainda estudante de direito. Em 1903, descreve o Brasil como “filho de países inferiores”. Em 1908, de forma mais contundente escreve a um amigo relatando seu desgosto ao ver a população do Rio de Janeiro, retornando as suas casas após o trabalho e desabafa ao questionar o que fazer para “concertar essa gente”, proveniente de uma “inconsciente vingança” da África? (SKIDMORE, 2012, p. 252).

Em 1918, ao assumir a Direção da Revista do Brasil, Lobato reedita um texto, contido em uma coletânea do autor denominada *Urupês*¹⁴, escrito em 1914, sem grandes repercussões na época, onde ele depreciava o caboclo relatando sua indolência e ignorância, descrevendo-o como impenetrável ao progresso no qual ele nomeou de Jeca Tatu. Esse artigo lhe rendeu muitas críticas, de todas as partes do Brasil em defesa do povo brasileiro, mas também lhe proporcionou fama imediata e um aumento repentino nas vendas, além de tornar o nome Jeca Tatu muito conhecido entre o público leitor (SKIDMORE, 2012).

Ressalvo que nesse mesmo período (1918), surge a chamada Liga Pró-Saneamento do Brasil, liderada por Belisário Penna, que durante os anos de 1918 e 1919 agrupou “diversos intelectuais e profissionais liberais, médicos, advogados, engenheiros, militares e políticos” (BRITTO, 1995, p. 21).

A Liga Pró-saneamento, segundo seus idealizadores, tinha um caráter educativo e promovia palestras nos subúrbios e em cidades do interior do país, além de distribuir panfletos que orientavam a população sobre a importância dos princípios básicos de higiene para a preservação da saúde e estimulava os governos estaduais e municipais a implementarem a construção de habitações higiênicas, profilaxia de doenças consideradas evitáveis, postos rurais e obras de saneamento básico (BRITTO, 1995, p. 21 e 22).

Nesse movimento, a Revista do Brasil, demonstrando o profundo engajamento de Lobato na campanha pró-saneamento, publica em setembro de 1918 uma edição, dita de “Luxo”, com texto de Belisário Penna, destacando os objetivos da Liga Pró-saneamento e a importância dos cuidados de higiene da população (PENNA, 1928, p. 03-18).

Lobato, em 1918, expressa sua opinião na Revista do Brasil, escrevendo o artigo *Problema Vital*, sob o patrocínio da Liga Pró-Saneamento e da Sociedade Paulista de

¹⁴ *Urupês* - Obra de Monteiro Lobato, não contém uma única história, mas vários contos e um artigo, quase todos passados na cidadezinha de Itaoca, no interior de SP, com várias histórias, geralmente de final trágico e algum elemento cômico (www.coladaweb.com/resumos/urupes-monteiro-lobato).

Eugenia, *redimindo o povo sertanejo*, ao escrever que o “Jeca não é assim: está assim” em referência aos graves problemas de saúde dessa população (LOBATO, 1964, p. 221).

Apesar dessa aparente mudança nos pensamentos de Lobato sobre o povo brasileiro, em especial, ao sertanejo, ressalta-se, que a ambiguidade dos discursos do autor era frequente em suas cartas e escolhas de artigos para a publicação na Revista do Brasil, ora como uma doce voz apaixonada pelos trabalhos dos higienistas, em especial de Belisário Penna, e do povo brasileiro, ora como defensor dos preceitos eugênicos¹⁵.

Também em 1918, mesmo ano da fundação da Liga pró-saneamento, por iniciativa de Renato Kehl, foi fundada a Sociedade Eugênica de São Paulo, apoiada por vários intelectuais da época, dentro os quais também participavam da Liga pró-saneamento, dentre eles, seu sogro Belisário Penna. A Sociedade eugênica apresentou seis objetivos para sua formação: estudos e aplicação das questões da hereditariedade; estudos e aplicação das questões relativas a influência do meio ambiente; estudo das ciências que se relacionam com a eugenia; divulgação entre o público de conhecimentos higiênicos e eugênicos, estudos para regulamentação do meretrício e concorrer para o exame pré-nupcial dos nubentes (RK.GE.AI 004. COC. FIOCRUZ, 1915).

Nesse contexto, a Revista do Brasil (1918), exalta em suas páginas tanto o nascimento da Liga Pró-saneamento, liderada por Penna, quanto à fundação da Sociedade Eugênica de São Paulo, presidida por Kehl, tornando-se um veículo potente para os debates sobre as diferentes formas de eugenia no Brasil, além de promover os ideais nacionalistas da elite intelectual da época.

Com esse entendimento, pude verificar em minhas pesquisas, que a Revista do Brasil se utilizava dos princípios nacionalistas para apropriar-se dos conceitos científicos higiênicos/eugênicos, como forma de reconhecimento, através da figura do seu redator-chefe, nas publicações literárias brasileiras, entre 1918-1925.

Levando em consideração o pensamento de Droysen, que afirma que toda operação historiográfica, necessariamente deve começar “com uma questão histórica e com o reconhecimento dos traços do passado no presente, nas lembranças e nos vestígios, que servem de fontes”, além da interpretação crítica das fontes que é o principal método de historiografia (2009, p. 18), este estudo lançou mão dos conceitos eugênicos de Galton e de

¹⁵ Logo após sair da Direção do periódico, em 1926, pouco antes de sua partida para os Estados Unidos, Monteiro Lobato escreveu a toque de caixa, em três semanas o Livro O Choque das Raças ou o Presidente Negro, com a certeza de que seria um grande sucesso: “A publicação do Choque nos Estados Unidos vai dar-me um saco de dólares”. Neste romance, Lobato descreve as possibilidades do “concerto do mundo pela eugenia”, onde a raça branca para manter sua superioridade, extermina a raça negra através da esterilização (LOBATO, 1964, p. 125 e 189).

sua apropriação pelos intelectuais que escreviam para a Revista do Brasil e vislumbravam um branqueamento paulatino da raça brasileira.

Nesse contexto, este estudo teve como **objetivo** as representações da higiene e eugenia, produzidas pela Revista do Brasil, no período de 1918 a 1925, sob a égide do movimento higienista/eugenista.

Para fins de operacionalização do estudo foram definidos como **objetivos**: caracterizar os artigos relacionados a higiene e eugenia nos volumes da Revista do Brasil, publicados no período entre 1918 e 1925; analisar a influência de Monteiro Lobato nas representações eugênicas, frente à Direção do periódico; discutir os efeitos das alocações científicas a partir da teoria higiênica e eugênica no campo da saúde pública, disseminada pela Revista do Brasil.

1.1 CONTRIBUIÇÃO DO ESTUDO

A Revista do Brasil, com toda sua relevância histórica, serviu como objeto de pesquisa para inúmeras produções científicas na área das ciências sociais. Dessa forma, o mensário foi exaustivamente discutido pela Historiadora Tânia Regina de Luca, em dois livros, sendo o primeiro *A Revista do Brasil: Um diagnóstico para nação*, onde a autora pesquisa os periódicos no período entre 1916 e 1925 e faz um diálogo com as fontes de referências direcionando sua análise “da visão de nação”, de forma que os intelectuais paulistanos da época podiam propor “soluções nacionais” para o desenvolvimento do Brasil (De Luca, 1999, p.12) ou como afirma Chartier (1990, p. 17), soluções forjadas por interesses de um determinado grupo, mesmo que fundadas na razão.

Dentre essas possíveis soluções, a autora discute, a partir das ideias dos homens da ciência da época, a índole dos brasileiros e as questões de higiene e eugenia presentes na Revista do Brasil.

O segundo livro da autora sob o título de *Leituras, Projetos e (Re) VISTA (S) do BRASIL (1916-1944)* teve como fonte de estudos a imprensa nas décadas finais do século XX, discutindo tanto as várias fases da Revista do Brasil, quanto outros periódicos com circulação na época (DE LUCA, 2011).

A autora Maria Inês Batista Campos em sua tese de Doutorado pesquisou o gênero das crônicas da Revista do Brasil, que depois se transformou no livro *A construção da identidade nacional nas crônicas da Revista do Brasil*. Nesse estudo, ela selecionou e analisou 17 crônicas do periódico, entre 1922 e 1925, destacando o interesse em “identificar vozes que

tratavam da identidade nacional e o gênero crônica situa-se num espaço privilegiado para esse trabalho”. Para tal, a autora avaliou textos tantos dos cronistas mais renomados da época quanto dos menos conhecidos (CAMPOS, 2011, p. 12).

Ressalto que apesar da Revista do Brasil ter sido um periódico, ela foi lembrada com ênfase em *O livro no Brasil*, escrito por Laurence Hallewell (2012), já que foi a partir da compra da Revista em 1918 que Monteiro Lobato se tornou um dos mais importantes Editores do país. No livro, o autor retrata o desenvolvimento das editoras do Brasil e seus problemas e afirma que apesar da Revista do Brasil ter um “alto padrão e de ter adquirido reputação excepcional, não era um sucesso comercial” até a chegada de Monteiro Lobato, que ampliou a rede de vendas de em média 300 livrarias espalhadas pelo Brasil para quase 2000 distribuidores, levando o Periódico e os livros da editora para todo tipo de loja de varejo, farmácias e padarias do país (HALLEWELL, 2012, p. 357 e 358).

Pietra Diwan (2013, p. 102), ao escrever sobre a história da eugenia no Brasil, com o livro sob o título de *Raça Pura*, menciona a Revista do Brasil ao destacar que Monteiro Lobato na direção do periódico, realizou vasta divulgação dos ideais da Liga Pró-saneamento da qual fazia parte (p. 100). A autora destacou também a união entre Lobato e o farmacêutico Cândido Fontoura onde a Revista do Brasil realizou por anos propaganda dos seus produtos, tornando inclusive, o *Jeca Tatu*, seu mais famoso personagem, em *garoto propaganda* da Farmácia Fontoura.

Yone Lima (1985), em seu livro *A ilustração na produção literária São Paulo-década de vinte*, fez um passeio sobre a ilustração na produção literária de São Paulo. Ao descrever o processo de editoração na empresa de Monteiro Lobato, faz uma minuciosa explicação sobre as atividades da Revista do Brasil e os renomados artistas contratados por Lobato para fazer as representações gráficas do mensário.

No livro *Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história*, Kropf e Lima (2010, p. 94) ao descreverem a trajetória do movimento sanitário e a doença de Chagas a partir da década de 1910, faz menção à publicação do médico Carlos Chagas sobre a doença do barbeiro na Revista do Brasil em 1918, por entender que este era um importante meio de comunicação, já sob o comando de Lobato.

Marinho e Mota, no livro *Eugenia e História: Ciência, Educação e Regionalidades* (2013, p. 213) ao discutirem os discursos de “regionalizar o poder político em São Paulo, numa clara oposição aos nortistas” no final do século XIX, devido ao grande número de imigrantes e brasileiros que vinham para se fixarem no estado e que ameaçavam a estirpe da elite paulistana, ressaltam que essa oposição foi encontrada na Revista do Brasil.

Renata Silva em seu artigo, *Monteiro Lobato e a Revista do Brasil (1916-1925): representações de ciência, literatura, arte e história*, analisa os primeiros anos de Lobato na Revista do Brasil e as mudanças ocorridas no periódico depois de sua compra, além da fundação da sua primeira editora: Monteiro Lobato & Cia. Editores (2011, p. 1).

Thomas E. Skidmore, no seu livro *Preto no Branco* ao discutir a raça no Brasil, nos períodos de 1870 a 1930, destaca que a Revista do Brasil publicava matérias sobre todos os aspectos do problema brasileiro, além de pôr seus leitores em contato com os grandes centros da civilização do Atlântico Norte e com os debates sobre a modernização do Brasil (SKIDMORE, 2012, p. 237).

Martins, ao discutir a Imprensa e práticas culturais em São Paulo, no período da República, ressalta que a Revista do Brasil, com sua posição norteadora de um projeto nacional, tornou-se em um modelo paradigma de revista cultural (MARTINS, 2008, p. 539).

Como visto, a Revista do Brasil é objeto de pesquisa para muitos estudos. Contudo, dentre os pesquisados, não foram encontrados indícios de trabalhos voltados especificamente para a interlocução entre os diferentes aspectos da eugenia/higiene no início do século XX.

Dessa forma, torna-se relevante um estudo aprofundado sobre o diálogo entre as questões de saúde, a partir das referências higiênicas/eugênicas, nas representações científicas veiculadas na Revista do Brasil durante o período Lobatiano (1918-1925), afim de identificar como a concepção de mundo representada no periódico influenciou não somente as medidas sanitárias da época, mas também os ideais eugênicos, visto como sinônimos para muitos estudiosos do período estudado, mas contestado por outros.

1.2 ESTADO DO CONHECIMENTO

A “gênese” do termo revista no Brasil é datada no final do século XIX, quando ela deixa de ser relacionada ao “significado usual de *passar a tropa em revista* e assume o status de publicação”. Essa relação se dá pelo fato da revista ser entendida como um material onde possuem “diversos assuntos que permite um tipo de leitura fragmentada, não contínua, e por vezes seletiva” (MARTINS, 2008, p. 45), onde *passamos os olhos*.

A autora realizou ainda, um processo comparativo entre o uso da revista e do livro, afirmando que a primeira depois de ser “re-vista, se abandona, amarelece esquecida [...] onde só os estudiosos e certos interessados pelas letras e pelas artes guardam a revista”. Já os livros, são duráveis por terem capa dura e possuírem a possibilidade de reedições, além de

frequentemente serem escritos por um único autor e a revista “ser sempre uma manifestação duma criação de grupo” (MARTINS, 2008, p. 46).

No que se refere ao jornal, Martins (2008, p. 46) ainda afirma que as semelhanças entre este e a revista dificultam a contraposição. Com características muito parecidas no “formato e com periodicidade assídua”, o que os difere é a existência de capa nas revistas e principalmente a formulação de sua programação.

De encontro com essa afirmação De Luca esclarece que:

O conteúdo de jornais e revistas não pode ser dissociado das condições materiais e / ou técnicas que presidiram seu lançamento, dos objetivos propostos, do público a que se destinava e das relações estabelecidas com o mercado, uma vez que tais opções colaboram para compreender outras, como formato, tipo de papel, qualidade da impressão, padrão da capa/página inicial, periodicidade, perenidade, lugar ocupado pela publicidade, presença ou ausência de material icnográfico, sua natureza, formas de utilização e padrões estéticos (DE LUCA, 2011, p. 2).

O uso de periódicos para realização de estudos científicos é frequente na atualidade. Segundo De Luca (2006, p. 315), a partir dos anos de 1980, os jornais e revistas passaram a “ocupar lugar dos mais destacados nas pesquisas históricas”. A partir daí estes instrumentos deixaram de ser apreciados como “depositários de dados, fatos e ideias para dar lugar a estudos que evidenciam, por meio da análise do discurso, a parcialidade das informações”, divulgando a relação entre os “órgãos de imprensa com grupos políticos”, bem como suas relações de poder.

Para Pellon (2013, p. 20) as produções que usaram as revistas de publicações periódicas como fonte de pesquisas “são reveladoras da diversidade de leituras possíveis que os estudos têm produzidos sobre sua função social e sobre os interesses envolvidos na sua circulação em tempos e espaços distintos”.

Nesse contexto, dentre os diversos trabalhos encontrados que utilizaram periódicos como fontes de pesquisa, destaco o de Tenopir e King (2001, p. 1) que se debruçaram no estudo da importância dos periódicos para o trabalho científico e afirmaram que as revistas científicas são as fontes de pesquisas e de comunicação mais importantes para os cientistas. No entanto, ainda há muitas controvérsias sobre seu uso, tais como o “volume, tempo gasto e benefícios obtidos de leituras de artigos científicos, assim como o declínio no número de assinaturas de periódicos impressos”, ampliando a preferência e o crescimento dos periódicos eletrônicos.

Sophia (2013, p. 1404-1405) ao escrever o artigo, A revista Saúde em Debate como fonte e objeto de estudo, menciona a revista “como produção social e cultural, transformando-

a em objeto da história e, dessa forma, em unidade de compreensão” e atribui ao periódico, além da sua função como fonte a importância na análise de dados, lembrando que a revista teve papel importante na memória da proposta da reforma sanitária com a “característica de aliar conhecimento científico e político aplicado à gestão das políticas de saúde por meio de uma visão crítica”.

Rodrigues e Marinho (2009, s/p) ao pesquisarem a trajetória do periódico científico na Fundação Oswaldo Cruz, afirmam que sempre que precisamos de alguma informação científica, pensamos imediatamente em periódicos. Para os autores, “desde que começou a ser publicado, no século XVII, o periódico científico passou a proporcionar à comunidade científica um canal formal de comunicação, por meio da publicação de artigos originais”, surgindo como uma fonte de comunicação particular, que até então era feita a partir de cartas e atas.

Eugênio (2011, p. 121), em seu artigo sobre o estudo da história da medicina, da saúde e da doença no Brasil oitocentista, explica que os periódicos criados na década de 1870 no Brasil eram organizados pela iniciativa particular de alguns médicos, com o intuito de “propagar o seu saber e as suas opiniões sobre os problemas de saúde no país”, além de serem usados em “estudos sobre a atuação das instituições médicas”.

Zanlorenzi (2010, p. 60), pesquisou o uso da imprensa como fonte de estudo na história da educação no Paraná, entendendo que jornais e revistas possuem grande relevância devido suas especificidades como veículos de “circulação de ideias que representam e ainda podem representar um determinado interesse”. A autora afirma ainda, que na história da educação o uso de periódicos educacionais vem se consolidando de forma crescente como fonte e objeto de estudos.

Farias (2015), ao analisar os jornais e revistas como objetos de pesquisas na formação de professores da primeira escola normal do Brasil a partir do periódico *A escola* (revista de Educação e Ensino de 1877), afirma que este foi um importante espaço de “discussão e de questionamentos por parte de professores primários” em relação às más condições de trabalho (p. 60). O que confirma a opinião de Catani (1996), que descreve as revistas de educação da seguinte forma:

O fato das revistas de ensino fazerem circular informações sobre o trabalho docente, a organização do sistema de ensino, as lutas da categoria profissional do magistério, bem como os debates e polemicas que incidem sobre aspectos dos saberes ou das práticas pedagógicas, tornam as mesmas uma instância privilegiada para a investigação dos modos de funcionamento do campo educacional (CATANI, 1996, p. 116).

Catani e Bastos (2002, p. 6), com o objetivo de divulgar estudos que utilizam periódicos relacionados à educação, como fonte de pesquisas no Brasil e no exterior, explicam que o periódico como instrumento destinado aos professores, constitui um elo indispensável, já que representa “o espaço onde se desdobra e o ponto no qual se concentra todo um conjunto de teorias e práticas educativas de origem tanto oficial quanto privada”.

Nesse contexto, que De Luca (2011, p. 2) informa ser “essencial refletir acerca das múltiplas consequências decorrentes do ato de tomar os periódicos como fonte e objeto”. Entendendo as distintas possibilidades de estudos e as inúmeras áreas de pesquisas, que bebem dessa fonte. Acreditando que esta, seja uma forma relevante de conhecer a historiografia de um determinado período histórico, bem como as representações políticas defendidas por um determinado grupo.

1.3 MOTIVAÇÃO PARA O ESTUDO

O interesse pelo estudo surgiu a partir de encontros do grupo de estudos, no LACENF (Laboratório de Abordagens Científicas na História da Enfermagem), ao longo do ano de 2015, em conversa com meu orientador, Prof. Dr. Wellington Amorin e com o Prof. Dr. Luiz Pellon (que já havia pesquisado sobre o assunto), ambos professores do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Biociências.

Ressalto, que não me recordo, em nenhum momento da minha formação acadêmica, ter tido contato com os estudos eugênicos. Mesmo nas aulas relacionadas ao saneamento no Brasil no início do século XX, o termo eugenia nunca foi cogitado pelos docentes, como se o assunto relacionado às multirraças (branco, negro e índio), não tivesse sido um capítulo importante em nossa história.

Dessa forma, o conhecimento sobre o tema além de ter sido uma novidade, também foi esclarecedor, no sentido de compreender lacunas em nossa história, sobre conceitos enraizados nos discursos do senso comum, como a negação do Brasil em ser um país racista, apesar de inúmeros fatos históricos que provam o contrário.

Para me aprofundar no assunto, passei a ler assiduamente sobre a eugenia em distintas referências e a participar de discussões sobre o assunto no LACENF com os professores citados, que me indicavam outras literaturas sobre o tema, além de participar de disciplinas na Casa de Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) que auxiliaram no meu desempenho sobre o assunto.

Em um dos encontros do LACENF, recebi das mãos do meu orientador um pequeno artigo sob o título *A hygiene no Brasil* por Belisário Penna, que havia sido publicado em 1918 na Revista do Brasil, com a missão de encontrar e conhecer tanto o periódico quanto suas referências em saúde. Foi nesse momento, que houve a descoberta que a Revista teve uma longa história de existência e suas páginas foram discutidas e estudadas por distintos autores, devido sua grande importância no início do século XX.

Ao me deparar e folhear a revista, encontrada na Academia Brasileira de Letras e na Biblioteca do Museu Republicano da USP, e toda sua trajetória, pude verificar que no periódico haviam diferentes textos sobre higiene e eugenia, que de fato, me fizeram perceber o quanto seria interessante pesquisar as representações higiênicas/eugênicas na Revista do Brasil.

Outro fator que merece importância, e que também influenciou no interesse pelo estudo, é força de validação que todo e qualquer tema possui ao ser nomeado como ciência, que me pareceu quase dogmático, no sentido de que tudo que seja descrito como ciência, não se discute, se cumpre. Os conflitos entre os intelectuais da época, fincavam seus discursos sempre embasados nesse conceito. Contudo, o mesmo pode ser facilmente manipulado conforme os interesses de quem propõe. Logo, sanear a raça, pode ser entendida tanto como uma forma de melhoria da saúde através de trabalhos terapêuticos e de prevenção, quanto uma bandeira em favor de preceitos racistas.

Tal interesse foi ainda maior ao descobrir que o periódico teve seu maior reconhecimento no período entre 1918 e 1925 quando se encontrava sob o comando do escritor José Bento Monteiro Lobato, um árduo defensor dos ideais do branqueamento da raça brasileira no início do século XX e um dos mais influentes autores da época e que atravessou gerações com seus contos infantis.

Em meus estudos, pude verificar que alguns desses contos, que muito divertiram minha infância, tiveram suas edições atualizadas e alteradas para serem bem aceitos nos novos tempos. Foi o caso do livro *Memórias da Emília* escrito originalmente em 1936, onde, uma das personagens prediletas do autor, a boneca Emília, zangada com a tia Nastácia a chama de “negra beijuda” e dispara a seguinte frase “Deus que te marcou, alguma coisa em ti achou! Quando ele preteja uma criatura é por castigo”. Nas edições atuais, esta frase não é mais encontrada.

Lobato se mostrou um intelectual de discursos incrivelmente ambíguos, e que apesar de graduado em Direito, discutia em seus textos, temas relacionados à saúde com tanta

propriedade, que muitos foram os médicos, que reproduziam suas palavras para proferir palestras sobre a higiene e eugenia.

Apesar de sabidamente, Lobato ter apresentado em suas alocações conceitos extremamente preconceituosos, pois estes foram retratados em muitos textos e cartas enviadas pelo autor, poucos tiveram sua coragem em dizer tudo que deseja, sem se preocupar com as consequências como ele. Por isso, me foi de grande interesse estudar seus conceitos sobre a saúde nas primeiras décadas do século XX, e principalmente, sua influência, nos contornos da Revista do Brasil.

2 PERSPECTIVAS E PRESSUPOSTOS DA NOVA HISTÓRIA CULTURAL

No período escolhido para o estudo (1918-1925), a historiografia no mundo ocidental, sofria influências da *Escola Histórica Alemã*, que se baseava na História da Política (pensamento nacionalista) e na História dos Grandes Homens ou vencedores (BARROS, 2011, p. 27). A cultura política e historiográfica alemã, reproduzia acriticamente uma narrativa e atribuía toda uma historiografia em um único personagem, tornando sua leitura “reducionista e equivocada”. (BENTIVOGLIO, 2010, p. 23 e 24).

A escrita oitocentista, preconizada na Escola Histórica Alemã, traz semelhanças com o pensamento intelectual presente no conteúdo das edições da Revista do Brasil no início do século XX, no momento em que ambos países preconizavam o diálogo entre a ciência e a política, demonstrando um emergente sentimento nacionalista.

Esse encontro entre a ciência e a política, que Jatahy Pesavento (2007) chama de Nova História Política, reflete uma historiografia centrada no imaginário do poder. A autora explica que estes, “São fenômenos que presidem a repartição da autoridade e do poder entre grupos e indivíduos, sobre mitos e crenças que levam os homens a acreditar em alguém ou algo dotados do poder simbólico e coesão social” (PESAVENTO, 2007, p. 44).

Em 1929, com o objetivo de promover uma nova espécie de história que fosse mais abrangente, historiadores franceses fundaram a Revista dos Annales, substituindo a “tradicional narrativa de acontecimentos por uma história problema”. A Revista nasceu então, com um perfil abrangente, levando em consideração todas as “atividades humanas e não apenas história política” e colaborando com outras disciplinas, tais como: geografia, sociologia, psicologia, economia, linguística, antropologia social, dentre outras (BURKE, 1991, PREFÁCIO).

Hunt (2001) afirma que apesar da relutância da Escola Alemã, a História Social supera a História Política como a área mais importante de pesquisa histórica. O autor imputa essa superação ao marxismo, apesar deste não ser uma novidade nos anos de 1950 e 1960, e a Escola dos Annales. Para ele, a importância do marxismo se deu, por este fomentar interesse dos historiadores pela história social, abrindo espaço para publicações de livros e textos sobre as classes populares, com ênfase em “operários, criados, mulheres e grupos étnicos”. Já a Escola dos Annales, pela reflexão de Hunt, ficou conhecida internacionalmente, tornando-se referência para os estudos de história nos anos de 1970, provavelmente, por seu modelo preciso em sua “obra sobre o mundo mediterrâneo (HUNT, 2011, p. 2 e 3).

A Escola dos Annales, postulou três distintas gerações:

Em sua primeira geração, caracteriza-se por ser pequeno, radical, subversivo, conduzindo uma guerra de guerrilhas contra a história tradicional, a história política e a história dos eventos [...] A segunda que mais se aproxima verdadeiramente de uma Escola, com conceitos diferentes e novos métodos [...] E a terceira geração é profundamente marcada pela fragmentação [...], alguns membros do grupo transferiram-se da história socioeconômica para a sociocultural, a exemplo de Roger Chartier (BURKE, 1991, PREFÁCIO).

Tomando essa terceira geração como referência, Peter Burke esclarece que a História Cultural diferencia-se da História intelectual e da História Social, sugerindo uma ênfase em “mentalidades, suposições e sentimentos” e não em ideias ou sistemas de pensamentos (2005, p. 69):

[...] cultura é um padrão historicamente transmitido, de significados incorporados em símbolos, um sistema de concepções herdadas, expressas em formas simbólicas, por meio das quais os homens se comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atitudes acerca da vida (BURKE, 2005, p. 52).

Essa diferença na característica da História Cultural, levou alguns autores, como Lynn Hunt, passar a denomina-la como Nova História Cultural. Todavia, Pesavento (2007), esclarece que esta passa à nomenclatura de Nova História Cultural, apenas quando se distancia da História Cultural tradicional. Ou seja, quando os autores que possuíam concepções de viés marxistas, e entendiam a Cultura como um domínio das elites, passam a pensar a Cultura como um “conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo” (PESAVENTO, 2007, p.7).

Para a Nova História Cultural, dois aspectos são característicos em seus fundamentos: as “Práticas”, como a apreensão da produção mental (que refere as práticas religiosas e não da teologia, a história da fala e não da linguística e a história do experimento e não da teoria científica) e as “Representações” que se caracteriza pela “construção ou produção da realidade” (BURKE, 2005, p. 53 e 67).

Nesse sentido, Chartier defende o conceito de representação e refere-se às materializações das operações mentais e intelectuais de “determinados agentes envolvidos no processo de produção”. Logo, as representações são “sempre determinadas pelos interesses de grupos que a forjam”, sendo para cada caso “o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza” (CHARTIER, 1990, p. 17).

A força da representação ocorre pela capacidade de mobilizar e produzir reconhecimento e legitimidade social, a partir da personalização de um ausente. Logo, a representação não é uma cópia do real, mas uma construção feita a partir dele, é uma

edificação sobre o mundo, que não só se colocam no lugar deste mundo, como também fazem que percebam a realidade e pautem a sua existência” (PESAVENTO, 2007, p. 21).

Chartier explica que a construção do sentido ocorre a partir dos mundos do texto e do leitor. O autor lembra que “várias hipóteses orientaram a pesquisa” fosse ela organizada por estudos de uma determinada classe de objetos impressos, ou a partir das práticas de leitura, ou ainda, por um texto em especial (CHARTIER, 1991, p. 178).

Tomando como referência as práticas de leitura, no entendimento de Lynn Hunt (2006) estas não possuem nenhuma relação íntima entre o leitor e o que é lido, apesar do leitor ser visto pelo autor, como sujeito de uma interpretação previamente determinada. (LYNN HUNT, 2006). Nesse mesmo caminho, Chartier (1991) afirma que a leitura é sempre uma prática encarnada em “gestos, espaços e hábitos”. Uma história deve procurar instrumentos específicos que diferem seus leitores por comunidades e tradições de leitura. Os que podem ler o texto, o fazem de forma diferenciada um do outro, além do distanciamento entre os “letrados de talento e os leitores menos hábeis”, que só se sentem seguros mediante algumas “formas textuais ou tipográficas” (CHARTIER, 1991, p. 179).

Todavia, no livro *Formas e Sentidos*, Chartier (2003) explica que estas diferenças entre os leitores, não impedem que estes não invistam em determinadas leituras, mas impõe seus interesses e expectativas de forma distinta do outro grupo de leitores que possuem, não só diferentes instrumentos intelectuais, mas também diferentes relações com o escrito.

Em consonância com Chartier, Pesavento (2007) afirma que o leitor interpreta o texto e o ressignifica, concordando ou não com o autor, pois ler é uma atividade criativa que inventa sentidos. Contudo, o corpo editorial projeta o controle do leitor “armando bem sua intriga e explicitando seu argumento, de forma a produzir coerência na interpretação feita pelo leitor” (PESAVENTA, 2007, p. 35)

A universalização da leitura não se opõe à particularização de segmentos culturais, ou seja, produtos culturais não são produzidos e consumidos exclusivamente por uma determinada classe social. Os mesmos livros, sejam eles “eruditos ou romance de massa”, podem ser encontrados tanto nas casas da elite, quanto na casa dos menos letrados, pois grupos diferentes apropriam-se dos materiais culturais de forma distinta (CHARTIER, 2003, p.11). Essa variação se dá a partir dos mecanismos de leitura de cada leitor, dos textos e dos objetos impressos que os sustentam”, já que todo trabalho se insere no entrelaçamento de uma “história das práticas, social e historicamente diferenciadas e de uma história das representações inscritos nos textos ou produzidas pelos indivíduos” (CHARTIER, 1991, p. 179).

Chartier (1988) avalia, que a teoria da leitura está no ponto de articulação entre os mundos do texto e do sujeito, já que a partir dela está à capacidade de compreensão da “apropriação dos discursos, ou seja, é forma pelo qual estes afetam o leitor e o conduzem a uma nova norma de compreensão de si próprio e do mundo” (CHARTIER, 1988, p. 24). Para o autor, o material impresso como veículo de apropriação, alterou as relações de poder modificando “formas de sociabilidade” e autorizando “novos pensamentos” (CHARTIER, 1991, p. 178).

Hunt, no entanto, lembra que nenhum texto impresso existe sem um suporte que o legitime, pois depende de dispositivos que o leve até o leitor. Para tal, utiliza-se de “aparatos” capazes de realizarem esse papel de conferir legibilidade, sejam aqueles impostos pelas estratégias da escrita e intenções do autor, seja as que resultam da manufatura do livro pelo corpo editorial, sem anuência do autor (HUNT, 2006, p. 220). Com a legibilidade da escrita impressa, esta admite a sua cópia para futuras leituras, possibilitando a incorporação de novos leitores, e com isso, a conservação do conhecimento (CHARTIER, 1991).

Os manuscritos ou impressos, são objetos que atuam na apropriação, ao fixarem uma interpretação correta que devem impor limites à leitura (CHARTIER, 1994). Nessa perspectiva, a Revista do Brasil, como um texto impresso, pode tornar-se portadora de uma dominação metafórica ao cunhar em seu conteúdo, convenções morais defendidas por um determinado grupo.

3 OPERAÇÃO METODOLÓGICA

O presente trabalho encontra-se inserido na linha de pesquisa intitulada *Enfermagem, Biociências, Saúde, Ambiente e Cuidado*, pertencente ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Biociências (PPGENFBIO). Área de concentração: Enfermagem, Biociências, Saúde, ambiente e Cuidado – Doutorado, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

O percurso metodológico do estudo é apoiado pela abordagem teórica da Nova História Cultural descrita por Roger Chartier, onde uma prática histórica deve se organizar em três diferentes polos: “o estudo crítico dos textos, a história do livro e a análise das práticas de leitura” (CHARTIER, 1991, p.178).

O estudo crítico do texto é entendido por Chartier como um ato concreto da leitura que requer a construção do sentido, logo, a interpretação de um impresso, como uma “relação móvel”, dependente das variações do próprio texto (a impressão ou a modalidade de leitura, silenciosa ou oral), tendo como elementar a noção de apropriação, como um sentido das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (sociais, institucionais, culturais) e “inscritas nas práticas que as produzem” (CHARTIER, 1990, p. 26).

O livro ganha notoriedade com o advento tipográfico de Gutemberg (século XV), que produziu um modelo de reprodução de letras em série e a impressão tornou-se um meio mais eficiente de multiplicar textos, possibilitando a produção de livros em escala (FISCHER, 2006). A tipografia¹⁶ é a “escrita que é editorada, moldada, emendada e destinada a reproduzir-se por meios artificiais; e a própria escrita é uma espécie de banco genéticos para ideias” (TSCHICHOLD, 2007, p. 11).

No que tange a materialidade do livro, Chartier, na obra *Os desafios da escrita*, elucida que o texto não existe sem os amparos materiais, pois estes são seus veículos, ou seja, sua forma que permite a idealização dos seus significados. “O mesmo texto fixado em letras,

¹⁶ Para o sucesso da tipografia foi necessário a substituição do pergaminho pelo papel, pois o primeiro passou a ser utilizado apenas para atos cerimoniais e oficiais, porque apresentava valores exorbitantes que dificultavam seu uso (FISCHER, 2006).

A história da editoração no Brasil pode ser dividida em três momentos distintos: o primeiro se deu pouco tempo depois da chegada do príncipe D. João ao Brasil, quando o mesmo assinou um decreto criando a Imprensa Régia (até então Portugal havia proibido qualquer forma de impressão no país), criando de início um pequeno público de leitor na Corte, mas que logo ampliou-se para as províncias. O segundo momento, se deu durante e logo após a 1ª guerra mundial e se caracteriza pelo período de concretização da indústria editorial brasileira, marcada pela liberdade e conquista de uma identidade, assimilando o que era feito na Europa e Estados Unidos, fazendo uso de “formatos e características idênticos”. O terceiro momento, se deu a partir da década de 1960, e se firmou como o período da profissionalização da editoração brasileira, tanto na eficiência da reprodução dos livros quanto na formação acadêmica de pessoas para atuarem nesta atividade (ARAÚJO, 2008, p. 29 e 30).

não é o mesmo, caso mudem os dispositivos de sua escrita e de sua comunicação” (CHARTIER, 2002, p. 62).

Lima (1985), corrobora com Chartier ao explicar que o livro:

Passa por um processo de elaboração que vai desde os cálculos para a quantidade de papel a ser usado (capa e miolo) até seleção de materiais (papel, tipos e clichês) e a diagrama minuciosa, página a página; passa por testes, revisões e provas, chega ao lay out e, após uma longa trajetória que requer muita atenção e cuidados, alcança o resultado final (LIMA, 1985, p. 24).

Chartier defende a hipótese de que os livros são textos que dependem da colaboração de impressoras, de tipógrafos, de capistas, de editores que tomam decisões sobre o tipo de letra, tamanho da mancha tipográfica, introdução de figuras e notas explicativas, confecções de orelhas e capas. Nessa perspectiva, os autores produzem textos que sofrem interferências do corpo de edição (CHARTIER, 2003, p. 9).

Na Revista do Brasil, pelo menos entre 1918 e 1921, sob pleno comando de Monteiro Lobato, todos os impressos eram pessoalmente analisados por seu editor-chefe, que pouco aceitava a interferência de outros profissionais e nada era publicado sem passar por seu crivo, desde a escolha dos autores, textos até ilustrações. (LIMA, 1985).

Dentre os avanços tipográficos permitidos pela impressão, talvez o mais contundente tenha sido a oportunidade de expandir ao público o acesso à leitura, que até então era reservada a uma seleta categoria de pessoas. Pois, os mesmos textos passaram a circular e foram apropriados tanto pelos leitores mais humildes, que acabavam por ter contato com os livros que não eram destinados a eles, quanto pelos “leitores letrados” (CHARTIER, 1994, p. 16).

Para Fischer (2006), a possibilidade de imprimir um mesmo livro, de forma idêntica e em quantitativo ilimitado transformou a sociedade, tornando-a moderna. Pois, como ressalta Chartier (2003), o escrito impresso torna a leitura em “fria e refletida”, opondo-se ao “entusiasmo e às paixões” comuns da leitura erudita. Nesse sentido, o público torna-se soberano, pois até um juiz pode ser julgado por um público instruído (CHARTIER, 2003, p. 27).

Apesar do livro tentar apontar uma ordem em sua decifração, no seu entendimento ou a “ordem desejada pela autoridade que o encomendou ou permitiu sua publicação”, ele não tem o poder de anular a liberdade dos leitores. Contudo, essas intervenções causam efeito na leitura, pois um texto pode tentar mostrar uma veracidade que nem sempre é real, utilizando-se de “dispositivos textuais operados pelo autor” com a pretensão do leitor ser levado para o

caminho desejado, ou seja, fazer a leitura de certa forma (CHARTIER, 1994, p. 8 e 2003, p. 9).

Em contrapartida, o leitor é um viajante. Pois a leitura é sempre “encarnada em gestos, em espaços, em hábitos”, ela se inscreve em um espaço que contemple uma relação consigo e com os outros (CHARTIER, 1994, p. 12 e 13).

Lobato, por sua vez, ao se referir ao leitor, afirmava que este precisava colaborar com o autor. Dessa forma, ao redigir um livro o escritor não deve “estragar com abundantes detalhes, apenas sugerir, pincelar”, forçando o leitor a ver “mil coisas que não dissemos”, em suma, “fazer que o leitor puxe o carro sem perceber” (LOBATO, 1957, p. 13 e 14).

3.1 CONSTITUIÇÃO DO CORPUS DOCUMENTAL

Para uma maior adequação metodológica da pesquisa, o levantamento documental foi constituído a partir da busca de todos os textos relacionados à higiene e eugenia na Revista do Brasil, no período Lobatiano. Foram também utilizadas, cópias de imagens do conteúdo da Revista como prova do escrito e para dar apoio na análise documental, pois nas representações, a imagem utilizada no frontispício ou na página do título, na orla do texto ou na última página, classifica o texto, sugere uma leitura, constrói um significado. Ela é protocolo de leitura e indício identificador (CHARTIER, 1990, p. 133).

A imagem no texto, seja ele gráfico ou não, exerce um papel na elaboração dos significados atribuídos a ele, porém, considerando a liberdade do leitor, ela relega à imaginação infinitas possibilidades de interpretação dos fatos e fenômenos do passado. (CHARTIER, 1990, p. 133).

A escolha do período entre 1918 e 1925 para o referido estudo não se deu por o acaso, mas justifica-se pela importância e notoriedade do periódico, sob a Direção de Monteiro Lobato, que segundo De Luca (1990) foi a mais conhecida e respeitada revista da época no Brasil, em um momento histórico simultâneo com o movimento sanitarista.

A realização do estudo se deu preliminarmente a partir do levantamento dos exemplares da Revista do Brasil, que ao longo da sua trajetória, possuiu 181 números editados. Deste total: 24 números foram editados no período entre 1916 e final de 1917; 89 números foram editados no período escolhido para o estudo (entre 1918 e 1925); 09 números foram editados entre 1926 e 1927; 56 números foram editados entre 1938 e 1943; 03 números editados em 1944 e 12 números editados entre 1984 e 1990.

Os fascículos do período escolhido, foram encontrados, em sua maioria, na Academia Brasileira de Letras (ABL) do Rio de Janeiro, sendo os dias de pesquisa organizados da seguinte forma:

Quadro 1 — Período de pesquisa na Academia Brasileira de Letras:

ANO DA REVISTA	DATA DA PESQUISA
1918	02/março/2015
1919 e 1920	09/março/2015
1921	16/março/2015
1922	23/março/2015
1923	30/março/2015
1924	06/abril/2015

Os fascículos que faltavam na ABL (julho de 1918 e de janeiro a maio de 1925), foram encontrados no banco de dados da Biblioteca do Museu Republicano da Universidade de São Paulo (USP), digitalizados e enviados via e-mail.

Para o aprofundamento dos estudos e melhor entendimento dos fatos históricos relacionados a higiene e eugenia no início do século XX, foram realizadas visitas ao Departamento de Arquivos e Documentações (DAD) da Casa Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), para pesquisa nos Fundos Renato Kehl e Belisário Penna. Como estes apresentavam um material muito extenso, com distintos textos e imagens (cartas pessoais, artigos, relatórios, jornais, como o Boletim de Eugenia, dentre outros), para a otimização da pesquisa, foram retiradas fotos digitalizadas dos impressos para análise futura do material no LACENF (Laboratório de Abordagens Científicas na História da Enfermagem). As cópias dos materiais foram executadas da seguinte forma:

Quadro 2 — Período de pesquisa na Casa de Oswaldo Cruz (COC) – FIOCRUZ

Fundo Belisário Penna	13/abril/2015
Fundo Renato Kehl	13/abril de 2105 e 04/05/2015

Com o acervo completo da Revista do Brasil em mãos, além do material digitalizado da Casa de Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), foi realizada a impressão e encadernação de todo material para melhor visualização e leitura dos artigos.

A análise das práticas, segundo Chartier (2003), são as diferentes formas de “apropriação dos produtos culturais por distintos grupos ou indivíduos”. É uma associação do conhecimento a partir do livro com a análise sobre as formas de ler, tomando parte a “materialidade do livro e corporalidade do leitor” (CHARTIER, 2003, p. 11).

Ao término do rigor da crítica documental, Chartier preconiza que a análise documental é prioridade para compreensão dos processos envolvidos na construção do sentido da realidade, e para tal, torna-se necessário seguir três princípios metodológicos.

O primeiro se refere tanto à delimitação das fronteiras da compreensão do sentido apontado pelos textos e suas formas de publicação, quanto à importância da apropriação como um ato produtor de uma diferença. No segundo princípio, Chartier postula a força das representações, sejam elas objetivas ou interiorizadas, como eixo norteador da análise, como forma de congregar a “potência dos textos escritos através dos quais elas serão lidas ou ouvidas, com as categorias mentais, socialmente diferenciadas, impostas por elas como as matrizes das classificações e juízos”. E por último, no terceiro princípio de análise, o autor defende o cruzamento de duas linhas que organizam toda metodologia de história ou de sociologia cultural: uma vertical (diacrônica) que estabelece a relação de um novo texto, com uma manifestação anterior no mesmo ramo de atividade cultural e uma horizontal (sincrônica) que é a relação do conteúdo do objeto intelectual, com o que vai aparecendo ao mesmo tempo em outros ramos (CHARTIER, 2011, p. 280-285).

Tomando como referência a análise documental, conforme postulado por Roger Chartier, este estudo priorizou caracterizar a materialidade dos fascículos relacionados à saúde da Revista do Brasil entre os anos de 1918 e 1925, buscando compreender os saberes apropriados pela elite intelectual brasileira, no que se refere aos pensamentos científicos à época (higiênicas/eugênicas), representadas nos discursos impressos nas linhas do periódico. Contudo, para estarmos seguros de como os saberes se apresentam, faz-se necessário pesquisarmos a sua apropriação, examinando, esclarecendo e comprovando o documento (DROYSEN, 2009, p. 45).

4 A REVISTA DO BRASIL E SUA MATERIALIDADE ESTÉTICA

A palavra revista é derivada do termo inglês *review* e foi proferida pela primeira vez em 1705. No Brasil, no entanto, a expressão revista foi cunhada no final do século XIX, “quando desgarrada do significado usual de passar a tropa em revista, assume status de publicação”. A autora reflete que a revista é uma publicação que “passa em revista diversos assuntos e permite um tipo de leitura fragmentada, não contínua e seletiva” (MARTINS, 2008, p. 45).

No livro *Jornalismo de revista*, Maria Scalzo (2003, p. 11) defende que o periódico é um “produto, um negócio, um conjunto de serviços, uma mistura de jornalismo com entretenimento”. A autora afirma que as revistas costumam ser “objetos queridos” de quem as possuem, por vários motivos:

São fáceis de carregar e de colecionar, são boas de recortar, de copiar [...] estabelece um fio invisível que une as pessoas, ajuda a construir identidade, dá a sensação de pertencer a um determinado grupo [...] pode chamar o leitor de você, entra no espaço privado, na intimidade, na casa dos leitores (SCALZO, 2003, p. 12 a 14).

A periodicidade das revistas, normalmente são semanais, quinzenais ou mensais, tornando-a um meio de comunicação diferente dos jornais, que são diários, e precisam apresentar notícias que acontecem todos os dias e depois da sua leitura, tendem a ser descartados. As revistas, contudo, precisam “explorar novos ângulos, ajustar o foco para aquilo que se deseja saber”, além de serem guardadas, relidas, tendo uma maior durabilidade (SCALZO, 2003, p. 41).

Essa abordagem permite a reflexão sobre o papel do periódico e seu corpo de publicação (escritor, editor, tipógrafo, etc.), não somente, como ressalta Araújo (2012, p. 53), por impor ao editor uma “linguagem mais ágil, mais próxima do coloquial”, mas também, por ter tido grande representatividade no Brasil a partir da segunda metade do século XIX, devido à carência em editoras no país, pois, poucos países demoraram tanto para desenvolver uma indústria editorial nacional (HALLEWELL, 2012).

No início do século XX, São Paulo já contava com alguns periódicos que promoviam a cultura e estimulavam as “letras, as artes e as ciências”. Nesse período, o livro era facilmente preterido pelas revistas e jornais, que “gozavam de maior prestígio” e prendiam a atenção dos públicos masculino e feminino, pois ao lado de notícias de política e ciências,

encontrava-se contos, novelas, romances, poesias, além de fartas ilustrações (LIMA, 1985, p. 15 e 58).

Dentre as revistas paulistanas nos anos de 1920, encontrava-se a Revista do Brasil, que foi a fonte inspiradora de Monteiro Lobato para alavancar sua editora (LIMA, 1985). Pois, a partir desta, foi possível expandir seus negócios para venda de livros, já que junto com o periódico, Lobato encaminhava livros para os mais variados pontos de comércio, para serem vendidos de forma consignada (CAVALHEIRO, 1956).

A Revista do Brasil toma vulto no final da 1ª guerra mundial, período no qual a indústria editorial se consolidou no país, a partir da sua compra por Monteiro Lobato, que afirmava que um dos grandes problemas no Brasil em vendas de livros era a falta de locais para sua comercialização, o que foi resolvido pelo Editor com o envio de uma circular para farmácias, bancas de jornal e armazéns, propondo uma parceria entre sua Editora e esses estabelecimentos comerciais, lhes oferecendo uma comissão de 30% na venda de livros e da revista. (LOBATO, 1964).

Outros fatores, debatidos por Lobato, como sendo os principais inviabilizadores na impressão de livros no Brasil eram o papel e os impostos nele embutidos, tal qual, o próprio deixa claro em uma de suas opiniões:

Depois do Ato de D. Maria I mandando destruir os prelos do Brasil-colônia, nenhum maior golpe inda sofreu a cultura neste país do que a elevação de taxas sobre o papel ocorrido em 1918 [...]. Imposto sobre o papel significa imposto sobre a cultura, visto como é o papel a matéria básica do livro, do jornal e da revista, os três grandes instrumentos modernos da cultura [...]. O papel para livros nos fica hoje 500% mais caro do que antes da guerra e que o imposto de entrada corresponde 170% sobre o preço de custo (LOBATO, 1964, p. 187 e 193).

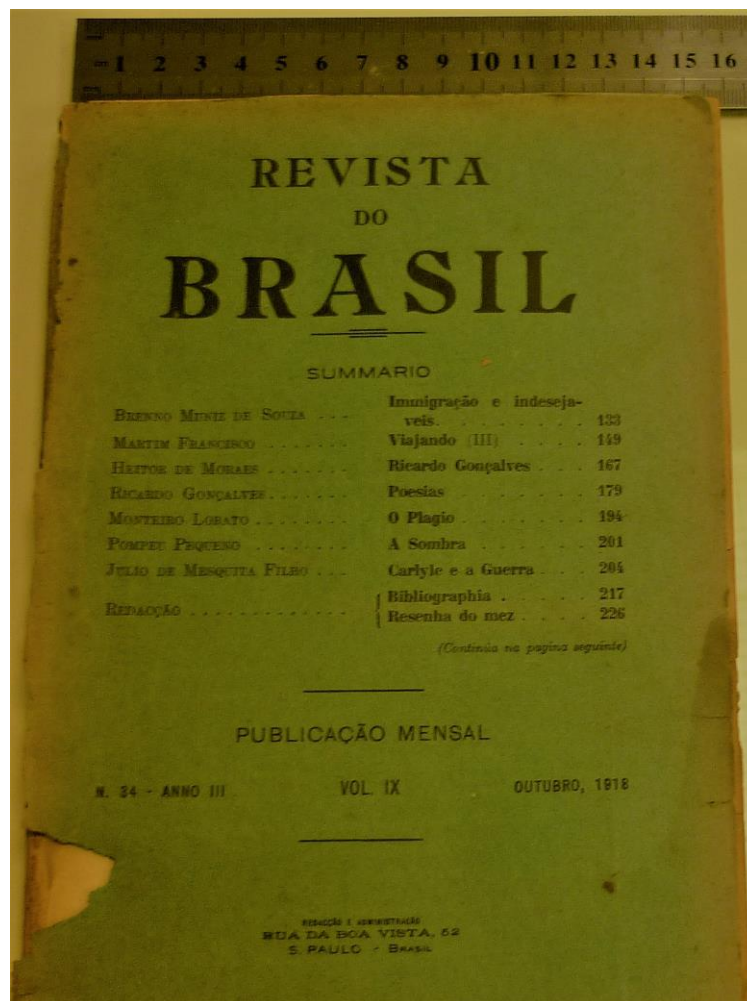
4.1 A REVISTA DO BRASIL E SEUS FORMATOS.

A Revista do Brasil (re)iniciou sua circulação, em 1918, sob o comando de Monteiro Lobato, utilizando-se de cópias com modelos editoriais franceses, onde sua forma adotada foi retangular, com largura menor do que a altura e com tamanho padronizado por in-quarto (16 x 22 cm) (ARAÚJO, 2008). O papel do periódico foi definido por Hallewell (2012) como de qualidade ruim e de fácil deterioração. Contudo, a sua apresentação externa era de brochura costurada, o que segundo Araújo (2008) lhe permite um manuseio mais seguro e durável.

Sem figuras ou símbolos, sua folha de rosto, era de cor única (tom esverdeado), com escrita na cor preta, utilizando-se de letra de estilo romano moderno. O nome do periódico

aparece, em negrito, (fac-símile – 1), com destaque para a palavra Brasil, provavelmente para demonstrar sua preferência por temas nacionais, para impetrar, como refere Chartier (1994, p. 9), “um sentido e enunciar a interpretação correta que deve impor limites à leitura”.

O sumário, também presente na folha de rosto, tanto nas edições de 1918 quanto nas de 1919, dispunham os autores e os artigos de forma sistemática, não alfabética (ARAUJO, 2008) e não expunham os temas da resenha do mês. Completavam ainda esse espaço, o número do periódico, o volume, o mês e o ano, além do endereço da editora, como apresentado a seguir como prova visual (Fac-símile 1).



Fac-símile 1 — Capa da Revista do Brasil outubro-1918.

Os autores, presentes na Revista do Brasil eram, em sua maioria, jovens e pouco conhecidos. Por isso, havia uma grande rotatividade dos mesmos, que não possuíam um espaço fixo na revista, como descreveu o próprio Lobato: “abri as portas aos novos, era uma

grande recomendação à chegada dum autor totalmente desconhecido, exatamente o contrário dos velhos editores que só queriam saber de serem consagrados” (LOBATO, 1962, p. 255).

Essa preferência por autores inexperientes, e provavelmente interessados em terem seus artigos publicados em uma revista comandada pelo já reconhecido Monteiro Lobato, pode representar, portanto, uma maior liberdade para o editor em impor suas prioridades, sem maiores interferências do autor, pois como ele mesmo se auto declarava “sou hoje um dos que decidem do destino das coisas literárias do país” (LOBATO, 1957, p. 174).

Ressalta-se que mesmo os autores conhecidos que figuravam nos artigos do periódico, precisavam estar de acordo com os pensamentos de Lobato, como explica Lima (1985) ao discutir as produções literárias em São Paulo na década de vinte:

O próprio Lobato, que como editor, amparou, de início, nomes ligados a antiga rodinha ou **adeptos de suas ideias**. Fazia questão de editar autores novos (nem sempre talentosos) e não escondia seu entusiasmo pela temática voltada para as nossas coisas, [...] um protesto contra a situação de nossa cultura, na época viciada em modelos importados (LIMA, 1985, p. 47 e 48).

Na contracapa da Revista, a equipe de editoração informa que o periódico é um mensário de variedades, com artigos sobre ciência, letras, artes, história e atualidades. Nesse período, os nomes do Diretor da revista (Monteiro Lobato) e do Secretário (Pinheiro Junior) eram impressos na contracapa do periódico, característica que foi mudada a partir de 1922, onde estes eram enfatizados na folha de rosto do mensário.

É na contracapa da revista também, que os leitores eram convidados a fazerem suas assinaturas, podendo ser semestral ou anual, além da informação do preço avulso, que monetariamente, era menos vantajoso, como evidenciado a seguir: (fac-símile-2).

ASSIGNATURAS:	
Anno	15\$000
Seis mezes	8\$000
Edição de luxo, anno	22\$000
Seis mezes	12\$000
Numero avulso	1\$500
Assignatura registrada: mais 2\$400 por anno	

Fac-símile 2 — Contracapa da Revista do Brasil outubro-1918.

Após a contracapa, as páginas iniciais eram reservadas para a publicação de propagandas de produtos, seguidos dos textos que eram realizados com alinhamento em ambas as margens e seus autores colocados apenas no final de cada artigo, por vezes,

utilizando-se apenas das iniciais do nome. Entre um artigo e outro eram encontrados caricaturas e desenhos com humor, normalmente de cunho político, e as partes finais do periódico continham notas científicas, resenhas e homenagens.

Na edição de outubro de 1918, além do habitual convite para inscrição dos assinantes, o mensário exalta a superioridade das revistas Argentinas em relação às do Brasil, afirmando que estas “são ótimas, prósperas e em melhoria crescente”. Contudo, o periódico enaltece os atributos da Revista do Brasil, elevando-a ao nível da qualidade das revistas Argentinas (REVISTA DO BRASIL, 1918).

A comparação com a Argentina foi providencial, já que a *rivalidade* entre os países vinha de longa data. Prado (2001) ao escrever o artigo: Brasil e a distante América do Sul, explica que ainda no século XIX os defensores da monarquia brasileira criticavam as “Repúblicas da parte espanhola da América do Sul”, afirmando que estas procuravam a “desordem, a desunião e a fragmentação”, alimentadas pela República, distintamente do Brasil que era “forte e poderoso” (PRADO, 2001, p. 131).

Outro fator que trouxe distanciamento entre os países foi a vinda, nos últimos anos de monarquia, de um conhecido político Argentino ao Brasil, que ao retornar a sua terra natal, expressou em livro, sua estranheza pelo convívio entre os brancos e os negros em nosso país, levando a raça branca a ser “castigadas por doenças africanas”, tornando-a degenerada. O político afirmava ainda, que a “Argentina não deveria ser confundida com essa terra de deformidades” (PRADO, 2001, p. 130).

Nesse contexto, o editor da Revista do Brasil, ao fazer esse processo comparativo com as revistas Argentinas, tenta *mexer com o brio* de seus assinantes, afirmando que esta situação de inferioridade poderia ser mudada com o aumento de leitores brasileiros e convoca-os (oferecendo-lhes gratuidade) a angariar novos assinantes (REVISTA DO BRASIL, 1918).

Uma revista de qualidade, segundo Scalzo, precisa ter uma capa que conquiste os leitores, “que os convença a leva-la para casa”, sua função é vender revista e por isso precisa seduzir o leitor (SCALZO, 2009, p. 62). Talvez por isso, a estrutura da Revista nos anos de 1918 e 1919, com poucos desenhos ou figuras, incomodava Lobato que desejava mudar não só a aparência externa, como também a parte interna da Revista. Lobato dizia que: “tudo era feito ao molde Português, o qual também copiava o Francês. [...] Nós mudamos tudo, arranjam os desenhistas para substituir as monótonas capas tipográficas pelas capas desenhadas” (LOBATO, 1964, p. 255).

Tais transformações são percebidas a partir das edições seguintes, principalmente nos periódicos de 1921, onde além de cores serem empregadas nas capas dos periódicos também

teve um aumento considerável de artes gráficas na parte interna das revistas, como demonstrado nas imagens: (fac-símile – 3).

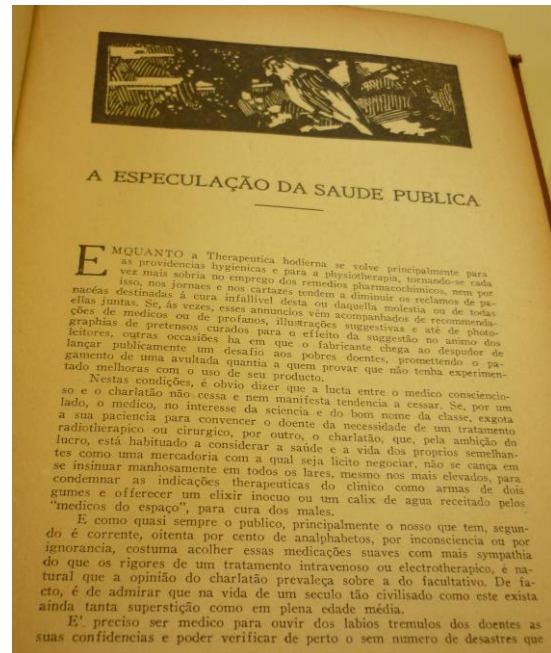
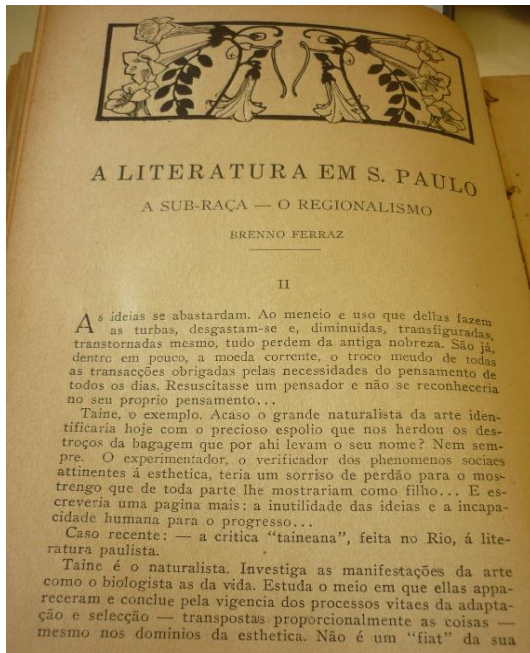


Fac-símile 3 — Revista do Brasil – Edições de março e abril de 1921

Nos anos de 1920 os recursos sensoriais com imagens e textos ritmados eram essenciais para angariar leitores para suas revistas: “a imagem de força através do símbolo da guerra (capacetes, tanques), ou da velocidade (avião), ou da saúde e higiene (corpo musculosos sugerindo sucesso)”, ou imagens relacionadas a pátria, que possuíam grande representatividade na época (matas, cascatas, florestas), bem como as caricaturas que tornaram-se recursos de protestos e propagandas (MARTINS, 2008, p. 257).

Chartier na obra *Formas e Sentido* (2003), explica que o uso da linguagem pode ser expressa por signos, “seja objetos reais, seja coleções bem determinadas que compostas de ideias simples e gerais, permanecem as mesmas”. O autor elucida ainda, que a representação por um desenho ou ilustração permite visualizar algo ou alguém que não está presente (CHARTIER, 2003 p. 25; CHARTIER, 2011).

Em consonância com a época, a Revista do Brasil nos anos de 1920, passou a utilizar-se de símbolos, ao início ou ao término de cada texto, com ênfase em nossa fauna e flora, confirmando o cunho nacionalista do periódico (fac – símile – 4).



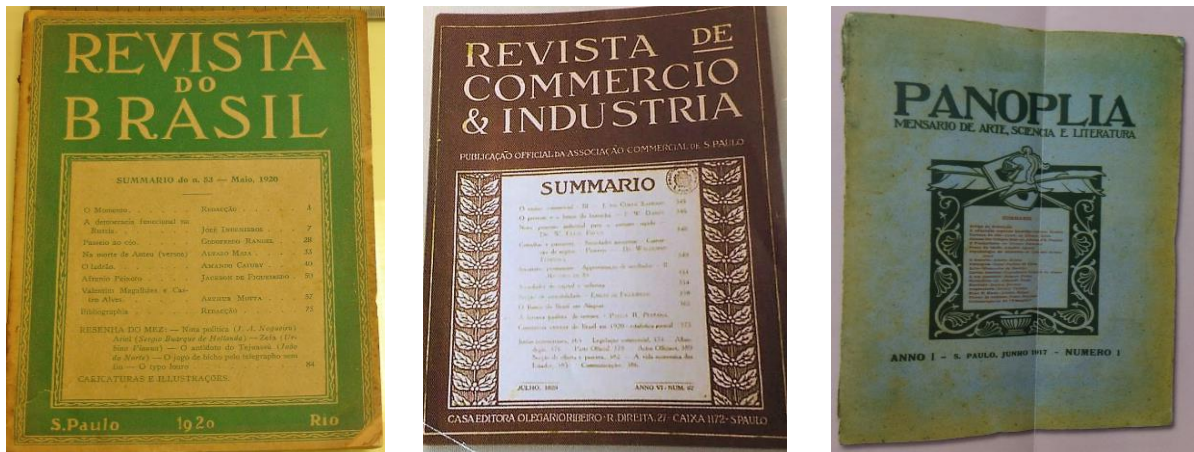
Fac-símile 4 — Ilustração no interior da Revista do Brasil – Edições de mar/1922 e jul/1923

Levando em consideração a convergência editorial da época (início do século XX), não somente a Revista do Brasil assumiu essas características mais bem elaboradas, mas outras, também mostraram interesse por esse modelo. A Revista de Comércio e Indústria, publicada pela Associação Comercial de São Paulo, nasceu em São Paulo, mas de forma contrária à Revista do Brasil, não se pautava em ideias nacionalistas, discutia em suas matérias o atraso do comércio e da indústria no Brasil e possuía uma seção especialmente dedicada à publicidade comercial, onde publicava artigos publicitários de distintos países. (MARTINS, 2008, p. 259 e 260).

Outra revista paulistana, também nascida no início do século XX e com as mesmas características de cunho nacionalista da Revista do Brasil, foi a Panoplia. Um mensário de Arte, Ciência e Literatura, editada pela Parque Gráfico Paulista, anunciada como uma revista apolítica e sem vínculo com grupos literários, tendo como proprietário e financiador um ex-prefeito de São Paulo. A Panoplia surgiu em meio à crise do setor papelero, contudo, apresentava papel de alta gramatura, tipo vergê (papel mais rígido e grosso) e em sua capa estampava uma arte de Anita Malfati. Apesar de ostentar uma superioridade estética em relação as demais revistas da época, não conseguiu se consolidar e durou pouco mais que um ano (MARTINS, 2008, p. 540-542).

As folhas de rosto, das duas revistas, apresentavam fortes semelhanças com o periódico de Lobato, tanto no formato retangular e na apresentação do sumário, onde os artigos e autores são apresentados dentro de uma moldura, quanto no mesmo tipo de letra

(estilo romano moderno) e período de publicação, já que as três revistas são do início do século XX (entre os anos de 1917 e 1920), comprovando a tendência de modelo da época, como demonstrado a seguir, para fim comparativo (fac-símile -5) (ARNOLD, 1985).



Fac-símile 5 — Capas: Revista do Brasil – 1920 / Revista de Comércio e Indústria – 1920 – MARTINS, 2008 e revista Panóplia – 1917 – MARTINS, 2008.

A folha de rosto da Revista do Brasil, nos anos de 1920, é a cada mês representada por cores distintas, a letra do nome do mensário é maior e sua cor branca realça nos tons coloridos da folha de rosto, a palavra Revista, ganha espaço e divide a mesma ênfase que a palavra Brasil. O destaque no logotipo da revista, segundo Platão e Fiore (2010), além de definir o caráter da publicação também cria uma relação de identidade com o público a que se destinam.

Para possuir um aspecto “limpo e claro” a Revista do Brasil contou com os serviços de artistas como: Antônio Paim (pintor), Belmonte (caricaturista), Mick Carnicelli (pintor) e principalmente, Juvenal Prado¹⁷ (ilustrador) que cumpriram as ordens do Editor de colocaram cores berrantes na folha de rosto e figuras no interior do periódico (HALLEWELL, 2012, p. 365).

Os trabalhos de J. Prado ficaram mais evidentes no início dos anos 20, quando o nome da Revista vem, em sua folha de rosto, com ornamentação ilustrada, o texto e o desenho se integram, tornando-se uma forma de composição que modifica a leitura (ARAÚJO, 2008, p. 490). Tal característica de imagens chamada de arabesco possuía “verdadeiros labirintos decorativos” com predominância floral e estilização de fitas, como demonstrado: (LIMA, 1985, p. 178) (fac-símile 6).

¹⁷ Juvenal Prado (1807 – 1873) – pintor, desenhista e decorador descoberto por Lobato. Tornou-se um dos maiores nomes das ilustrações no século XX (LIMA, 1985).

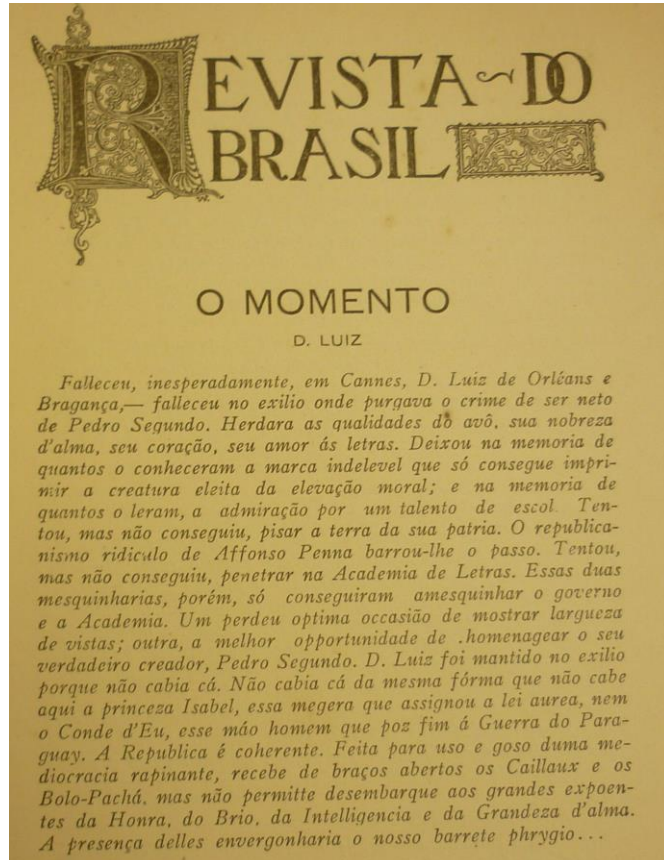


Fac-símile 6 — Revista do Brasil – Arabesco - jan/1921.

Ressalta-se que nesse período, não havia uma profissão formal de capistas, estas eram idealizadas e elaboradas pelo desenhista ou ilustrador de forma quase rudimentar, sem nenhum planejamento técnico, dependendo da sensibilidade de quem manuseava o lápis, que tinha um pouco de artista e um pouco de artesão e estes ilustravam tanto livros quanto jornais e revistas (LIMA, 1985).

Na parte interna do mensário, o espírito de mudança também foi marcante, com pinturas de nanquim, executados a bico de pena, da natureza brasileira, com folhas de bananeiras, palmeiras ou samambaias, fazendo a abertura dos textos. Contudo, imagens figurativas, sem significados específicos também dividiam espaço com as paisagens. Essas pinturas, não possuíam relação com o texto, mas tinham um efeito plástico que chamavam a atenção para o artigo (LIMA, 1985).

J. Prado, ilustrador que mais figurou às páginas da Revista do Brasil, utilizou de pinturas estilizadas com mistura de imagens da nossa flora e fauna, que foram colocadas tanto nos “cabeções” quanto nas “vinhetas” (no início e no término do texto), além de figuras que traziam as iniciais R. B. da Revista, bem como as “capitulares”, que era um detalhe decorativo e que tinha como função enfatizar a letra inicial do texto e valorização gráfica e que podia servir de substituto das ilustrações, conforme evidenciado abaixo (fac-símile - 7) (LIMA, 1985, p. 132).



Fac-símile 7 — Ilustração no interior da Revista do Brasil - Edição de Maio 1920.

Uma das inovações realizadas nesse período foi o aumento da publicidade na Revista, no qual, as empresas pagavam um espaço no periódico, para realizar a propaganda dos mais variados produtos: oficinas de carros, gráficas, cigarros, e em especial, do fortificante Biotônico Fontouro, que investiu na Revista, um único anúncio completamente colorido, em folha inteira, na edição de 1921, onde a imagem de uma criança branca, loira, de face corada, bem vestida e em uma boa residência, imputava ao efeito do Biotônico suas características saudáveis (fac-símile -8).

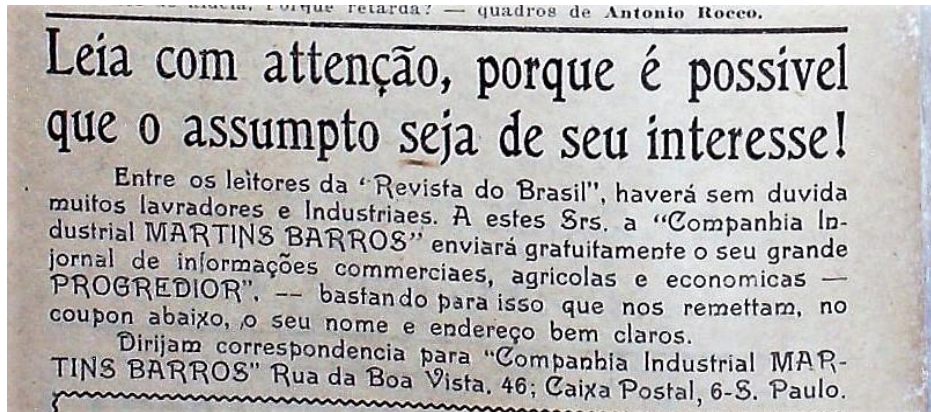


Fac-símile 8 — Ilustração no interior da Revista do Brasil - Edição de junho 1921.

Contudo, o uso da imagem de uma criança branca na propaganda do Biotônico Fontoura, nas páginas da Revista do Brasil, pode ser um símbolo do exemplo da saúde desejável para o país à época. Isso porque, com a implementação da educação pública universal no Brasil¹⁸, as escolas brasileiras passaram a ser projetadas para que as crianças pobres, negras e mestiças pudessem representar uma “nação brasileira ideal”, a partir de uma educação familiar, sexualidade infantil e higiene corporal, pois, para a “elite brasileira, a nação racialmente mista carecia de brancura, necessária para manter a vitalidade”, já que a raça branca era associada à força, saúde e virtude, enquanto que a raça negra era vista como primitiva, “pré-lógica e infantil”, além de ser relacionada à “falta de saúde, à preguiça e a criminalidade” (D’ÁVILA, 2005, p. 24 e 25).

¹⁸ Com o retorno de Arthur Neiva e Belisário Penna da expedição pelo interior do país (1917), foi realizado um relatório pelos mesmos, solicitando a criação de um Ministério de Educação e Saúde para que o governo pudesse dar uma maior atenção à educação e saúde da população. Nesse sentido, “os intelectuais e funcionários públicos do Rio de Janeiro, começaram a implantar a educação pública universal no Brasil”, sob a influência da ideologia racial e “científica” da época (D’ÁVILA, 2005, p. 23 e 24).

Outra propaganda presente na revista, também chama a atenção por apresentar um informe publicitário de uma Companhia Industrial, que afirma que entre os leitores da Revista do Brasil, existem tanto lavradores quanto industriais, assinalando o mensário como um periódico popular, como evidenciado a seguir: (fac-símile 9).



Fac-símile 9 — Revista do Brasil – julho de 1918.

De fato, a Revista do Brasil nasce em 1916, segundo Júlio Mesquita, para uma *leitura popular*, pois como o mesmo afirmava, suas publicações possuíam representações que abrangesse os mais variados interesses: ciências, letras, artes, história e atualidades (REVISTA DO BRASIL, 1916). No entanto, Edgard Cavalheiro (1956), ao escrever a biografia de Monteiro Lobato, assinala que a Revista do Brasil não era um periódico de caráter popular, mas possuía uma intensa penetração nos meios intelectuais (CAVALHEIRO, 1956, p. 173).

Portanto, não fica claro o que os idealizadores do periódico descreviam como uma leitura popular. Principalmente se levarmos em consideração o recenseamento de 1906 que demonstrava que a média Nacional de analfabetismo era em torno de 74,6%, que na população de São Paulo (estado de nascimento do periódico) para cada 1000 habitantes, 753 eram analfabetos (BOMENY, 2003, p. 3) e que, segundo Bomeny (2003, p. 3), esse déficit escolar, só começou apresentar mudanças a partir da década de 1920, com um movimento em favor da educação, liderada pelo educador Anísio Teixeira. Mesmo assim, em 1923 Belisário Penna ainda declarava que o Brasil contava com 80% de analfabetos, e afirmava que “não se guiava por informações escritas ou faladas, mas por verificação pessoal no norte, no centro e no sul do país” (PENNA, 1923, p.1).

As edições da Revista do Brasil no ano de 1920, vinham acompanhadas um folheto promocional onde fazia referência ao seu tipo de leitor, chamados pelo mensário de aristocratas:

Podemos afirmar sem receio de contestação que todas as pessoas cultas dos vinte estados brasileiros - advogados, médicos, engenheiros, professores homens de letras e ciencias constituem um bloco possuidor de um centro de convergência que é a Revista do Brasil [...]. A Revista do Brasil conseguiu tornar-se o órgão da verdadeira **aristocracia formada pelos homens de cultura** (RVB, 1920, folheto a parte).

Chartier (1995, p. 183) esclarece que durante um longo período do século XIX a “concepção clássica” de popular era advinda da Europa, que tinha como sustentação três ideias: a) que ela poderia ser definida “em contraste com o que ela não era a cultura letrada e dominante”; b) que ela poderia ser passível de caracterizar como popular “o público de certas produções culturais” e c) “as expressões culturais podem ser tidas como socialmente puras e algumas delas, como intrinsecamente populares”. O autor afirma ainda que:

O popular não está contido em conjuntos de elementos que bastaria identificar, repertoriar e descrever. Ele qualifica, antes de mais nada, um tipo de relação, um modo de utilizar objetos, ou normas que circulam na sociedade, mas que são recebidos, compreendidos e manipulados de diversas maneiras (CHARTIER, 1995, p. 184).

Outro fator que merece um olhar cuidadoso e que reflete o tipo de leitor do periódico, era o preço elevado da Revista do Brasil, se comparada com outras que circularam na mesma época, em São Paulo, como demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 3 — Revistas de São Paulo, início do século XX

Revista	Assunto	Período de circulação	Preço/assinatura anual
Revista do Brasil	Ciências, letras, artes, história e atualidades	1918 – 1925 (período estudado)	15\$000 (quinze mil réis)
Panóplia	Arte, ciências e letras	1917 – 1918	15\$000 (quinze mil réis)
A Liberdade	Dedicada à classe de cor, crítico e literário	1919 – 1920	5\$000 (cinco mil réis)
A Luta Moderna	Revista Feminista. Caridade, educação na família	1914 – 1926	3\$000 (três mil réis)
O Fazendeiro	Destinada à Fazendeiros e industriais. Compra e venda de máquinas e produtos agrícolas.	1908 – 1920	12\$000 (doze mil réis)
A Garôa	Cultura, política e a sociedade. Retrava a Sociedade Paulistana	1921	12\$000 (doze mil réis)
O Echo	Arte, literatura, ciências, variedades esporte	1906 – 1918	5\$000 (cinco mil réis)

Fonte: Acervo São Paulo Digital / Jornais e Revistas

Ao lado da Panóplia, previamente descrita, a Revista do Brasil possuía o preço mais elevado, dentre as revistas pesquisadas, (que foram escolhidas por circularem em períodos próximos aos anos de 1918 à 1925, em São Paulo) o que nos faz conjecturar que seu consumo era feito, primordialmente, pelas classes médias e altas da sociedade.

Se compararmos ainda, o valor avulso da Revista do Brasil (1\$500), com uma peça de ópera apresentada no Teatro Boa Vista¹⁹ (São Paulo) em 1922, onde o valor do ingresso mais barato era 1\$100 réis (ACERVO ESTADÃO, 1922), podemos concluir que o periódico era destinado a um público restrito, com interesse no seu conteúdo, com potencial econômico, já que no início do século XX, a apresentação teatral de música erudita, não era pra uma grande audiência, e sim, para um público de elite (KERR, 2012).

¹⁹ Sala construída pelo jornal Estado de São Paulo. Foi inaugurada em 1916 e demolida em 1947. O Teatro Boa Vista nasceu com o propósito de atender o crescente desenvolvimento artístico da metrópole. A ideia é que fosse uma casa que acomodasse tanto apresentações artísticas, quanto conferências literárias e científicas. Tinha lotação para 982 pessoas, um palco de 12 metros de boca e 9 de fundo. acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,era-uma-vez-em-sp-teatro-boa-vista.

Todavia, Chartier (1994) elucida que livreiros e editores “inventivos e prudentes” colocam textos a disposição de uma grande clientela e não apenas, aos letrados abastados (p. 16). Talvez por esse motivo, levando em consideração que junto da Revista do Brasil, Monteiro Lobato também vendia livros, o editor, assim que assumiu a Direção da Revista do Brasil, enviou uma circular para um número considerável de lojas comerciais em todo Brasil, convidando-as a vender livros como qualquer outro produto:

Vossa senhoria tem o seu negócio montado e quanto mais coisas vender maior será o lucro. Quer vender uma coisa chamada livro? **Vossa senhoria não precisa inteirarse do que essa coisa é.** É um artigo comercial como qualquer outro: batata, querosene, bacalhau. Responda se topa ou não topa. Todos toparam e nós passamos de 40 vendedores, para mil e duzentos pontos de venda, fosse livraria ou açougue (LOBATO, 1964, p. 191).

Com essa atitude de Lobato, é possível que seus livros e a Revista do Brasil tenham sido manuseados tanto por leitores letrados, quanto por leitores de condição humilde, seja para simples apreciação das várias imagens contidas no mensário, seja pela leitura em voz alta de terceiros.

A Revista do Brasil comemorou o Centenário da Independência do Brasil (1922), tanto politicamente, publicando um artigo reivindicando ao governo o direito do povo de escolher o seu presidente pelo voto secreto, para que a experiencia do presidencialismo fosse de fato concluída, quanto na área das artes, exaltando a Primeira Exposição Geral de Belas artes de Pintura e Escultura no Palácio da Indústrias (Revista do Brasil, jun/out. 1922).

No entanto, apesar de já possuir uma importante circulação, não por acaso, a Semana de Arte Moderna, que aconteceu em fevereiro de 1922, não foi lembrada na revista de Lobato, já que sua relação com os modernistas ficou estremecida desde sua crítica à exposição de Anita Malfatti²⁰, em 1917. Nesta ocasião, o escritor publicou um artigo, no Jornal O Estado de São Paulo, intitulado “Paranóia ou Misticismo”, onde ele descrevia sua visão sobre essa nova forma de arte:

²⁰ Anita Malfatti (1889-1964) – artista plástica brasileira, formada pela Academia Real de Belas Artes em Berlim. Em 1917, retorna ao Brasil, onde realiza uma exposição de pinturas em São Paulo. Sendo severamente criticada por Monteiro Lobato. Tais críticas trouxeram muitos prejuízos a artista, quadros já vendidos foram devolvidos, além de ameaças de destruição de suas telas. “moça tímida, indecisa, não soube receber a crítica com fortaleza de ânimo e perturbou-se perdendo a confiança em si própria. Oswald de Andrade ensaiou tímida defesa, mas dizia que não tinha autoridade para enfrentar Lobato” (CAVALHEIRO, 1956, P. 277).

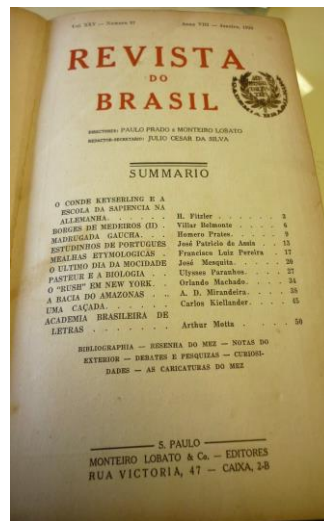
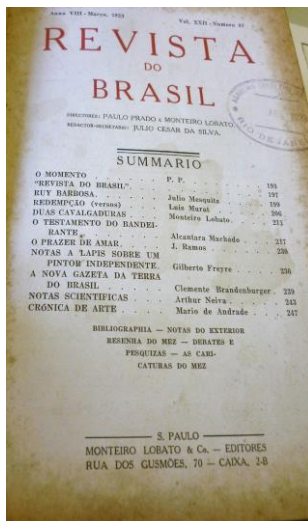
Há duas espécies de artistas. Uma composta dos que vêm normalmente as coisas e em consequência disso fazem arte pura, guardando os eternos ritmos da vida, e adotados para a concretização das emoções estéticas, os processos clássicos dos grandes mestres []. A outra espécie é formada pelos que vêm anormalmente a natureza, e interpretam-na à luz de teorias efêmeras, sob a sugestão estrábica de escolas rebeldes, surgidas cá e lá como furúnculos da cultura excessiva. São produtos do cansaço e do sadismo de todos os períodos de decadência: são frutos de fins de estação, bichados ao nascedouro. Estrelas cadentes, brilham um instante, as mais das vezes com a luz do escândalo, e somem-se logo nas trevas do esquecimento. Embora eles se dêem como novos precursores duma arte a vir, nada é mais velho do que a arte anormal ou teratológica: nasceu com a paranóia e com a mistificação. De há muito já que a estudam os psiquiatras em seus tratados, documentando-se nos inúmeros desenhos que ornam as paredes internas dos manicômios. A única diferença reside em que nos manicômios esta arte é sincera, produto ilógico de cérebros transtornados pelas mais estranhas psicoses; e fora deles, nas exposições públicas, zabumbadas pela imprensa e absorvidas por americanos malucos, não há sinceridade nenhuma, nem nenhuma lógica, sendo mistificação pura (www.mac.usp.br/mac/templates/projetos/educativo/paranoia.html, visitado em 18/09/18).

Após esse texto, Lobato tornou-se um desafeto dos modernistas, que uniram-se em defesa de Anita Mafalti, denominando-o de passadista (quem vive do passado). Anos mais tarde, Lobato não aceitou participar da Semana de Arte Moderna, afirmando que a ideia dos modernistas “eram “alienígenas” e impregnadas de coisas estrangeiras²¹. (CAVALHEIRO, 1956, p. 286 e 287).

Com a chegada do ano de 1923, o modelo arrojado da Revista do Brasil, repleto de cores e publicidades, retorna praticamente, aos modelos iniciais de 1918 e 1919, com pequenas diferenças: a letra escrita em tamanho maior, na cor vermelha e não preta, e o que mais salta os olhos, pela primeira vez, o nome do periódico, traz a palavra Revista em tamanho maior que a palavra Brasil, colocando esta, em segundo plano, como demonstrado a seguir: (fac-símile - 10).

²¹ Oswald de Andrade, descreveu a ausência de Lobato na Semana de Arte Moderna como “curiosidades e culturas limitadas, receio de se encantar, origens provincianas e orgulho”. Em resposta, Lobato afirma que o “futurismo aparecera em São Paulo como fruto da displicência de um rapaz rico e arejado de cérebro”. (CAVALHEIRO, 1956, p. 286 e 287).

Sobre a restrição de Lobato em publicar textos dos modernistas na Revista do Brasil, Mário de Andrade em carta para Manuel Bandeira, chama Monteiro Lobato de “canalha” por não editar seus versos no periódico. Bandeira, por sua vez, afirma que Lobato é um homem desonesto que ri “infamemente dos poetas” (DE LUCA, 2011, p. 36).



Fac-símile 10 — Revista do Brasil – Edições 1923, 1924 e 1925

Tal *retorno a sobriedade* das características da materialidade da revista pode ter dois caminhos de esclarecimento: o primeiro pelas constantes mudanças na Direção do periódico, que já em 1921, Monteiro Lobato passa a Direção para Amadeu Amaral e Afrânio Peixoto, ficando apenas como o Editor da Revista do Brasil. Em 1922, Lobato retorna ao comando juntamente com Brenno Ferraz e neste mesmo ano, repassa a administração para Ronald de Carvalho. Em 1923, Lobato retoma sua posição dividindo sua tarefa com Paulo Prado, mas mantêm-se distante das decisões de editoração do periódico. Na Revista do Brasil não ficam claros os motivos da mudança, Lobato as explica apenas, como sendo incompatibilidade de horários dos convidados para a função.

Para Lima (1985), o mergulho de Lobato na edição de livros, fez com que ele se afastasse, quase que completamente, da Revista do Brasil, deixando-a sob os cuidados do modernista Paulo Prado. Esta ausência, provavelmente, teve reflexos nas promoções comerciais, pois, houve uma notória diminuição das propagandas publicitárias na Revista, o que pode ter ocasionado um retorno na simplicidade das capas do mensário, de forma definitiva.

Esse distanciamento de Lobato, também pode explicar outra mudança na estrutura do periódico, principalmente nos dois últimos anos com a Revista sob seu comando (1924 e 1925). Suas edições passam enfatizar poesias, romances, personalidades ou artigos sobre outros países em detrimento das questões políticas e de saúde do Brasil, que foram os pilares, nos anos anteriores (LIMA, 1985). Talvez, por esse motivo, o título da Revista do Brasil, passou destacar mais a palavra Revista, e diminuiu o tamanho da palavra Brasil, pois já não

publicava exclusivamente, textos nacionais ou coisas do Brasil, como em sua origem. Fato que incomodou Lobato que dizia ter abandonado “os pobres autores nacionais” (HALLEWELL, 2012, p. 379).

Outro fator que merece atenção e que também pode ser explicado pelo afastamento de Monteiro Lobato da sua edição, foi a significativa diminuição de textos sobre eugenia e higiene entre 1924 e 1925, como exposto no quadro abaixo.

Quadro 4 — Artigos Higiênicos/Eugênicos na Revista do Brasil, no período Lobatiano

Ano	Nº de artigos Higiênicos	Nº de artigos Eugênicos
1918	11	9
1919	4	2
1920	3	2
1921	3	3
1922	2	4
1923	4	2
1924	1	1
1925	0	1
Total	28	26

Fonte: Revista do Brasil 1918 - 1925

A segunda possibilidade para o retorno da simplicidade das edições citadas, seria dificuldades econômicas para manter a editora e, conseqüentemente, a Revista. Motivo este, negado por Lobato ao afirmar que seus problemas financeiros iniciaram-se apenas em 1924, após uma imensa seca em São Paulo que obrigou a empresa de luz a cortar o fornecimento de energia elétrica, inviabilizando seu trabalho (LOBATO, 1964), fato que foi ironizado por Lobato, ao fazer da situação da editora um paralelo com a estória do Jeca Tatu: “Estamos aqui de cócoras na nossa empresa, parados com os juros das dívidas a crescerem, à espera que chova e a light se normalize” (LOBATO, 1957, p. 278).

Em paralelo com a seca, outro fator que contribuiu negativamente nas atividades da Editora e paralisou os trabalhos na Companhia de Lobato por dois meses, foi a Revolução de 1924, quando o governo de São Paulo decretou estado de sítio e durante o mês de julho, a capital paulistana tornou-se um campo de guerra (ROMANI, 2011).

4.2 AS ILUSTRAÇÕES DE CUNHO RACIAL NA REVISTA DO BRASIL: *UMA IMAGEM VALE MAIS QUE MIL PALAVRAS*

O início do século XX foi o período quando os recursos visuais entraram em cena com ênfase nas imagens e nas cores (MARTINS, 2008), a partir de movimentos que iniciaram na Inglaterra e se espalharam para toda Europa e nos EUA, que transformaram a iconografia da época. Pintores passaram a trabalhar nos livros, normalmente por solicitação dos Editores, principalmente os franceses, com isso a “imagem ou se bastava a si própria ou concorria em pé de igualdade com o texto” (ARAUJO, 2008, p. 490).

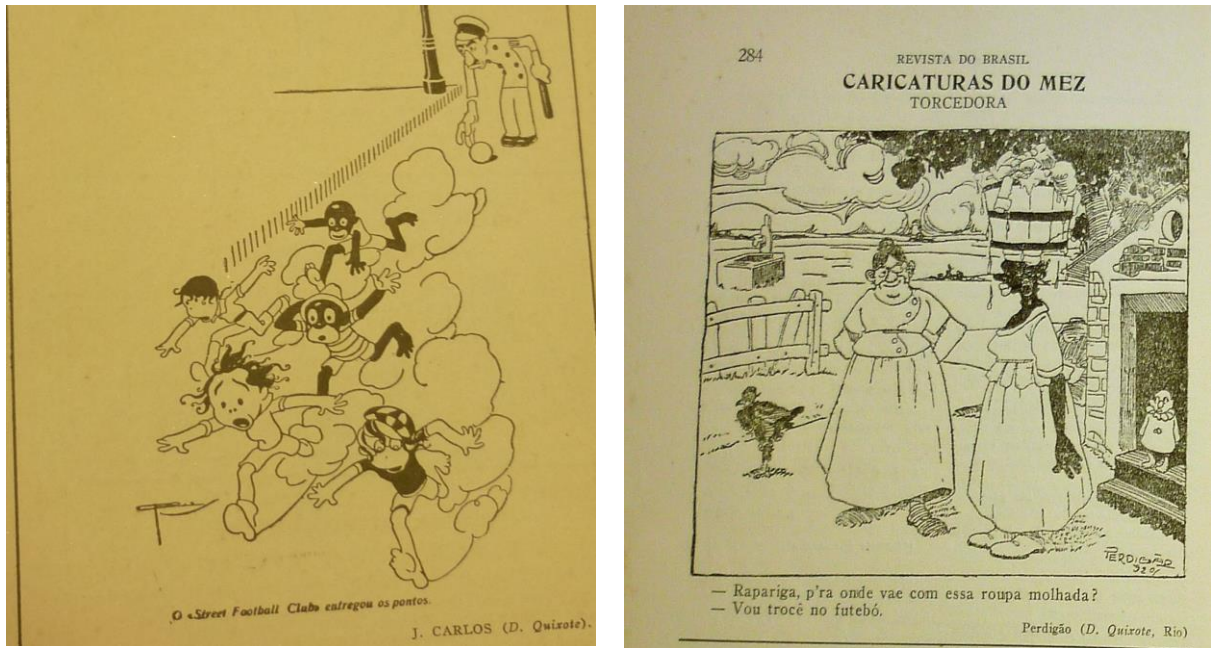
Nesse mesmo período, a ilustração se popularizou no Brasil. Segundo Cavalcanti (2005), as caricaturas nesse momento, apareciam no interior dos periódicos como uma forma não-textual de dar informações. Para Araújo (2008), os ilustradores profissionais no início do século XX, voltaram-se para fotografia, na tentativa de concorrer com os pintores-ilustradores e as técnicas de gravura eram feitas em papéis especiais ou lentes criadas para ter imagens desfocadas. Em meados dos anos 20, no entanto, os ilustradores passaram a ter características próprias, não menos artísticas, como descreve Lima (1985):

A imagem visual seria um auxílio para a palavra escrita necessitando do texto para se fazer entendida, ou então, atingiria seu objetivo por seus próprios recursos, com seus próprios meios. [...] Ilustrar sugere um conceito e predispõe a ideia de que a figura tem definida sua função, ou seja, a de complementar a linguagem escrita. [...] No entanto, cada um pode atuar como expressão autônoma e suficiente, como num momento seguinte, ambas poderão se tornar dependentes e indispensáveis uma à outra (LIMA, 1985, p. 107).

A Revista do Brasil trouxe aos seus leitores muitas formas de representações gráficas: as caricaturas (ação de carregar, de dar traços mais evidentes), as charges (representação pictórica que faz sátira de um fato, normalmente, político) e desenho de humor (espécie de cartoon, mas não tem a finalidade principal de fazer rir) (CAVALCANTI, 2005, p. 209). Chartier refere que as representações não são simples imagens “verídicas ou enganosas do mundo social, elas têm uma energia própria que persuade seus leitores que o real é o que elas dizem ou mostram” (CHARTIER, 2011, p. 27).

Segundo Chinen (2011), o humor gráfico é um meio de comunicação em massa, que faz com que o leitor entenda rapidamente o que está sendo retratado, sem precisar de explicações aprofundadas. No entanto, corre o risco de tornar-se ofensivo ao retratar imagens que não condizem com o indivíduo real. Assim sendo, a “raça negra” presente nas caricaturas da Revista do Brasil, explicitava a imagem que seus ilustradores e editores pretendiam

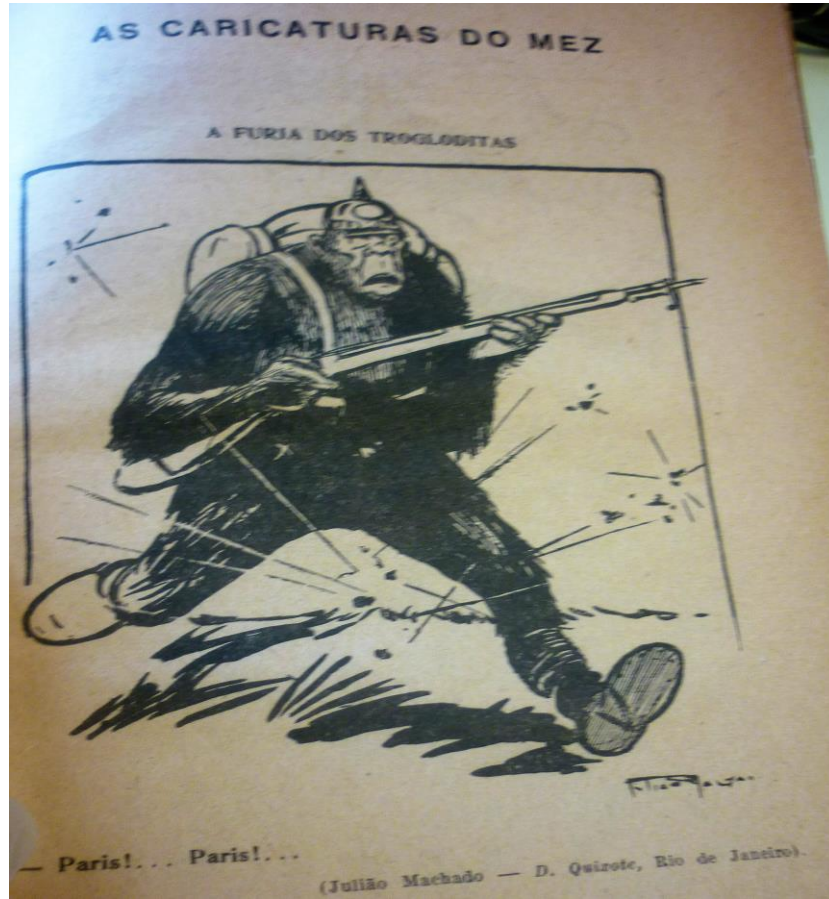
demonstrar, já que os negros eram sempre representados ou por imagens, onde eles possuíam características físicas exageradas (lábios excessivamente grossos, braços longos e olhos grandes, que faziam referências aos primatas) ou por pessoas de baixo intelecto (CHINEN, 2011), como demonstrado para fins ilustrativos (Fac-símile - 11):



Fac-símile 11 — Revista do Brasil ago/1921 e jul/1920

Na edição de jan-março de 1918, a Revista, apresenta uma charge com a imagem de um enorme gorila na guerra, armado, com legenda escrita Paris! Paris! sob o título “A fúria dos Trogloditas”²² (termo comumente utilizado para os negros nesse período), podendo representar tanto a força do soldado na guerra, já que o gorila foi alvejado por muitos tiros e permanecia em pé, quanto demonstrar no sentido conotativo, uma depreciação da raça negra, fazendo um processo comparativo do negro com um símio (fac-símile - 12).

²² Troglodytas niger - Referente aos trogloditas, povos africanos que viviam em cavernas. Pessoa hostil, violenta, que age com agressividade. www.dicio.com.br/



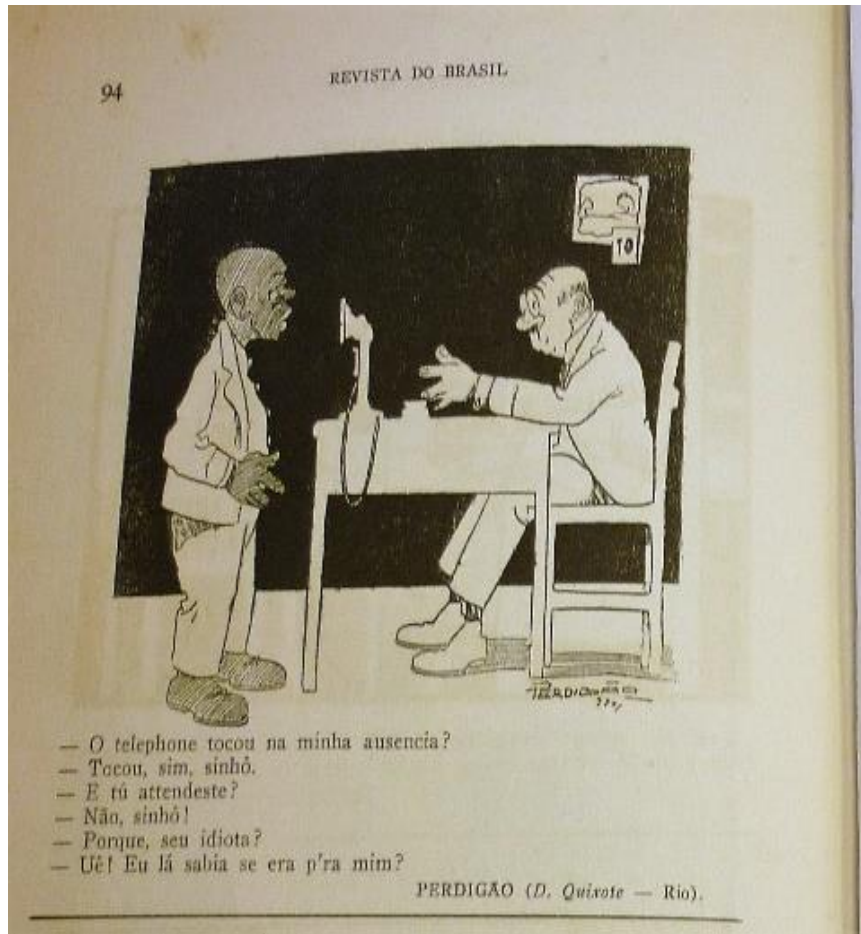
Fac-símile 12 — Revista do Brasil – jan/mar 1918

A imagem evidencia a ida de negros franceses à primeira guerra, levando a França a ter que aplaudir “gestos heroicos praticados por negros e mestiços”. Tal situação, trouxe conforto a elite brasileira, que afirmava que não foi necessária uma guerra para o Brasil abolir o preconceito no país. Afirmativa esta, questionada por Skidmore, pois, segundo ele, a negação do preconceito no Brasil era completamente infundada (SKIDMORE, 2012, p. 233).

Em referência ao nível de intelectualidade dos negros, Renato Kehl (em 1923) ao publicar o livro *A Cura da Fealdade*²³, afirma que a raça negra é inferior intelectualmente em relação as demais raças e que a miscigenação é altamente prejudicial aos propósitos eugênicos (DE LUCA, 1999).

Uma imagem publicada na edição de agosto de 1920 da Revista do Brasil, apresenta um diálogo entre um homem negro, teoricamente, funcionário de um homem branco, que não só demonstra sua total ignorância por não atender um telefonema, como também é xingado de idiota por seu patrão (fac – símile - 13).

²³ Antes mesmo do lançamento do livro, a Revista do Brasil reservou, em 1922, um espaço para apresentar um pequeno resumo da *Cura da Fealdade*, que em breve seria lançado pela editora de Monteiro Lobato (DE LUCA, 1999).



Fac-símile 13 — Revista do Brasil agosto 1920

Por certo, a imagem de inferioridade entre as raças no Brasil, não era uma novidade e se deu, principalmente, pela vinda de dois personagens ao país, ainda no século XIX, no qual ao escreverem sobre suas estadas em nossa pátria, em seus países de origem e seus livros tiveram grande repercussão.

O primeiro, foi o Diplomata francês Joseph Gobineau, ainda no período do império. Aproveitando-se de sua amizade com D. Pedro II e com a elite brasileira, Gobineau teceu opiniões de degradação sobre a miscigenação dos brasileiros, que ganharam eco, não só no Brasil como por toda a Europa (ROCHA, 2014).

O diplomata desembarcou no Rio de Janeiro no carnaval de 1869 e logo escreveu à França relatando o atraso cultural dos brasileiros, o risco iminente de contrair doenças no país e principalmente, seu pavor ao deparar com uma população completamente mestiça, descrevendo que esta, era toda mulata “viciada no sangue e no espírito”, “todo mundo é feio aqui, mas incrivelmente feio, como macacos”. Gobineau declarou que nenhum brasileiro tinha sangue puro, decorrente da mistura entre brancos, índios e negros e que isto decorria tanto nas

classes inferiores quanto nas superiores, o que tornava os nativos “nem trabalhadores, nem ativos” (SKIDMORE, 2012, p. 70).

O segundo ficou ainda mais conhecido, pois seu livro denominado *Viagem ao Brasil 1865-1866*, foi traduzido para o inglês e Francês e vendido em distintos países. O biólogo e Professor de história natural, Louis Agassiz e sua esposa Elizabeth Agassiz, vieram em expedição e viajaram por todo Brasil, registrando nossa flora, fauna e, principalmente nosso povo, no qual descrevia as características em detalhes, conforme seu olhar:

Logo me impressionou, vendo índios e negros reunidos, foi a diferença marcada que há nas proporções relativas das diferentes partes do corpo. Como macacos de braços compridos, os negros são em geral esguios; tem pernas compridas e tronco relativamente curto. Os índios ao contrário, tem pernas e braços curtos e o corpo longo, sua conformação é atarracada. O porte do negro lembra os hilobatas, ao passo que o índio tem algo de orango inativo, lento e pesado, [...] a mulher índia vista de costa, tem inteiramente o aspecto masculino, pois, os traços do rosto raramente apresentam a delicadeza feminina que se observa nas raças superiores. As negras têm, geralmente, traços mais delicados que os homens de sua raça [...]. As pernas dos índios são notavelmente apumadas; os negros são cambaios. [...] O mestiço do branco com preto, chamado de mulato, tem os traços elegantes, porém é indolente; o mestiço do índio com negro, que se designa cafuzo, seus traços nada tem da delicadeza do mulato, tem o humor afável do negro e da enérgica rusticidade do índio e o mestiço do branco com o índio, denominado mameluco, é pálido, efeminado, fraco, preguiço, embora obstinado. Parece que a influencia do índio tem a força justamente precisa para anular os altos atributos do branco (AGASSIZ E AGASSIZ, 2000, p. 486-488).

As opiniões do diplomata e do biólogo, que desvalorizavam tanto os negros quanto os mestiços, declarando-os como inferiores, influenciou profundamente a elite brasileira que se incomodou com a repercussão da imagem do Brasil pelo mundo. Como não bastasse, em 1891, um autor Francês escreveu um livro que afirmava que o Brasil, apesar de muito extenso, não atraía os interesses da Europa por se tratar de um país de “negros, macacos e meia dúzia de brancos de cor duvidosa” (SKIDMORE, 2012, p. 191).

Após tantos discursos negativos, ficou entendido para os intelectuais brasileiros da época, que o essencial era aproximar a raça do nosso povo, das características europeias, através do branqueamento pela imigração (ROCHA, 2014), já que a colonização dos africanos trouxe todos os males para o nosso país, a colonização de homens brancos livres da Europa era o único remédio possível (SKIDMORE, 2012).

4.3 JECA TATU: O DUVIDOSO PERDÃO DO SEU CRIADOR E A IMAGEM DO CABOCLO NAS PÁGINAS DA REVISTA DO BRASIL

Em 1914, Monteiro Lobato, como dono de uma fazenda no interior de São Paulo, escreve a um amigo²⁴ e informa a intenção de publicar uma série de contos sobre o caboclo, desfazendo a errônea ideia que a cidade tinha desse povo. Neste mesmo ano (1914), o autor publica no jornal O Estado de São Paulo, o artigo denominado *A Velha Prega*, que mais tarde, em 1918, une-se a outros contos, e é editado em forma de livro, sob o título de *Urupês*, apresentando sucesso imediato.

Com a associação de Monteiro Lobato na Liga Pró-saneamento do Brasil, também em 1918, sua mais famosa figura gráfica no início do século XX, o Jeca Tatu, até então lembrado por seu autor por sua inferioridade racial, tornou-se a maior imagem de representação simbólica, no qual Chartier (1991) explica ser uma representação de algo de moral, uma relação decifrável entre o signo visível e o seu significado, em favor da higiene.

Desde então, é frequente verificar relatos de autores em defesa do perdão de Lobato concedido aos sertanejos. Pietra Diwan (2013, p. 102), afirma que após o conhecimento estreito de Lobato pelos problemas sanitários do Brasil, ele “inocenta o Jeca Tatu”, culpabilizando os governantes do país pelas misérias do Brasil. Já Lília Schwarcz (1993, p. 325), descreve que Lobato muda de posição, ao escrever o livro *O Problema Vital*, apresentando o caboclo não como uma raça híbrida, mas como “fruto de doenças epidêmicas”. Skidmore (2012, p. 257) também acrescenta sua percepção pelo tema ao relatar que Lobato ao ser contestado pelos sanitaristas, muda de opinião e se engaja “entusiasticamente na campanha de saúde pública” e Tânia de Luca (1999, p 207), de forma mais incisiva, explica que o idealizador do Jeca, ao ter conhecimento dos problemas de saúde dos sertanejos, participou “apaixonadamente na campanha em prol do saneamento”.

No entanto, Edgar Cavalheiro ao escrever a biografia de Monteiro Lobato relata que o “escritor, embora pedindo desculpas ao personagem e procurando outros responsáveis pelo seu estado, não altera em nada a imagem do Jeca”. E afirma que há uma falsa noção de que

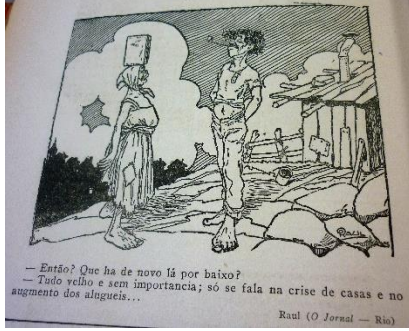


²⁴ Em carta à Godofredo Rangel, Lobato queixa-se dos caboclos que lá trabalhavam e afirmava que só falam de caboclos de forma romantizada, escritores da cidade, quem nunca penetraram nos campos, pois estes “romantismos indianistas, foi todo ele uma tremenda mentira”. Nessa correspondência, o autor, compara os sertanejos, a piolhos, “tão bem adaptados como os piolhos das galinhas ou piolhos de pombo”, os caboclos são os “piolhos de serra”, que vivem como lêndeas dentro do útero de uma “cabocla suja por fora e inçada de superstições por dentro” e nasce pelas mãos de uma parteira negra com “rezas mágicas de macumba”. Lobato ressalta ainda, que em sua fazenda há quatro desses piolhos, no qual ele estava perseguindo para ver se os estalava em suas unhas (LOBATO, 1955, p. 362-364).

Lobato reconheceu o erro ao retratar o Jeca Tatu, o que não é verdade. Segundo Cavalheiro, Lobato apenas perdoou o fato do Jeca estar doente, já que ele não era culpado disso (CAVALHEIRO, 1956, p. 195 e 196).




O Jeca tornou-se conhecido, dentro, e, especialmente, fora da Revista do Brasil, pois também tinha vinculações no jornal O Estado de São Paulo, onde Lobato e o farmacêutico Cândido Fontoura se conheceram e se uniram, para tornar o personagem representante do fortificante Biotônico Fontoura e do antiparasitário Ankilostomina Fontoura, a partir de 1924 (DIWAN, 2013).

Sua imagem na Revista do Brasil, contudo, merece atenção, pois não foram assinadas por seu criador. O aspecto físico do Jeca Tatu, no mensário, não possuía uma característica única, dependia da criatividade do profissional ilustrador que a realizava, pois, as imagens gráficas presentes no periódico, eram assinadas por artistas de outra revista, a D. Quixote²⁵, pintores convidados de Lobato ou retiradas de jornais da época. O quadro a seguir, evidencia a afirmativa de que o Jeca foi pintado por diferentes mãos na Revista do Brasil:

Quadro 5 — Diferentes Ilustrações do Jeca.

		
Raul (O Jornal – Rio)	Jefferson (D. Quixote)	Belmonte (Dos Jornais)

²⁵ D. Quixote: Revista de humor que circulou entre 1917 e 1927, semanalmente e anunciou grandes nomes do cartunismo. www.2.senado.leg.br. Biblioteca digital.

 <p>— Rirão, Jeca Tam, já sei que ma dosto o teu votostinho huiu? — Quê, não sijnô. Tivo maginando que não valia a pena votá em vossa senhoria. O governo é que ganha sempre, conceiô... — (Seth — D. Quixote — Rio).</p>	 <p>Enquanto o Géca acompanha as fashanhas de Edô, Tio Pita aplica-lhe a ventosa. VOLTOLINO (Estadinho).</p>	 <p>— Vamos aranjá um emprego? — De que? — De secreta, para prender os desoccupados.</p>
Seth (D. Quixote – Rio),	Voltolino (Estadinho)	D. Quixote

Fonte: Revista do Brasil: abril – 1920, abril – 1921, dez – 1921, maio – 1919, março – 1921, set - 1920

Apesar de não ter sido encontrada, ao longo da pesquisa, nenhuma ilustração do Jeca Tatu assinada por Lobato, o autor explicou, em relato, como surgiu a imagem do personagem em suas ideias:

sobre o nascimento, origem e batismo do Jeca, surgiu ao conhecer a nhá Gertrudes, uma velhinha que morava num rancho à beira da estrada, perto da fazenda do Paraíso. Ela vivia falando num neto que significava para ela o maior homem do mundo – O Jeca – assim se chamava. [...] De tanto falar no Jeca, nós quisemos conhecê-lo. [...] Um dia o Jeca apareceu. Que decepção! **Um bichinho feio, magruço, barrigudo, arisco, desconfiado, sem jeito de gente. Algo horrível.** [...] Anos mais tarde, precisando dar um nome a um personagem caboclo, logo me veio à tona a figura desajeitada do Jeca. O Tatu veio de uns tatus que andavam estragando uma roça de milho (CAVALHEIRO, 1956, p. 208 e 209).

Ao ser financiado pela Liga Pró-saneamento, o Jeca passou a representar um *pote de ouro* para Monteiro Lobato, tanto no aumento expressivo na venda do livro *Urupês*, quanto na publicidade de medicamentos e campanhas higienistas, tornando-se seu personagem predileto. Mas pelo que parece, tomando como referência seus discursos ambíguos²⁶, essa predileção se dava mais pelo bônus financeiro, do que efetivamente pela crença nos ideais higienistas.

²⁶ Em 1929, Lobato escreve para Penna demonstrando seu fascínio pelo trabalho do sanitarista e ainda desculpa-se ao médico por ter duvidado do seu efetivo sucesso, como descrito a seguir: “Médico eu fosse eu correria a formar ao lado de Belisário Penna, o paladino que mais fez pela revolução com os raios incoercíveis de sua heroica e fecunda indignação. É como sempre o vejo em minha memória: indignado num perpétuo erethismo de revolta. Abençoados sejam os homens do seu typo. Adeus, meu caro amigo. Aceite um tremendo abraço de quem cometeu o crime de duvidar, mas que hoje se redime esperando mais que nenhum outro” (Fundo Belisário Penna. Departamento de arquivos e documentação. COC).

Apesar desse pedido de desculpas, e até da crença na melhoria da saúde dos brasileiros com o advento do higienismo, Lobato, no mesmo ano (1929), escreve outra carta, desta vez direcionada a Renato Kehl, fazendo críticas severas ao nosso povo, além de exaltar as ideias eugênicas defendidas por Kehl: “Meu caro Renato, Recebi tua comunicação e li-a. Meu caro, dás-me a impressão de um D. Quixote científico, com todo o nobre entusiasmo do manchego mas sem a loucura d'elle, a pregar para uma legião de panças. O que dizes é o que há de sensato, de sabido, de útil, de interessante, mas haverá quem te ouça? Haverá quem acorde? O nosso

Em carta enviada a Godofredo Rangel²⁷ em 1918, Lobato se vangloria do bom negócio que fez com o Estado pela campanha pró-saneamento, “a mim me favoreceu muito, popularizou a marca *Monteiro Lobato*, o público imagina-me um médico sabidíssimo” (LOBATO, 1957, p.173). No entanto, meses depois, ele se demonstra cansado da campanha higienista e envia uma nova carta ao amigo, desta vez para fazer reclamações: “eu já ando farto de tudo isso, desta Calábria paulistana, deste saneamento dos sertões do Belisário Penna, da geada, de tudo” (LOBATO, 1957, p. 181).

Durante seu período como proprietário da Revista do Brasil, Lobato mantém o *matuto* Jeca Tatu em evidencia, pois este se fez presente, no segmento do periódico denominado caricaturas do mês, principalmente, em críticas políticas, relacionadas, ao aumento de impostos, precariedade de moradias, textos que tinham seu nome no título, dentre outras. No entanto, na maioria das vezes, sua imagem permanece vinculada a ideia de ignorância e/ou passividade.

Em abril de 1919, a Revista do Brasil reserva um espaço de 40 páginas para a transcrição de uma conferência proferida por Ruy Barbosa, com o título: *A questão social e a política no Brasil*. No texto, Barbosa relembra o personagem Jeca Tatu ao refletir que todo povo brasileiro, sem exceção, é no fundo um Jeca Tatu, pela passividade dos seus atos, não percebendo o que acontece ao seu redor.

Solta Pedro I o grito do Ypiranga, e o caboclo em cócoras. Vem com 13 de maio, a libertação dos escravos, e o caboclo de cócoras. Derruba o 15 de novembro um trono, erguendo uma República e o caboclo acocorado. No cenário da revolta entre Floriano, Custódio e Gumercindo, se joga a sorte do país, esmagado quatro anos por incitatus, e o caboclo ainda com os joelhos à boca. A cada um desses estrondos, só ergue o torso, espia, coça a cabeça, imagina, mas volve à modorra e não dá pelo resto (RVB, BARBOSA, abril, 1919, p. 381-421).

Nessa palestra, Ruy Barbosa alerta ainda, sobre a importância dos intelectuais tomarem “as rédeas do país”, ao afirmar que o Brasil era representados pelos participantes

pobre país dorme o sono da lambança mais completa e sórdida. Não vê nada, não quer ver nada, procura illudir-se com um milhão de mentiras e só recompensa aos que lhe mentem e lhe lisongeiaram as fraquezas. [...] Nossa gente quer dopes, cocaínas – ilusão. Está apodrecendo e em vez de curar-se, perfuma-se. É vivendo num país como este que se pode alcançar em todo a sua extensão a miséria econômica, física, biológica e moral da nossa pobre terra. Rasgue este incontinente, meu caro, antes que alguém metta o nariz nella. Tudo que te digo é estrictamente confidencial e só pode ser dicto a um espírito superior como o teu. Adeus. Um abraço do desiludido. Lobato”. (Fundo Renato Kehl. Departamento de arquivos e documentação. COC.

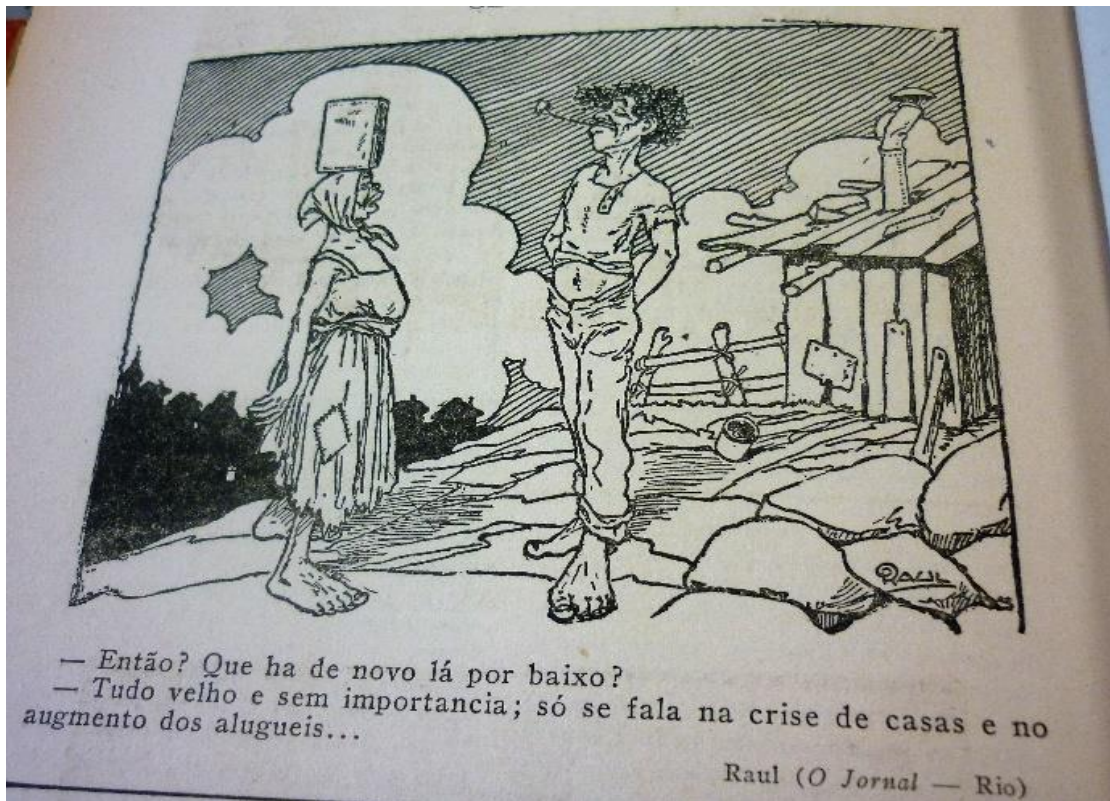
²⁷ José Godofredo de Moura Rangel (1884-1951) – Escritor, formou-se em direito pela USP. Conheceu Monteiro Lobato ainda muito jovem, no qual tornou-se amigo, e apesar de terem se encontrado pessoalmente, poucas vezes ao longo de 40 anos trocaram correspondências, que mais tarde, por ideia de Lobato, originou o livro *A Barca de Gleyre*. No entanto, apenas com as cartas de Lobato, pois Rangel negou-se a publicar as suas (www.g1.globo.com).

daquela conferência e não “pelas ratazanas do tesouro, pelos mercadores do parlamento, pelos compradores de jornais, ou pela massa inconsciente”, mas sim dos que tem superioridade na cultura e no poder (BARBOSA, RVB, abril, 1919, p. 381-421).

Essa conferência, também mereceu aplausos de Lobato por ter alavancado as vendas do Urupês, afirmando que o livro havia “assanhado a taba e agora com o discurso do cacique-mor, vai subir que nem foguete”. Em carta à Rangel, no mesmo mês e ano do discurso de Ruy Barbosa, o autor explica que esta conferência foi um “pé de vento” nas vendas, não ficando nenhum em estoque e sendo preciso providenciar uma nova edição com urgência (LOBATO, 1952, p. 194).

Apesar de supostamente ter sido perdoado por seu criador, o Jeca tornou-se o “símbolo do pecado nacional, o tipo que ninguém se identifica de bom grado”, como explica Brenno Ferraz em um dos artigos da Revista, na edição de fevereiro de 1922, sob o título, *Jeca Tatu e o princípio da exceção criadora*, onde o autor faz uma defesa do caboclo, apesar do incômodo que sua imagem traz. O texto lembra, que na teoria Darwínica triunfam os partidários da exceção das espécies e da adaptação ao meio, mesmo que a custa de “mil inaptações e mil mortes”. Nesse sentido, o Jeca não é um caipira comum, pois se todos fossem como ele, Monteiro Lobato não o teria descoberto, ele é um caso raro, contudo, não é menos verdadeiro, tornou-se “símbolo do caboclo brasileiro, pondo em guarda todo nosso eu. Não há como negá-lo, queiramos ou não, ridículo detratá-lo” (FERRAZ, 1922, p. 106-109).

Em abril de 1920, o periódico alerta, para desigualdade, onde duas pessoas de classe social inferior, alheios à própria situação de miséria, conversam sobre o aumento do aluguel e o problema de moradia na capital, que eles chamam de assunto sem importância. Destaca-se contudo, que a imagem apresenta características que merecem atenção, por representarem o que o que Belisário Penna chamava de “flagelos pela absoluta falta de educação higiênica e desprezo do governo” (PENNA, 1923, p. 41) (Fac-símile 14).



Fac-símile 14 — Revista do Brasil - Edição de abril de 1920

O casebre é feito de forma inadequada com remendos de madeiras que podem propiciar a infestação de insetos, inclusive do barbeiro (transmissor da doença de Chagas), que Lobato descrevia como “pocilgas de paredes de pau a pique ripadas de taquara e barreadas, com palmas ou casacas de árvores” (LOBATO, 1964, p. 239 e 241).

A mulher na imagem, carrega uma lata de água na cabeça que remete a ausência de água encanada para o uso doméstico, sendo necessário abastecer as casas em fontes, rios ou poços, que nem sempre são próprios para o consumo, por possuírem proximidade com esgotos. Ela utiliza-se ainda, de um lenço na cabeça provavelmente para se proteger do peso da lata e do sol, pois, levando em consideração a vestimenta do casal, com roupas sem mangas, expondo o corpo, se trata de um lugar quente; os remendos e a ausência de bainha no vestido, bem como a blusa curta do homem deixando seu umbigo à mostra, podem ser explicados a partir do pensamento de Belisário Penna, que explica que o dinheiro ganho por essa população, mal dá para pagar a alimentação, “seus recursos são tão insuficientes, para as despesas imprescindíveis”, que o vestuário não é uma prioridade (PENNA, 1923, p. 89 e 295).

Os pés descalços era um grande desafio para os higienistas, pois a população menos favorecida, não possuía o hábito do uso de sapatos²⁸ e resistiam a isso, aumentando a infestação dos mais variados parasitas. (PENNA, 1923, p. 89 e 295). No texto O Problema Vital, Lobato explica que calçar os pés era uma das formas de defesa contra os parasitas, mas o autor questiona, “como calçar este país, único no mundo, fora as populações selvagens da África, que ainda anda de pé-no-chão?” (LOBATO, 1964, p. 235).

Na Charge não vem especificando o lugar onde os personagens conversam, podendo ser uma favela no centro urbano, ou no interior do Brasil. No entanto, Belisário Penna, ao descrever a situação sanitária do país no início do século XX, declarou que exceto os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, que cuidavam da saúde pública, todos os demais estados apresentavam casas em “precárias condições de conforto e asseio, além das dispensas vazias e fogão quase sempre apagado” (PENNA, 1923, p. 30).

Em outra imagem, publicada dezembro do mesmo ano (1920), a Revista traz um Jeca nu, muito emagrecido, em cócoras, admirando uma pepita de ouro enterrada na terra, no qual é incapaz de retirar, seja por ignorância, por doença ou por preguiça (fac-símile-15). Essa figura do Jeca, remete a descrição do sertanejo feita por Lobato em seus textos, onde o autor o chamava de:

Homem feíssimo, torto, amarelo, cansado, exangue, faminto, fatalista, geófago [...] desnutrido pela parca e má alimentação, afriorentado pelas sezões, exausto pela ancilostomíase, deprimido de espírito pelo Tripanossoma, sem raio de instrução na cabeça (LOBATO, 1964, p. 234 e 254).

Essa imagem descrita por Lobato, também foi utilizada por Belisário Penna ao defender a importância do saneamento básico no Brasil. O sanitarista declarava que o país não progrediria enquanto houvessem indivíduos “ignorantes, doentes, com vícios, abatimentos físico e intelectual, vegetando pelas cidades, campos e sertões, consumindo sem produzir” (PENNA, 1923, p. 25).

²⁸ Lobato ao escrever o texto a Ressureição do Jeca, pela Liga Pró-saneamento, descreve um diálogo entre o médico e o Jeca, que sempre andou descalço e que resistia ao uso de botas, o médico mostra seus pés através de um microscópio, repletos de vermes, deixando o jeca assustado. O médico então exclama, daqui por diante não duvide mais do que a ciência disser!! (LOBATO, 1964, p. 334).



Fac-símile 15 — Revista do Brasil – Edição de dezembro de 1920

Apesar do sucesso do Jeca Tatu nas campanhas higienistas, a Revista do Brasil, mantém um olhar crítico sobre o personagem. O mensário impetra em suas edições as riquezas do nosso país, inclui o povo entre elas, e questiona as autoridades políticas por não fazerem o seu papel no saneamento do país. Contudo, em suas representações gráficas, o sertanejo é colocado, frequentemente, em posição inferior ou tratado por termos pejorativos como “matuto ou indivíduo ignorante e ingênuo” (AMORA, 2014).

Como descrito por João do Norte na edição de janeiro-março de 1918 da Revista do Brasil, ao exigir medidas enérgicas contra os “matutos” do povo sertanejo que tentam levar o serviço militar ao ridículo, fazendo cantigas contra o sorteio militar, que é algo imprescindível para a manutenção do espírito nacionalista, o autor lembra que essas cantigas são o que resta a esse povo “sem escola, sem higiene e sem imprensa” (REVISTA DO BRASIL, 1918, p. 415).

Em setembro de 1920, é publicado um texto crítico de Câmara Cascudo, na Revista do Brasil sob o título de *A humanidade de Jeca Tatu*, onde o autor afirma que por mais que se declare a “homogeneidade do tipo brasileiro”, em cada cidade há um carácter próprio em que se faz questão de dar-lhes nomes e personalidades, como o conhecido Jeca Tatu, sentado nos calcanhares ou o evolutivo Mané Chique-Chique, cavalgando um “cavalo raquítico, de chapéu de couro e faca na cinta”. O Jeca na porta do casebre é peculiar em todo norte do Brasil e o Mané Chique-Chique é comum nas feiras sertanejas. Porém, declara o autor, quem viaja pelos

sertões do país e observa o “fatalismo sertanejo, a sua ignorância política, com seus remédios populares e a ingênua credence dos curandeiros, verá verdade nas páginas de Urupês”, pois o Jeca é humano e vive conservador das velhas tradições:

E é grata a verdade que Jeca Tatu mesmo de cócoras, com o cão magro à porta, a prole doentia, a casa enlameada, o cigarro apagado atrás da orelha, votando sem saber em quem, crendo em tudo, com o tamborete de três pernas e a viola tristonha levanta onde está o gonfalão vistoso de uma variante à energia brasileira, respeitada e seguida por uma boa porcentagem do que habitam e são filhos da ditosa pátria minha amada (Câmara Cascudo, RVB, 1920, p. 83 e 84).

Na edição de março de 1921 da Revista, Augusto de Oliveira e Souza ao discutir sobre os aspectos eugênicos dos ciganos brasileiros, explica que os chamados ciganos que residem no interior do Brasil, são “originários de um ramo podre da árvore étnica” e que eles são piores que os caboclos, pois estes últimos apesar de não trazer nenhum benefício ao país, também não são prejudiciais, diferente dos ciganos que são nefastos (REVISTA DO BRASIL, 1921, p. 264). Neste caso, apesar do sertanejo não ser o foco do artigo, ele torna-se, de forma negativa, um objeto de comparação.

Skidmore (2012, p. 259) esclarece que a campanha de resgatar o sertanejo, não trouxe à tona o “debate étnico”, pois este, na concepção geral, não possui nenhuma gota de sangue africano. No entanto, o caboclo era visto como um branco retrógrado, pouco evoluído, com algum sangue indígena, diferente do negro, que sim, era inferiorizado pela cor da sua pele e por suas características físicas.

Ao observar a circulação da Revista do Brasil, verifica-se que apesar do periódico figurar em diversos pontos de venda, seus leitores representavam uma parcela restrita de intelectuais da elite brasileira, que defendiam uma ideia nacionalista, onde a miscigenação era bem tolerada, contanto que o branqueamento da raça fosse uma prioridade. Ao mesmo tempo, que artigos contidos no periódico, levantavam a bandeira de que a mistura entre os negros, brancos e indígenas era uma virtude e não um motivo de degeneração racial do povo brasileiro, a Revista do Brasil apresentava-se recheada de imagens e textos discriminatórios contra os negros e os sertanejos.

O Jeca, personagem do Editor da Revista Monteiro Lobato, *ganhou fama* em 1918, mas sua imagem ultrapassou os limites do século, completando 100 anos em 2018. Até os dias atuais, o nome Jeca é utilizado sempre que se tem a intenção de inferiorizar o comportamento ou a vestimenta de alguém, além de ser encontrado nos dicionários como sinônimo de: ridículo, sertanejo, brega, cafona, caipira, matuto, rústico.

No próximo capítulo serão abordados os diferentes entendimentos sobre a Higiene e a Eugenia apresentados na Revista do Brasil.

5 OS CAMINHOS DA HIGIENE E DA EUGENIA NA SAÚDE E SUAS REPRESENTAÇÕES NA REVISTA DO BRASIL

As primeiras décadas do século XX, foram pautadas pelo objetivo de um Projeto de Nação no Brasil, onde encontrava-se no centro do debate a constituição física e moral do brasileiro. Recém-saído da era escravista, com uma população desassistida na saúde e na educação, a melhoria da raça tornou-se o principal eixo para alavancar o progresso do país (PONTE e FALLEIROS, 2010).

Belisário Penna, descrevia a libertação dos escravos, “pela forma precipitada como foi efetuada”, como sendo um dos motivos das doenças espalhadas pelo Brasil. Penna afirmava que a abolição, como foi feita, além de trazer muitos prejuízos na economia, pelas perdas dos fazendeiros, ainda permitiu que “indivíduos ignorantes e brancos”, que libertos, se espalhassem para todas as direções, “entregues ao álcool e as orgias, sem noção de higiene, animalizando-se, voltando quase ao estado de selvagem dos seus antepassados”. Para o autor, no cativeiro, os escravos “tinham uma disciplina de trabalho, eram bem alimentados e relativamente bem cuidados e agasalhados”, pois, a saúde deles era interesse dos fazendeiros (PENNA, 1923, p. 35 e 36).

O ano de 1918 foi o *divisor de águas* no que se refere à saúde pública no Brasil. Com a viagem de Belisário Penna (Sob a tutela financeira da Liga Pró-saneamento) pelo interior do país, testemunhando a calamidade que assolava o povo rural devido as doenças que podiam ser prevenidas ou curadas (BRITO, 1995).

Os sanitaristas voltaram da expedição pelo sertão do país com uma visão distinta da retratada, de forma romântica, por Euclides da Cunha, no livro *Os Sertões* em 1902, onde o sertanejo era apresentado como um indivíduo forte e capaz de resistir à “natureza hostil e aos avanços das tropas do exército Republicano”. Penna e o também médico sanitarista Arthur Neiva, encontraram um “povo doente, analfabeto e abandonado pelo poder público (PONTE e FALLEIROS, 2010, p. 75 e 76).

Ou como descreveu Monteiro Lobato no texto *O Problema Vital* (1918):

Em regiões de bom clima, terra fértil e boas águas, a expedição Neiva-Belisário acampou em cidadezinha onde não foi possível obter uma informação segura relativa ao itinerário, porque não existia um só indivíduo que não fosse mais ou menos idiota [...]. Desnutridos pela parca e má alimentação, afriorentados pelas sezões, exaustos pela ancilostomíase, deprimidos de espírito pelo *Tripanossoma* sem raio de instrução na cabeça, escravizados pela cachaça (LOBATO, 1964, p. 241 e 254).

Com seu retorno da expedição, não tardou para Penna conquistar uma parcela da elite política, ao ponto de Congressista defenderem a criação de um Ministério de Saúde Pública, além da criação do Serviço de Profilaxia Rural em 1918, com o objetivo de combater a malária, a ancilostomose e a doença de Chagas, com Direção de Belisário Penna, com subordinação à Diretoria Geral de Saúde Pública, em primeira instância e depois sendo vinculado ao Ministro da Justiça. No final do ano de 1919, o Congresso aprovou a reforma dos serviços de saúde, criando o Departamento Nacional de Saúde Pública, órgão que teria, formalmente, abrangência nacional (BRITO, 1995, p. 25).

Segundo Penna (1923), a política do Brasil, até então, era totalmente voltada para o urbanismo, para o embelezamento das cidades, avenidas, teatros e portos. No entanto, o sertão havia sido abandonado pelo poder público, à própria sorte, e como refere o sanitarista, “sem saúde física, intelectual e moral nenhum povo poderá nivelar-se com os que caminham na vanguarda da civilização e fatalmente acabará escravizado ao domínio estranho”. Nesse sentido, o autor declara sua concordância com Lobato, ao expressar que não há outro futuro para o Brasil, senão o de sanear (PENNA, 1923, p. 14).

Com a viagem de Penna, a ideia de degeneração racial passa a ser questionada nos discursos dos médicos e intelectuais da época, ainda que algumas vezes se mostrassem presentes em favor dos planos eugênicos. Skidmore (2012) explica que o Brasil já nasceu multirracial, dessa forma, aceitar que a raça fosse degenerada, atingiria, inclusive alguns membros da elite brasileira, que eram conhecidamente mestiços, por isso a miscigenação não “despertava a oposição instintiva da elite branca” (p. 100). Nesse contexto, a Revista do Brasil publicou um expressivo número de artigos relacionados à higiene, exaltando a mestiçagem no Brasil e culpabilizando o governo pelo descaso com a saúde do povo brasileiro, tornando-se um importante veículo de difusão deste tema. No entanto, não deixou de abrir espaço aos textos de conteúdos eugênicos negativo que reafirmavam os males da nossa raça.

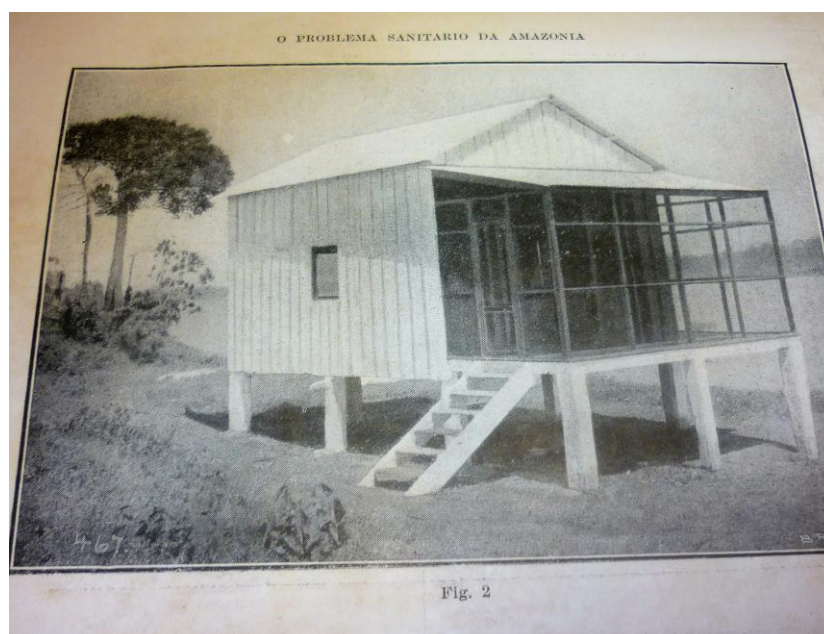
5.1 O DISCURSO HIGIENISTA NA REVISTA DO BRASIL

Na edição de janeiro-março de 1918, Monteiro Lobato escreve um artigo, sob o título “*O Saneamento do Brasil*”, onde ele transcreve as palavras de Penna sobre os horrores no interior do Brasil, declarando que o Brasil é um país de doentes, no sentido mais literal da palavra, “a nossa miséria financeira e econômica é o reflexo da desnutrição orgânica que converte a maioria dos nossos cidadãos em inúteis e incapazes” (LOBATO, 1918, p. 305).

Neste mesmo ano, como membro da Liga Pró-saneamento, Lobato escreve uma fábula, sob o título *Jeca Tatu: A ressurreição*, onde relata que depois de ser curado por um médico sanitarista, Jeca torna-se um próspero lavrador, com trabalho árduo, que viaja pelo mundo feliz e saudável e que resolveu ensinar o “caminho da saúde aos caipiras da redondeza” (LOBATO, 1964, p. 339).

Ainda, na edição de 1918, Afrânio Peixoto discorre sobre o “*Problema Sanitário da Amazônia*”, esclarecendo que não é o “clima a maldição irremovível que pesa sobre aquelas regiões, é a insalubridade essa removível, saneável que se deve tentar e realizar sistematicamente, não em um trecho, mas em todo território”. Para o autor, só a malária é responsável pela devastação da região, onde a maioria não consegue escapar da morte, pois, não há exagero em dizer que 30% da população sofre de impaludismo ou malária (PENNA, 1923). Contudo, a malária só é encontrada nos subúrbios rurais, onde se encontram grandes áreas cobertas por matos e acúmulo de líquidos, por isso os grandes centros estão livres desse mal (PEIXOTO, 1918, p. 411-415).

Afrânio Peixoto, em seu artigo, ensina ainda, que apenas três medidas profiláticas poderiam evitar tamanho mal causado pela malária: a) “obras hidráulicas que enxugam os pântanos, onde criam os mosquitos; b) proteção mecânica de habitação contra a invasão de mosquitos e, c) proteção individual contra o germen malarhyênico”. O artigo acrescenta em seu conteúdo, imagens de casas que passaram por adaptações, para tornar-se moradias higiênicas (fac-símile - 16) (PEIXOTO, 1918, p. 411).



Fac-símile 16 — Moradia no Amazonas — Revista do Brasil — jan-março, 1918

Além do saneamento, a Revista do Brasil investiu em artigos que pudessem ser aliados na prevenção de doenças, trazendo estudos do exterior e dentro do país, que se utilizados, iriam cooperar na campanha higienista. Dessa forma, um aliado na prevenção de doenças, segundo o mensário, é o fumo, que deixa de ser considerado um veneno e torna-se um “desinfetante da cavidade bucal, do aparelho respiratório e digestivo”, prevenindo infecções contagiantes (REVISTA DO BRASIL, 1922, p. 273 e 274).

A Revista reproduz um estudo Francês, onde ao passar “corrente de fumaça de tabaco em cultura de cólera, meningococo, febre tifoide e difteria”, o resultado foi a confirmação da ação desinfetante do fumo, o que não aconteceu com o bacilo da tuberculose, que não apresentou a ação desejada. O estudo ressalta que a epidemia de meningite cérebro-espinhal que ocorreu nos quartéis da França, quase não teve ação nos soldados fumantes (REVISTA DO BRASIL, 1922, p. 273 e 274).

Em outro artigo, com o mesmo perfil de cooperar com o trabalho da higiene, Gustavo Lessa, na edição de agosto de 1923, reafirma toda a importância do saneamento para melhorar a saúde do povo brasileiro, mas explica que as aspirações da higiene precisam ser mais altas e pensar além dos “agentes nocivos vivos ou não. Nesse sentido, o autor explicita os fatores essenciais na alimentação que também devem receber prioridades no esforço do desenvolvimento do país (LESSA, RVB, 1923, p. 341-346).

Lessa descreve que a falta orgânica de algumas vitaminas essenciais pode trazer problemas de saúde severos tanto quanto as doenças causadas por parasitas ou insetos. A ausência da vitamina A, por exemplo, é a responsável pela “parada de crescimento da criança, perda de peso e inflamações oculares”; no caso da vitamina B, o autor refere sua importância para o desenvolvimento corpóreo do indivíduo, além de que sua falta pode ocasionar o Beri Beri que traz grande cansaço físico e problemas cardíacos. E por último, Lessa enfatiza a vitamina C, que apesar de ser encontrada facilmente em frutas e algumas verduras, ela é responsável pela presença de escorbuto, doença facilmente prevenida se a mãe oferecer suco de laranja em colheradas para seus filhos (LESSA, RVB 1923, p. 341-346).

Em dezembro de 1924, a Revista do Brasil, registra uma nota retirada do Jornal Gazeta, sobre os estudos feitos no Instituto Pasteur pelo Professor Albert Calmette, que ao lado de seu auxiliar Guerrin, fornece resultados de estudos satisfatórios para a imunização da tuberculose. Segundo a experiência, pode-se injetar ou ingerir doses do bacilo da tuberculose atenuado, ao ponto de não poder contaminar as pessoas sãs, mas que irá conferir verdadeira imunidade, como tem acontecido com os animais utilizados como cobaias na pesquisa.

O periódico, informa que o cientista iniciou a imunização em seres humanos, utilizando-se de 247 recém-nascidos, que vêm sendo acompanhados e a vacina tem se mostrado inofensiva, pois nenhuma criança adoeceu, o que traz esperanças ao meio científico sobre o futuro dessa doença (REVISTA DO BRASIL, 1924, p. 277 e 278).

Na edição de maio de 1918, Monteiro Lobato volta a escrever sobre o saneamento e a higiene, no texto *“As novas possibilidades das zonas cálidas”*, onde ele explica que a higiene é a defesa artificial para substituir a defesa natural e que partir dela, torna-se possível erguer empórios nos locais, até então condenados, devido aos diagnósticos de doenças sob orientação científica. Lobato finaliza afirmando que “sanear o país deve ser nossa obsessão de todos os momentos” (LOBATO, 1918, p. 3). “Reforma eleitoral só há uma: sanear o Brasil; Fomento da produção só há um: sanear o Brasil; campanha cívica só há uma: sanear o Brasil e serviço militar obrigatório só há um: sanear o Brasil (LOBATO, 1964, p. 244).

Em agosto de 1918, a revista do Brasil publica outro artigo do médico Afrânio Peixoto, intitulado *“A antiga e a nova medicina: a higiene”*, nesse artigo Peixoto exalta a higiene como uma nova medicina que tornou-se moda e se impôs como um hábito e uma necessidade, além de lembrar que a vacina salva milhões de vida. Peixoto, em tom de sarcasmo, porém incisivo, faz críticas ao discurso eugênico, que ele chama de antiga medicina, afirmando que:

diante da impotência terapêutica, começou-se a procurar responsáveis pelo desastre: o clima seria certamente o culpado, taes e quaes concurrencias de temperatura, humidade, talvez a ruindade da terra, talvez a qualidade decadente do vegetal, raça degenerada e incapaz de subsistir, [...] (PEIXOTO, ago, 1918, vol. VIII, ano. III. P. 353-61).

Nesta mesma edição (agosto de 1918), é publicado um extenso artigo do médico Carlos Chagas alertando a importância do tatu como um depositário do *Trypanossoma cruzi*, além de uma minuciosa explicação sobre as formas, os sintomas, o diagnóstico e prevenção da doença do barbeiro. Chagas afirma que esta é a “doença do Brasil”, com relação direta com o bócio, e que as péssimas condições sanitárias e de moradias do país, principalmente nas zonas rurais, são os grandes problemas da infestação do barbeiro e ressalta que os mais atingidos por esse mal, são as crianças o que dificulta o “aperfeiçoamento progressivo da nossa raça”. O autor acrescenta ainda, imagens de pessoas infectadas pela doença e de moradias infestadas pelo barbeiro (fac-símile – 17) (CHAGAS, RVB, 1918, p. 386).



Fac-símile 17 — Doença de Chagas - Revista do Brasil agosto 1918

Este estudo de Chagas, no entanto, foi motivo de polêmica, já que médico Afrânio Peixoto e alguns de seus adeptos, não eram a favor da ideia de um Brasil doente, como promulgava os sanitaristas da época. Ele afirmava que este era um pensamento exagerado e pessimista, já que algumas patologias, como a doença de Chagas, eram exclusivas de algumas regiões e não de todo o Brasil e, portanto, chama-la de “doença do Brasil” poderia trazer descrédito ao país afugentando imigrantes e capital (PONTE e FALLEIROS, 2010, p. 94).

Outro tema controverso, que esteve presente nos jornais na primeira década do século XX, foi a própria descoberta da doença de Chagas, que alguns a atribuíam à Oswaldo Cruz, já que este foi o “último autor das experiências que permitiram identificar que se tratava de um novo parasito”, e não Carlos Chagas. No entanto, essa disputa de cunho político e rivalidades pessoais, findou-se em 1923, quando a Academia Nacional de Medicina, reiterou os méritos a Chagas (PONTE e FALLEIROS, 2010, p. 95). Sobre esse tema, Belisário Penna, em seu livro *o Saneamento do Brasil* (1923), afirmou estar presente e testemunhar a descoberta de Carlos Chagas (PENNA, 1923).

A Revista do Brasil também se fez presente nessa discussão, ao publicar o artigo do médico higienista Aragão, que explica que dentre as doenças escolhidas como prioritárias para serem debeladas, encontram-se a anquilostomia, a lepra e a doença de Chagas, ficando esquecidas, injustamente, a sífilis, a leishmaniose e a schistosomíase. O autor, não concorda

com a doença do barbeiro nesta lista de prioridades, que ele chama de mal de Cruz e Chagas, em homenagem a Oswaldo Cruz, “descobridor do *Tripanossoma cruzi*”, pois, muito provavelmente, o homem adulto se infecta com menos facilidade pela doença ou apresentam cura espontânea, já que em 10 anos de estudos, não foram citados 4 dezenas de casos, o que não pode ser comparados com outras moléstias que assolavam o país (ARAGÃO, 1920, p. 378-380).

Na edição de setembro de 1918 foi à vez de Belisário Penna deixar seu registro com o artigo “*Pequenos cuidados higiênicos*”. Neste, Penna faz um longo passeio por todo o processo de saneamento do país, lembrando do descaso e o desprezo dos governantes perante a triste realidade da saúde dos brasileiros no interior do país, além de descrever com ricos detalhes os males que incapacitam os sertanejos.

No que diz respeito à raça, o sanitarista afirma que a raça inferior e o clima inóspito do Brasil eram, para os seus governantes, os motivos da decadência dos habitantes, mas que nenhum, nem outro, segundo ele, tem fundamentação nos fatos e na ciência. “Nem inferior a raça, nem inóspito o clima”. Penna ainda explica mais minuciosamente: (PENNA, 1918, p. 1-18).

Com predominância do mestiço do caboclo no Norte e no Centro; do mestiço do caboclo, do negro e do branco no litoral do nordeste, e do branco no sul, ela tem predicados de inteligência, de vigor físico e de capacidade de trabalho como as que mais se presam de os possuir, além de acentuado espírito de ordem, e de inata cordura, a par da coragem e da altivez. Disso tem ela dado provas exuberantes e a história do Brasil está repleta de fatos que a dignificam. (RBR, V. 9, n.33, ano.III, set. 1918, p. 1-18).

Penna negava o determinismo de bases climáticas, para ele a saúde ao lado da educação eram as bases “incontestáveis do vigor físico, da melhoria da raça e do progresso da nação”, ele afirmava que o “alcoolismo, a doença de Chagas, a malária e a opilação”, que atingiam os sertanejos eram as causas principais do atraso dos Brasileiros em relação aos outros povos. Penna conclui lembrando que quando a higiene entrar nas mentes de todos os dirigentes e dirigidos do Brasil, não haverá mais razões para ninguém maldizer nossa raça e denegrir nosso clima (BRITO, 1995, p. 22).

Contudo, o próprio Belisário Penna, demonstrando a ideia dúbia que os intelectuais tinham em relação aos conceitos de eugenia e higiene, anos mais tarde, em conferência realizada na Sociedade Nacional de Agricultura, em 1929, saúda o médico Renato Kehl por seus trabalhos eugênicos afirmando que a glória pelo estímulo a consciência nacional sobre os

problemas de higiene da raça, coube exclusivamente a Kehl, o tornando o “campeão da eugenia”, além de explicar que:

O saneamento, a higiene, a medicina social e a educação higiênica para a implantação da consciência, constituem o alicerce da eugenia, sem o qual ela não poderá ser praticada [...] Eis porque não me limitei a verificação e identificação das doenças e dos vícios que degradam nossa gente e degeneram a raça [...] os fatores sociais exercem muito maior influência na mentalidade e nos costumes do povo do que a raça e as condições naturais (FIOCRUZ - COC. Fundo RK, PQLI002, 2016).

Ainda sob a euforia higienista, na edição de janeiro de 1919 a Revista do Brasil, transcreve uma nota do jornal O Paiz – Rio, exaltando a descoberta do médico japonês Noguehi, que identificou e isolou o vírus da febre amarela, deixando próxima a possibilidade de invenção de uma vacina que poderia erradicar a doença do mundo e findar com mais esse “negro coeficiente de mortalidade” (REVISTA DO BRASIL, 1919), pois a febre amarela apresentava frequentes epidemias no Brasil, principalmente no período de chuva e calor. No Rio de Janeiro, os higienistas elaboraram atividades de prevenção da patologia, reformando tanto a paisagem natural da cidade quanto práticas e hábitos dos moradores (FERREIRA, ROCHA, et al., 2011, p. 42).

Em maio de 1921, a Revista traz um novo estudo publicado na revista Brasil Médico, que corrobora com as pesquisas do médico Noguechi, utilizando-se de suas técnicas para inocular o sangue amarílico às cobaias para avaliar seu comportamento *in corpo*. Apesar de nenhuma cobaia ter se restabelecido, o estudo apresenta os resultados como fundamentais para ciência, na busca de uma vacina contra a febre amarela e promete publicar resultados subsequentes em breve (REVISTA DO BRASIL, 1921).

Na ausência de uma vacina contra a febre amarela, a solução encontrada para amenizar os problemas foi a notificação compulsória e o isolamento dos pacientes na própria casa, como descrito no Decreto nº 14.354 de 15 de setembro de 1920:

Notificado um caso de febre amarela, positivo ou suspeito, seguirá, imediatamente, para a residência do doente uma turma de serventes da Inspetoria dos Serviços de Profilaxia, a qual operará sob as ordens de um dos inspectores sanitários, sendo ato preliminar, indispensável, o isolamento do doente por meio de cortinado. Resolvido o isolamento, nas janelas do aposento ou aposentos que devam ser ocupados pelo enfermo serão apostas telas de fio metálico, de malhas. As janelas que não forem protegidas por meio das telas terão as vidraças e os batentes fechados. As portas que comunicarem o aposento do doente com a casa serão fechadas e interditas, mantida apenas uma. Serão calafetadas ou protegidas por telas quaisquer aberturas existentes no aposento do enfermo (BRASIL, 1920).

Em fevereiro de 1919, o periódico publica um texto de Belisário Penna, retirado de um folheto da Liga Pró-saneamento sobre a Ankylostomia. Nesse artigo, Penna explica que a opilação ou amarelão é um parasita transmitido por água ou terra contaminada e disseminada pela falta de higiene da população “que enfraquece o corpo e a inteligência; produz a preguiça e o desânimo; envenena e destrói o sangue e faz a desgraça de famílias atacadas por ela”. Nessa reflexão o autor afirma que para acabar com esse flagelo é necessário evitar a contaminação da terra com construção de esgoto e fossas e realizar a educação higiênica do povo e os que não praticassem o aprendizado, deveriam ser obrigados por lei (PENNA, 1919, p. 245 e 246).

Para Penna a Ankylostomia é a doença mais extensa do Brasil, com pelos menos 70% da população atingida por ela, não sendo um flagelo exclusivo do sertão, está também nas grandes cidades, a começar pela capital do país, o Rio de Janeiro, onde há inúmeros opilados (PENNA, 1923, p. 163 e 164).

Segundo Lobato (1962), dos 25 milhões de brasileiros em 1918, 17 milhões padeciam com o parasita da ancilostomose, e o autor aproveita para, a seu modo, explicar as consequências da doença: “a inteligência do amarelado atrofia-se, e a triste criatura vira um soturno Urupê humano, incapaz de ação, incapaz de vontade, incapaz de progresso, feíssimo, torto, amarelo, cansado, exangue, faminto fatalista, geófago” (LOBATO, 1962, p. 233 e 234).

A região sul do país, pouco lembrada pelos higienistas, por representar um território mais evoluído, já que esta, pelo “clima frio e o solo salubre”, é a localização predileta dos imigrantes europeus, principalmente alemães e italianos, também se fez presente nas páginas da Revista do Brasil, onde Alcindo Sodrê explica que seus nativos são divididos em dois tipos de homens: o gaúcho, “que como todo cidadão do sertão é um híbrido, do português, índio e negro” e o colono que “é robusto e sem nenhuma enfermidade que o debilita, carnívoros por excelência, se exercitam e utilizam-se de um diurético denominado mate chimarrão”. Apesar do clima e do solo favorável, Sodrê afirma e que há imensa dificuldade no trabalho dessa população devido o descaso e falta de cuidados do governo na implementação do saneamento básico, além dos serviços médicos de qualidades, o que o autor pede providencias (SODRÊ, 1920, p. 152-156).

A região sul volta as páginas da Revista do Brasil, quando na edição de março de 1922, Coaracy, escreve um artigo com o título *Os dois Brasis*, onde sua preocupação é explicitada com a imposição bairrista diferenciada nas regiões sul e norte do país, o que poderia futuramente, promover uma “dissolução progressiva nacional”, dividindo o Brasil em dois. O autor, lembra que não é possível introduzir na região norte os processos etnogênicos

que formam o sul, pois os imigrantes europeus “repudiam as condições mesológicas” da região norte, colocando essas duas regiões em pontos completamente opostos de desenvolvimento. Por isso, Coaracy clama aos intelectuais a encararem de frente as fatalidades geográficas do Brasil, entendendo que estamos a caminho de uma desintegração, transformando o país em dois Brasis (COARACY, 1920, p. 307-313).

Belisário Penna, lembra que o Rio Grande do Sul e São Paulo, sentiram menos as consequências da abolição da escravidão, porque rapidamente substituíram o trabalho servil pelos imigrantes, além da maciça colonização estrangeira, que preferiam essas regiões, principalmente a sul, por conta do clima parecido com seus hábitos. Outro fator, que diminuiu as possibilidades de doenças nessa região, foi o costume do uso de sapatos, mesmo no campo, o que levou a baixos índices de Ankylostomia, de forma oposta ao restante do país (PENNA, 1923, p. 36 e 172).

No que tange a raça, um texto, publicado em setembro de 1920, Osório de Almeida faz uma crítica ao preceito da seleção natural, defendida pela eugenistas. Neste, o autor questiona a obra do francês Charles Richet, um fisiologista eugênico radical, que divide os homens em três raças: brancos, negros e amarelos, mas que a raça branca é indiscutivelmente superior as demais, sendo que a amarela ainda possui, “um certo espírito de imitação e assimilação, enquanto o negro apresenta uma inteligência pueril” (OSÓRIO, 1920, p. 3-10).

O fisiologista afirma ainda que dentre os brancos, apesar de todos serem igualmente nobres, existem os que são decadentes e inferiores, sendo eles: os tuberculosos, sífilíticos, incapacitados intelectuais e os degenerados morais que se unem com indivíduos de raças inferiores. Osório de Almeida enaltece o conhecimento de Charles Richet, contudo, admite que seleção humana só deveria ser feita, se estivesse definitivamente provas que outras raças são inferiores (OSÓRIO, 1920, p. 3-10).

Roquette Pinto, por sua vez, rechaçava qualquer método de seleção e cruzamentos propostos pelos eugenistas. Segundo ele, todos os métodos contrários ao cruzamento racial eram de cunho preconceituoso ou desinformação de intelectuais, calcados em uma falsa biologia e não pela ciência, já que a reprodução humana depende de um “complexo bioquímico sempre variável”, portanto, uma reprodução eugênica não traria a estabilidade genética que alguns imaginavam (SOUZA, 2012, p. 390 e 340).

Evaristo de Moraes corrobora com as palavras de Roquette Pinto, aos escrever o artigo, sob o título *A Ascensão dos Mulatos*, na edição de novembro de 1923, da Revista do Brasil, descrevendo todas as dificuldades e preconceitos vividos pelos negros e mulatos na história do Brasil, retratando inclusive, frases e regulamentações jurídicas de cunho racista. O

autor esclarece, que o resultado do cruzamento do branco com o preto no Brasil, forneceu um mestiço que se difere do africano e que por isso revela maior beleza, além disso, os mestiços foram importantes colaboradores no “progresso e no desenvolvimento” do Brasil, fornecendo “poetas de grande inspiração, pintores, escultores, músicos e até magistrados” (MORAES, 1923, 195-197).

A literatura brasileira, com referências raciais, também foi alvo de defesa na Revista do Brasil. Na edição de março de 1922, Brenno Ferraz redige um artigo, com o título *Literatura em São Paulo: a sub-raça – o regionalismo*. Neste, Ferraz questiona os críticos estrangeiros, que por não conhecerem nossa sociedade, nos descrevem como sub-raça. O autor, reflete quanto tempo é necessário para formar uma sub-raça, pois ao calcular a idade de países europeus, que viveram “séculos de contrastes, choques e contrachocos de povos, de costumes, de ideias, de religiões e civilizações”, também podemos concluir que estes foram, ou ainda são, sub-raça (FERRAZ, 1922, p. 194-200).

Sobre o regionalismo, Ferraz também se mostra incomodado com imagem crítica vinda do exterior. Pois se grandes sucessos da literatura e do teatro, como “D. Quixote, Braz Cubas, D. Casmurro”, são exímios exemplos de regionalismo, o Jeca e a “dramaticidade dos seus tipos regionalistas”, não deve ser desqualificado, pois todas estas são “obras mestras da literatura universal” (FERRAZ, 1922, p. 194-200).

5.2 O DISCURSO EUGÊNICO NA REVISTA DO BRASIL

Em contraponto aos ideais higienistas, apesar da exaustiva defesa para o saneamento impetrado por Belisário Penna, e a negativa da raça como um problema do povo brasileiro, a Revista do Brasil também não ficou de fora dos pensamentos eugênicos mais radicais, publicando artigos que afirmavam que a raça degenerada era o pilar de nossos infortúnios. Nesse sentido, alguns defensores eugenistas qualificavam as ideias de Belisário Penna exageradas, por acreditarem que não eram as doenças o único fator de inutilização da população sertaneja, já que estas podiam ser resolvidas com tratamento ou prevenção. Os detentores desta opinião, afirmavam que muito pior eram as doenças da região urbana, como sífilis, tuberculose, varíola, e a loucura, que não tinham cura e que também atingiam grande parte da população (DE LUCCA, 1999, p. 209).

Ressalta-se que a questão racial, era, antes de tudo, uma questão moral, onde discutia-se potencialmente, os portadores de doenças sociais, tais como: alcoolismo, sífilis,

tuberculose, vadiagem, prostituição, doenças congênitas, etc. (DIWAN, 2013) ou como explica Roquette Pinto em seu livro *Ensaio de Antropologia Brasileira* (1933, p. 9), a eugenia está especificamente na “ponte que liga a biologia, às questões sociais, à política, à religião, à filosofia e aos preconceitos”.

Na edição Jan-março de 1918, Plínio Barreto, utilizando-se das palavras de um eugenista inglês (Herbert Spencer), para questionar o fato de ser aceitável a melhoria da raça emovelos com princípios eugênicos, até obter um animal de alta qualidade, no entanto, a ideia de criação de “belos seres humano” seja considerado indigno. O autor aproveita ainda, para saudar a fundação da Sociedade Eugênica e acredita que com esta, será efetivamente cogitado o “embelezamento, da parte que nos toca, da raça latina” (BARRETO, 1918, p. 414-415).

Em 1917, Kehl teve sua primeira oportunidade de divulgar a Eugenia, ao receber um convite de dois médicos norte-americanos para palestrar sobre o tema na Associação Cristã dos Moços (ACM). Seu discurso foi posteriormente, publicado no *Jornal do Comércio* o que colocou o nome de Renato Kehl como uma referência sobre a eugenia (Diwan, 2013, p.125).

Em abril de 1918, Lobato escreve à Renato Kehl (que fez questão de deixar marcado na carta, que esta era a primeira correspondência que ele recebia de Lobato). Nesta, ele informa que leu sua conferência sobre a Eugenia na Associação Cristã dos Moços (ACM) e se confessa “envergonhado por só agora travar conhecimento com um espírito tão brilhante como o seu, voltado para tão nobres ideais e servido na expressão do pensamento por um estilo verdadeiramente eugênico” (FIOCRUZ. COC. RK.RI. cp 011, 1918).

Monteiro Lobato e Kehl possuíam laços estreitos de longa data, talvez por esse motivo, era frequente a publicação de artigos de Kehl na *Revista do Brasil*. Coube a Kehl, fazer o prefácio do primeiro livro escrito por Lobato, o *Problema Vital*, em 1918 e coube a Lobato prefaciá-lo o último livro escrito por Renato Kehl, como descrito pelo próprio Lobato no prefácio do *Livro Bio-perspectivas* (1938) de Renato Kehl:

Vim a conhecer Renato Kehl, no início da minha vida literária, certo ano em que, numa série de artigos de jornal, me pus a entender de saneamento. Fanático que já era ele da eugenia – ou da aplicação da ciência para melhorar o mau animal humano – procurou-me com proposta para editar em volume tais artigos e prefaciá-los. Surgiu assim o *Problema Vital*, a primeira coisa, que de mim saiu em forma de livro – com prefácio de Renato Kehl. Anos transcorreram. Envelhecemos os dois, um lá outro cá, com as vidas divergentes e sem encontros afora os de acaso. Há dias, porém reapareceu-me o bom amigo, desta vez com a intimação: Prefaciei teu primeiro livro e agora quero que prefacies o meu último. Acedi de coração (LOBATO, 1964, p. 82).

Na edição de novembro de 1918, da Revista do Brasil, Renato Kehl explica, em longo artigo, *o que é eugenia*, defendendo que eugenzar é selecionar a espécie humana, fazendo que o planeta se povoe de gente saudável, expurgando os incapazes, os criminosos e os amorais. Ele afirma ainda, que quando a terra for habitada por bem gerados, os “descendentes de Adão viverão no Éden terrestre depois de haver, tão cruelmente e por milênios, pago o pecado original” (KEHL, 1918, p. 300-304).

De forma contrária, Roquette Pinto, o maior opositor dos ideais de Kehl sobre os discursos eugênicos e responsável por fortes embates sobre o tema, realizava severas críticas ao determinismo racial e conceituava a eugenia como uma ciência que cuida, principalmente, dos grupos, e que portanto, a miscigenação racial do Brasil não teria nenhuma influência na degeneração da raça, mas sim, a desorganização da política nacional e o descuido com a educação e com a saúde (SOUZA, 2012, p. 378).

Na edição de junho de 1919, Kehl volta a discutir o tema no periódico, sob o título *o Casamento consanguíneo em face da Eugenia*, onde o autor explica cientificamente a teoria de Weissmann e utiliza-se dela para alertar os perigos do enlace consanguíneo e os malefícios aos herdeiros. Utilizando como exemplo um indivíduo que herda uma tara nevro-pática, casando-se com uma mulher consanguínea, que traz os mesmos traços que ele, fatalmente terá uma *psychose* como produto em uma descendência. Dessa forma, Kehl incentiva a permanência do código civil que proíbe o casamento de irmãos legítimos e ilegítimos e os colaterais até o terceiro grau (KEHL, RVB, 1919, p. 189-190).

A defesa dessa proposta, defendida por Kehl, recebeu muitos adeptos, em anos posteriores. Dantas (1930) descreve a história de um casal proveniente da aristocracia, que eram primos e que tiveram três filhos, aos quais o primeiro nasceu cego e morreu logo depois, o segundo também morreu ao nascer, vítima de hidrocefalia e a terceira, única sobrevivente, era surda e muda. Sob esse pretexto, Dantas tornou-se um vigoroso defensor da proibição do matrimônio entre “degenerados, enfermos, débeis e com intoxicação grave” e alertava “se é possível isolar indivíduos perigosos para sociedade, também deve isolar indivíduos perigosos para a raça” (DANTAS, B.E. 1930, p. 5 e 6).

A hereditariedade volta a ser lembrada por Kehl, como o indivíduo sendo apenas um anel nessa cadeia e que suas características são “transmitidas segundo leis fixas” e que, portanto, misturar as “linhagens bastardas ou degeneradas produz gerações feias, doentes ou desequilibradas”. (KEHL, B.E.1930, p. 1).

Ainda sobre o tema, o autor afirma que não é por meios legais ou educativos ou coercitivos para se obter indivíduos fortes e moralizados, mas sim pela união de elementos

sadios e com o devido pré-natal. Pois os problemas relacionados aos crimes, males sociais e alienados só serão resolvidos com a profilaxia matrimonial, através do impedimento da reprodução de indivíduos com taras e degenerações (KEHL, B. E. 1930, p. 1 e 2).

Sebastião Recansas, médico eugenista, corrobora com a discussão, e destaca que as raças puras produzem elementos melhores, tornando-se essencial uma seleção, paulatinamente, dos indivíduos para redimir a humanidade de taras hereditárias. O autor afirma, ainda, que os casamentos se fazem por “interesse ou por amor, mas sem pensar no futuro da prole”. Por esse motivo, ele defende a implantação do Certificado Médico com a intenção de proibir os “casamentos disgênicos” (RECANSAS, B.E. 1929, p. 1 e 2).

Verifica-se que o certificado médico pré-nupcial, torna-se fundamental no discurso eugênico. Delfino explica que o atestado médico pré-nupcial é a principal medida de cuidado da raça, livrando a possibilidade de transmissão das taras ou estigmas aos descendentes. No entanto, o autor alerta que apesar de esta ser uma verdade óbvia, ela é esquecida, pois os “noivos procuram mais um tabelião do que um médico”. (DELFINO, B. E. 1929, p. 2).

Para a garantia de uma prole saudável Kehl, sugere a aplicação de um questionário a todos casais com pretensão de casamento, com as seguintes perguntas: estou em idade de casar? Estou em perfeito estado de saúde para colaborar no nascimento de novas vidas? Sou portador de caracteres hereditários compatíveis com meu parceiro? Estamos em condições sociais compatíveis? Acho-me em situação econômica para arcar com as responsabilidades de um lar? (KEHL, B. E. 1930, p. 6).

Para os médicos belgas Govaerts e Scraenen, a investigação pré-nupcial é imprescindível para que ocorra a “higiene das raças”, tendo sempre em mira a “educação popular em questões de higiene e hereditariedade”. Para isso, a eugenia usa como métodos três condições: “a hereditariedade, a saúde dos pais no momento da concepção e a saúde da mãe durante a gestação”. Mas para os autores, o investigador não pode abrir mão de nenhuma fonte de informação “autoridades civis, religiosos, escolas, asilos, prisões e hospitais” que deverão ser catalogados em fichas de seus descendentes (GOVAERTS E SCRAENEN, B. E. 1930, p. 3 e 4).

Na edição de fevereiro de 1922, da Revista do Brasil, Renato Kehl debate a importância da fisionomia para a profissão médica, ressaltando que esta, é o “espelho da alma”, pois ela reflete o estado físico, psíquico e até mórbido do indivíduo. O autor afirma que a força moral dos médicos prende-se à sua mímica fisionômica, já que muitos profissionais, apesar de seu “esforço e devotamento” lhe falta sucesso no trabalho. Isso se dá pela falta de treino na “arte de governar a fisionomia para captar os clientes”. Nesse texto,

Kehl deixa claro, a importância dada à beleza e à perfeição física, eixos indispensáveis no discurso eugênico, principalmente, para manutenção do poderio médico, onde a aparência fisionômica é fundamental e demonstração das emoções humanas são proibidas para estes profissionais (KEHL, RVB, 1922, p. 176 e 177).

Os temas raciais também foram muito cogitados nos artigos da Revista. Em outubro de 1921, um texto sem assinatura de autoria, é publicado sob o título: *Os pretos dos Estados Unidos: África República negra* e faz referência a preocupação brasileira com a ameaça ao seu futuro, com a perspectiva da colonização negra, vinda dos Estado Unidos para nossa terra, mas “por sorte, os próprios pretos norte-americanos tinham suas vistas para outro país”.

A publicação então, transcreve um texto de uma revista dos Estados Unidos sobre a tensão com uma possível revolta dos negros, liderados por um jovem que está exigindo igualdade entre a raça negra e a raça branca. Seu sucesso é tamanho que “seus irmãos o tem chamado de Moisés negro” e sua associação já contam com cerca de “4.000.000” de membros. Mas sua legítima exigência se faz por solicitar “a África para os negros, como se deixa a Ásia para os asiáticos e a Europa e as Américas aos brancos”. Contudo, se esses negros se unirem ao restante dos “400.000.000” de negros que povoam a terra será necessário que as grandes potências estejam preparadas para estar em guarda, pois pelo que parece não irá tardar por isso (REVISTA DO BRASIL, 1921, p. 188).

Destaca-se que neste mesmo ano (1921), aconteceu nos Estados Unidos o Segundo Congresso Internacional de Eugenia, em Nova York, após o término da primeira guerra mundial e teve forte influência do modelo norte americano de eugenia, tendo como foco principal dos trabalhos apresentados, a reprodução dos indesejáveis. Neste congresso, muitos países adeptos a ideia eugênica se fizeram representar: Argentina, Austrália, Bélgica, Brasil, Colômbia, Cuba, Dinamarca, Estados Unidos da América, França, Grã-Bretanha, Itália, México, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos e Suécia (DEL CONT., 2013, p. 523 e 524).

Para Del Cont (2013, p. 521), os ideais eugênicos encontraram nos Estados Unidos terreno fértil para sua proliferação, sob a tutela do geneticista Charles Benedicti Davenport, um ávido leitor dos artigos Galtianos, que estimava que pelo menos 10% da sua população eram degeneradas e por isso deveriam ser identificadas, catalogadas, para que depois fossem tomadas as devidas precauções para finalizar a cadeia reprodutiva, seja por segregação em campos ou fazendas ou por esterilização. Participavam dessa lista: criminosos, surdos, cegos, mudos, débeis mentais, epiléticos, tímidos, introvertidos, calados, gagos e os que falavam inglês de forma incorreta.

Em outro artigo, referenciado por Oliveira Vianna, em julho de 1918, na Revista do Brasil, é descrito as suas impressões em viagem à Minas Gerais, sobre as características das pequenas comunidades mineiras, com notas sobre seus aspectos sociais, etnográficos e antropológicos, onde o autor reafirma os preceitos eugênicos de inferioridade racial. Vianna, explica que sob o “ponto de vista somático, o interior de Minas, traz uma impressão desolante, nenhum tipo de linhas perfeitas e harmônicas, nenhuma face rosada ou sadia”, os tipos são assimétricos, revelando cruzamentos heterogêneos, “uma fealdade geral” (VIANNA, RVB, 1918, p. 219-231).

O texto orienta, que nessas regiões os mulatos são pouco numerosos, com domínio da cor morena, mas não é raro os tipos louros, o que mostra que no território possui ação das seleções étnicas em trabalho de purificação das raças, tendendo a “eliminação progressiva dos sangues inferiores” (VIANNA, RVB, 1918, p. 219-231).

No entanto, em contraste com esse saneamento da raça, há a “pretidão” absoluta dos negros, são “retintos, puros, reluzem como bota escovada”, diferente do Rio de Janeiro que o negro tem cor fosca, provavelmente, em razão do clima ou de doenças. Segundo Vianna, em Minas Gerais, o negro possui “traços doces, com linhas corretas e finas”, não sendo visto os tipos “troglodictos e repulsivos”, comuns entre os negros fluminenses, onde são “verdadeiros gorilas, autênticos exemplares do *Troglodyta niger* espantoso na sua assimetria e na sua fealdade” (VIANNA, RVB, 1918, p. 219-231).

Agassiz em sua exploração pelo Brasil, também fez menção aos tipos diferentes de negros e exaltou a pureza do negro tipo *Mina*, originário da Província de Mina na África ocidental. “São negros atléticos, de traços corretos e tipo mais nobre que o dos Estados Unidos, é uma raça possante, e as mulheres em particular têm as formas muito belas e um porte quase nobre” (AGASSIZ, 2000, p. 102).

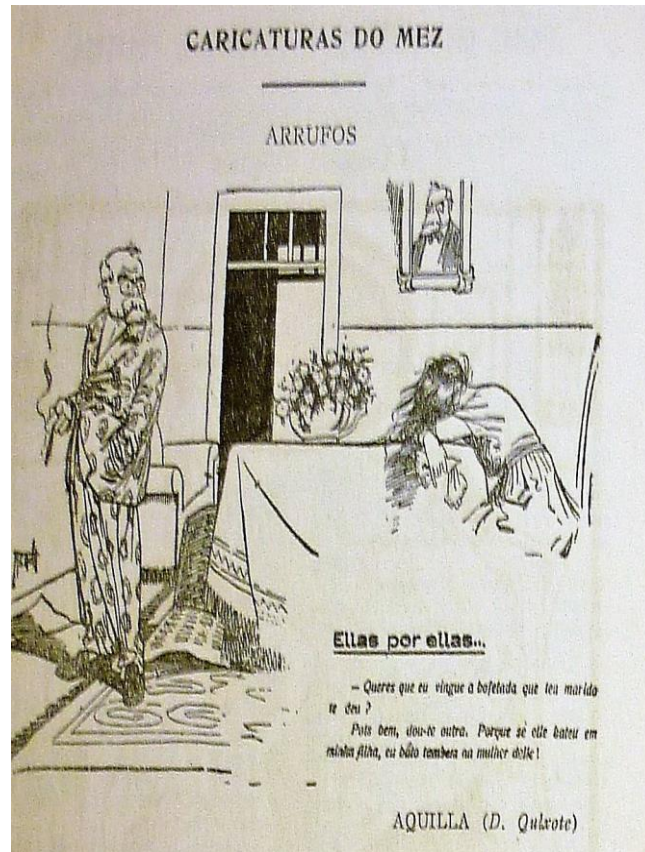
Outro tema discutido no artigo de Vianna, nos faz retornar a ideia da preguiça inata da população interiorana, pelo determinismo racial defendido por Lobato nos textos de Urupês. O texto faz uma reflexão sobre a colonização de imigrantes na cidade de Barbacena, que são os trabalhadores de lavoura, “únicos fornecedores de legumes e verduras na cidade”. O autor afirma que os nativos não praticam a lavoura, apesar de ser rendoso economicamente, já que muitos imigrantes estão apresentando ascensão social, “eles admiram o trabalho dos estrangeiros, mas vê de fora, não imita, são refratários ao contágio desses bons hábitos” (VIANNA, RVB, 1918, p. 219-231).

Nesse contexto, Vianna (1931) explica que um povo não é grande pelo “volume de massa social e sim pela sua elite eugênica”. Contudo, “não se deve confundir classes

superiores com indivíduos eugênicos”, pois estes podem ser descobertos nas mais variadas classes sociais, resguardadas suas proporções. O autor afirma, ainda, que os tipos eugênicos são mais encontrados nas elites das “letras, das artes, das ciências, da grande indústria, da grande propriedade e do alto comércio”. Já nas camadas inferiores, raramente são encontrados tipos eugênicos ou estes estão em vias de ascender às camadas superiores. (VIANNA, RVB, 1931, p. 2).

Esses textos corroboram com a ideia de Khel, sobre a diferença entre eugenia e eugenismo, onde a primeira oferece subsídios que propiciam “os fatores sociais de tendência seletiva” dos bem-dotados e a segunda oferece apenas os meios favoráveis para os “portadores de caracteres hereditários de valor biossocial”. Em outras palavras, “quem é bom nasce feito”. Para o autor, a humanidade tem três tipos de pessoas: “gente inata, gente domesticável e gente indomável” (ROCHA, 2014, p. 74).

A mulher também foi alvo dos discursos eugênicos apresentados na Revista do Brasil, seja por sua cor ou por sua incapacidade física e orgânica, que a tornava, naturalmente, inferior ao homem, tendo, inclusive, representação gráfica em caricatura de humor, com uma mulher que foi agredida por seu marido, com a seguinte frase da mãe da mulher agredida: “*queres que vingue a bofetada que teu marido te deu? Pois bem, dou-te outra. Porque se ele bateu em minha filha, eu bato também na mulher dele*” (fac-símile- 18).



Fac-símile 18 — Revista do Brasil- edição de junho de 1920

A eugenia no Brasil investiu na identidade feminina, reforçando seu papel biológico de mãe e de formadora de futuras gerações, exterminando, completamente, atitudes que representassem igualdade entre os sexos, com discurso de conduta moral, maternidade e feminilidade (VAZQUEZ, 2012, p. 61).

Um artigo, retirado da imprensa - *O Jornal*, sem autor específico, discute os sentimentos da mulher conforme a cor da sua pele, dos seus cabelos, dos seus olhos, nos seus contornos e harmonia dos seus gestos. O texto afirma que este foi um estudo francês, após experiência e “exames post-mortem das Glândulas pineais das loiras e das morenas”.

A pesquisa explica que a glândula pineal na mulher loira é menor comparada ao da morena, além do seu “rosto ser perpendicular com uma linha traçada sobre o perfil”, na morena o rosto é “conexo ou côncavo”. A loira é descendente de antepassados que lutaram pela existência, pois viviam em climas frios onde o alimento é escasso, o que os tornaram agressivos e lutadores. Os antecedentes da morena, no entanto, viveram em climas temperados, com abundancia, não sendo preciso lutar pelo alimento, tornando-se “indolentes” e ficando longas horas contemplando a natureza, o que os permitia ficar mais sentimentais.

Tais diferenças, tornaram a mulher loira mais dominadora, “só sabe amar mandando, impondo, dominando”, já a mulher morena só “sabe amar amando”; a loira procura estimular o homem que ama, a morena espera somente a dedicação do homem amado; a loira é a mulher sensação e a morena é a mulher sentimento; as loiras sabem manter seu amor, as morenas “são tão ternas que cansam”; a loira combate pelo homem que ama, a morena chora por ele. “Muitos sultões têm trocado quatro esposas morenas por uma loira e não consta que tenham se arrependido”. Após essa detalhada explicação, o artigo finaliza fazendo uma pergunta ao leitor: Agora que já conhecem os temperamentos das mulheres loiras e morenas, qual a mulher que ama melhor? (REVISTA DO BRASIL, 1921, p. 461 e 462).

Em janeiro de 1921, a Revista do Brasil publica um texto, descrito como nota do exterior, onde transcreve o resultado de um inquérito feito com artistas mulheres francesas, firmado somente com o intuito humorístico, onde as questionam se elas se encontram satisfeitas com sua condição de mulher ou se gostariam de mudar de sexo (REVISTA DO BRASIL, 1921, p. 189).

Tal inquérito, demonstrou resultados variados do pensamento desse grupo de mulheres: algumas responderam que se foi vontade de Deus que elas nascessem mulher, seria contrariá-lo, se negassem essa condição; houve quem respondesse que só mudaria de sexo, se houvesse um terceiro tipo de sexo e teve, ainda quem respondesse que trocaria com satisfação, admitindo a superioridade física do homem, além de suas facilidades na escolha de carreiras e mulheres que lhe agradem (REVISTA DO BRASIL, 1921, p. 189).

Em outro artigo, publicado na edição de maio de 1923, o alvo são as feministas de Nova York, que o autor Orlando Machado se diz alarmado com as possíveis consequências futuras devido às atitudes assumidas pelas mulheres dessa cidade. Suas reivindicações propõem que elas sejam perfeitamente iguais aos homens. No entanto, é sabido que pela natureza da mulher ela não consegue “dispor de uma capacidade de trabalho uniforme e contínuo, por sua fisiologia, a mulher não pode satisfazer as exigências de um grande número de serviços” (MACHADO, RVB, 1923, p. 35-37).

O autor continua sua explicação dizendo que apesar do conhecimentos dos limites físicos da mulher, em Nova York, com exceção das forças armadas, todas as profissões foram “invadidas por mulheres”, o que Machado vê como uma insensatez por não haver como “coexistir coisas que deveriam ser excluídas”, pois se uma mulher faz coisas que são do homem fazer, “não é uma mulher, e sim uma mulher transformada em homem” e isso é contra seu metabolismo, sua natureza, “Se essa mulher do sexo masculino” não puder mais

desempenhar sua missão de mulher, o Estado não terá recursos para resolver as questões da perpetuação da espécie (MACHADO, RVB, 1923, p. 35-37).

Machado completa seu texto, aliviado por saber que o Brasil, provavelmente, nunca precisará corrigir a natureza, mas alerta para a importância de evitar o “contágio desse mal”, já que para o benefício de nossa raça e espécie, a natureza criou a mulher para missão de ser mãe (MACHADO, RVB, 1923, p. 35-37).

O feminismo também se mostrou aliado de alguns preceitos eugênicos, sendo representado na Revista do Brasil pela sua importante atuação no combate contra o uso do álcool na Europa e Estados Unidos, como no texto retirado do Jornal Brasil, em maio de 1923, onde o trabalho das feministas norte americanas, da “União Cristã das Mulheres da Temperança”, é enaltecido por ser a “mais poderosa organização” no combate ao uso do álcool. No Brasil, contudo, o Jornal faz uma reflexão sobre o pouco pronunciamento das feministas brasileiras sobre o tema, lembrando que este pode ser um tópico de negociação, já que tramita na câmara, projetos relativos a concessão do direito ao voto da mulher (REVISTA DO BRASIL, 1923, p. 74 e 75).

No início do século XX, o feminismo no Brasil tinha como representação principal a bióloga, Bertha Lutz, filha de uma enfermeira inglesa e de um microbiologista suíço, radicados no Brasil. Bertha utilizava como estratégia feminista no país, a ideia de mulher “colaboradora” do homem, sem tirar os padrões de dominação sexual, diferentes de outros movimentos feministas de países Europeus e Estados Unidos que lutavam pela igualdade dos sexos (VAZQUEZ, 2012, p. 58).

As feministas brasileiras desejavam “reformular e não reestruturar radicalmente” o sistema político da nação. Suas reivindicações eram pautadas em interesses próprios do sexo, porém com mulheres “reflexivas e conscientes”: “políticas sociais, moralidade dos costumes, procura da paz, proteção da infância e das prostitutas, campanha contra o uso do álcool” e com boa relação com a igreja, já que não negavam a importância da maternidade, apesar de Bertha nunca ter casado e tido filhos, por opção. (VAZQUEZ, 2012, p. 58).

Monteiro Lobato também teceu comentários sobre o tema, no livro *O Presidente negro*, em 1926, onde as mulheres feministas, árdias opositores dos homens, ao ponto de lançarem uma mulher na candidatura à presidência, ao perceberem a possibilidade de um homem negro se tornar presidente nos Estados Unidos, desistem de suas ideologias feministas ao notarem que erraram de lutar contra os homens, pois estes, pelo menos eram superiores, diferente do homem negro, que era inferior. Dessa forma, entendem a importância de sua submissão e declaram que “embora reconhecendo as queixas que a mulher tem do macho,

também reconhecemos que sem o concurso dele nada valeríamos no mundo, viva o macho forte que suplantou o macho fraco!” (LOBATO, 1964, p. 257 e 258).

O saneamento promulgado pelos higienistas brasileiros, presentes na Revista do Brasil, representado, em especial, por Belisário Penna, com ênfase não somente na prevenção e tratamento de doenças, mas também na melhoria da educação da população como forma de desenvolvimento da nação, foi aplaudido inclusive, pelos mais radicais eugenistas brasileiros, principalmente pelo rápido e efetivo avanço no resultado em seus trabalhos sanitários no interior do Brasil. No entanto, os adeptos da eugenia, representados por Renato Kehl, não se furtavam em afirmar que a importância da higiene não apagava os preceitos da hierarquia racial, com os brancos a cima de todos e os negros a baixo de todos, além de declararem a mulher biológica e intelectualmente inferior. Se a mulher branca era inferior ao homem branco, a mulher negra era rebaixada a mais inferior de todos.

No próximo capítulo serão abordados temas onde a higiene e a eugenia, apesar de distintas, comungavam dos mesmos interesses.

6 QUANDO A EUGENIA E A HIGIENE SE ENCONTRAM NA REVISTA DO BRASIL

Os esforços em separar os discursos eugênicos dos higiênicos, protagonizados por Renato Kehl e Roquette Pinto, no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, em 1929, aponta que a ambiguidade nos discursos de ambas correntes eram frequentes. Enquanto higienistas afirmavam que a prevenção e a cura de doenças eram formas de melhoria racial e chamavam essa atitude de eugenia, alguns fervorosos eugenistas, recusavam a esterilização compulsória, como era o caso do jurista Luiz Gimenez Asua que afirmava ser a favor do controle da natalidade a partir do uso de métodos anticoncepcionais, descartando porém, a possibilidade de esterilização compulsória ou aborto, não somente por questões jurídicas mas pela falta de estudos biológicos que embasem essa prática. (ASUA, B,E.1929, P. 1-3).

Apesar das divergências e ambiguidades, sobre alguns temas, a eugenia e a higiene frequentemente andavam de mãos dadas no Brasil. Era o caso dos ditos, venenos raciais, pois os intelectuais:

acreditavam que as doenças venéreas, a tuberculose, o alcoolismo, a nicotina e outras drogas e infecções poderiam degenerar a prole de pais portadores destes males. A aproximação da eugenia com o ideário médico-ambientalista possuía uma clara posição política de introdução da eugenia no cenário intelectual brasileiro, já que, com isso, conseguia atrair não somente atenção dos sanitaristas e higienistas para este movimento, mas também a de outros setores da sociedade (SOUZA, 2005, p. 3).

Ao falarem da internação compulsória dos loucos, hansenianos, tuberculosos e alcoolistas, da extinção dos curandeiros ou da *escolha a dedo* de quais imigrantes deveriam entrar ou não no Brasil, tanto os defensores do higienismo quanto os adeptos a eugenia, andavam de mãos dadas, defendendo atitudes o mais radical possível contra o que eles acreditavam ser de alto índice de letalidade para o desenvolvimento do país.

6.1 SEGREGAÇÃO DOS INDESEJÁVEIS

A presença dos denominados degenerados e de doentes nas ruas das grandes cidades, em especial do Rio de Janeiro e São Paulo, não era bem vista pela elite no início do século XX, que se demonstrava incomodada com a apresentação de leprosos e tuberculosos, loucos e alcoolistas espalhados pelos grandes centros, se misturando com a população sadia. Em

alguns casos, se discutia a possibilidade de esterilização eugênica para a prevenção da transmissão dos venenos raciais, mas este, não era um ponto de consenso e os higienistas se mostravam resistentes a essa ideia. O isolamento obrigatório, no entanto, levou as discussões eugênicas e higiênicas a um ponto convergente.

Nesse período, a hanseníase, ainda chamada lepra, esteve presente em debates tanto do Estado, quanto da classe médica, todos imbuídos em “livrar o país das degenerescências, da ausência de saúde, de modo geral e da lepra, em particular. Nas palavras do saber e da ciência, eram frequentes termos pejorativos, como corpos cobertos de chagas ou corpos dilacerados, que demonstravam os infortúnios causados pela doença e perpetuavam os estigmas de uma moléstia milenar. Assim sendo, até a década de 1920, o Brasil já havia inaugurado oito Instituições próprias para o isolamento dos hansenianos, demonstrando que a pressa para se livrar dos leprosos, não ficava apenas no discurso (LIMA, 2013, p. 102 e 104).

A Revista do Brasil se fez presente em distintos artigos sobre esses males, e diferente da postura de defesa da raça, ou pelo menos complacência pela miséria do povo sertanejo, essas moléstias presentes nos grandes centros, não recebiam afagos dos autores que publicavam no periódico e que deixavam claro seus posicionamentos em favor do isolamento compulsório.

Ressalta-se, que os artigos relacionados à hanseníase vinculados na Revista, pressionando as autoridades para a regulamentação do confinamento dos leprosos, se deram em 1918. Dois anos mais tarde, o governo aprova e regulamenta o Departamento Nacional de Saúde Pública, dirigido pelo médico Carlos Chagas, tendo a seu cargo os serviços de higiene e saúde pública, pelo Decreto nº 14.354 de 15 de setembro de 1920, onde no artigo 1º, imprime a assistência aos leprosos e os demais doentes que devem ser isolados, e no capítulo X, descreve como deve acontecer o processo de confinamento, que é efetivamente nos moldes descritos pelos médicos na Revista do Brasil dois anos anteriores (BRASIL, 1920).

No artigo publicado em maio de 1918, Plácido Barbosa chama o Brasil de País leproso, ao queixar-se da quantidade de hansenianos “que são livres de ir e vir”, na cidade do Rio de Janeiro “à vontade de seu contágio misterioso”. O autor ressalta que esta é a capital da República e que, portanto, deveria ser um exemplo para o Brasil, no entanto o que acontece é que os “leprosos nos acotovelam nas ruas, vendem mercadorias e moram em casas de aluguel que depois serão ocupadas por famílias” (BARBOSA, RVB, 1918, p. 98 e 99).

Barbosa utiliza-se do seu texto para desabafar que “a lepra é um mal que o mundo acha horrendo e nós convivemos tranquilamente com ele, tal qual vivemos bem com a sífilis e a tuberculose” e finaliza alertando sobre a importância da construção de colônias de leprosos,

com a separação de “centenas de metros da cidade” para os pobres, e os ricos poderão ficar em suas próprias casas, desde que obedçam aos preceitos necessários de isolamento (BARBOSA, 1918, p. 98 e 99).

Em outro artigo, em setembro de 1918, com o título de *Lepra e isolamento*, o periódico transcreve um relatório escrito por Juliano Moreira e Fernando Terra sobre a profilaxia da hanseníase no país: “sendo a lepra doença contagiosa, determinada por agente específico, parece que como medida profilática única que se possa aconselhar, é o afastamento do convívio social de quem por ela for vitimado” (MOREIRA e TERRA, RVB, 1918, p. 115-117).

Os autores declaravam que o doente deveria ser “sumariamente retirado do meio coletivo” e ser levado para localidades distantes dos centros de habitação e estes devem ser isolados da seguinte forma: “em domicílio para os indivíduos abastados, em colônias agrícolas ou vilas de leprosos para os que tem capacidade de trabalho e em asilos para os inválidos” (MOREIRA e TERRA, RVB, 1918, p. 115-117).

Em *outros Males*, texto publicado em novembro de 1918, do médico Afrânio Peixoto, é feito um longo passeio histórico sobre a hanseníase pelo mundo, além de discutir sua transmissão, prevenção e tratamento. O autor explica que se faz necessário a regra de notificação compulsória do doente, para que sejam tomadas as providencias, que é o internamento em leprosário para os indigentes e vigilância para os afortunados, sugerindo a compra de uma ilha na Baía de Guanabara para o afastamento dos lázaros (PEIXOTO, RVB, 1918, p. 254 e 255).

No que se refere ao trabalho preventivo da hanseníase, o Brasil da década de 1920, sofreu influencias dos padrões higienistas norte-americanos, pautados em dois pilares distintos: a campanha de propaganda de educação higiênica individual e coletiva e o tratamento profilático dos pacientes em dispensários e nosocômios especializados (SANTOS, FARIA E MENEZES, 2008, s/p).

Na área da profilaxia, a educação sanitária e a propaganda higiênica, conduzidas nos dispensários, leprosários, asilos e hospitais por meio de cartazes, folhetos e artigos nos jornais e exposições, foram instrumentos poderosos. O combate não apenas à hanseníase, mas também às doenças venéreas, ao câncer e à sífilis incluía aspectos de educação sanitária (SANTOS, FARIA E MENEZES, 2008, s/p).

No artigo *A morphéa e o milho*, na edição de janeiro de 1918, de Oliveira Filho, a Revista deixa claro o desconhecimento sobre as formas de transmissão da hanseníase à época, ao descrever que esta pode ocorrer por uma picada de mosquito ou por vermes, no entanto,

suspeita de um inseto frequente nos milharais chamado *morphéa*, que ao picar o homem produz um prurido doloroso que nascem larvas. Este inseto, é encontrado, prioritariamente em regiões onde a população tem maior contato com plantações de milho e estes também são os lugares onde mais possuem pessoas com hanseníase, logo se faz necessário a realização de estudos que possam comprovar essas suspeitas da relação da *morphéa* e da hanseníase (OLIVEIRA FILHO, RVB, 1918, p. 292-295). A crença nessa possibilidade era tamanha que no Decreto que regulamentava o Departamento Nacional de Saúde Pública sobre os cuidados dispostos aos hansenianos, estes eram chamados de assistência aos *morphéticos* (BRASIL, 1920).

No início do século XX, ainda não existia terapêutica própria para os hansenianos. O desconhecimento da classe médica sobre sua transmissão, prevenção e principalmente tratamento, apesar das várias tentativas (com uso de soros, substâncias químicas, fricções oleosas nas lesões, pomadas e unguentos), que não se mostravam eficazes, deixava exposto a fragilidade médica por não ter respostas sobre a doença. Nesse sentido, o isolamento dos doentes foi imposto como fundamental, e “tornou-se mais importante que o próprio tratamento, gerando uma tradição em isolamentos que foi quase consensual entre os médicos” higienistas e eugenistas, da época, (CUNHA, 2005, p. 4 e 5).

Dessa forma, o Decreto de 1920, se ocupou com todos os detalhes para que não houvesse falhas no processo de isolamento, inclusive a notificação compulsória feita pelos médicos, no mesmo dia da detecção da infecção (lepra e tuberculose), para indicação da nova residência do paciente e o pagamento de multa por parte do médico que não fizesse prontamente a notificação (Artigo 264) (BRASIL, 1920).

Os artigos 447 e 448 previam punições severas para médicos que não cumprissem as disposições contidas no artigo precedente. De acordo com o artigo 447, o médico que infringisse as disposições seria declarado suspeito pelo Departamento Nacional de Saúde Pública, sendo todos os doentes por ele visitados sujeitos à verificação por parte da autoridade sanitária. O artigo 448 previa multa de 100\$ a 500\$, dobrada nas reincidências, aos que deixassem de fazer as notificações exigidas pelo regulamento (SANTOS, FARIA E MENEZES, 2008, s/p).

O médico plantonista designado para tal tarefa, assim que recebia a notificação, deveria seguir para o foco da doença, acompanhado de um guarda sanitário, afim de pôr em prática as medidas imediatas de internamento (Artigo, 266) (BRASIL, 1920).

Incumbe fazer a notificação: a) ao médico assistente ou conferente, e, em sua falta, ao chefe da família ou parente mais próximo que residir com o doente ou suspeito, ao enfermeiro ou pessoa que o acompanhe; b) nas casas de habitação coletiva, aos

que as dirigirem ou por elas responderem, ainda que a notificação já tenha sido feita pelo médico, ou outra pessoa; c) ao que tiver a seu cargo a direção de estabelecimento comercial, industrial ou agrícola, colégio, escola, asilo, casa de saúde ou hospital, creche, maternidade, dispensário, policlínica ou estabelecimentos congêneres onde estiver o doente ou suspeito. Nos casos de lepra a notificação incumbe também ao próprio doente (SANTOS, FARIA E MENEZES, 2008, s/p).

Ainda assim, muitos eram os conselhos médicos para a prevenção da transmissão da doença, bem como o seu tratamento. As moscas e os ácaros, deviam ser exterminados, por acreditarem que estes eram capazes de transmitir a doença. Para os que não fossem isolados nos leprosários, deviam dormir em quartos separados e todos seus utensílios resguardados apenas para uso próprio; se por ventura, alguma roupa ou objeto, que não lhe pertencesse, fosse tocada pelo doente, estes deveriam ser incinerados. Para seu tratamento, eram prescritos alimentos restritos, bebidas livres de álcool, principalmente doses de água em jejum, e um composto de “ésteres etílicos de óleo de chalmoogra, planta descoberta na flora brasiliense, com os nomes de pau de cachimbo, ou fruta de macaco ou sapucainha” (LIMA, 2013, p. 113).

Outro consenso entre os eugenistas e higienistas era sobre a segregação dos loucos criminosos ou não, sífilíticos, alcoolistas e epiléticos, que eram colocados no mesmo patamar de doentes mentais e degenerados que representavam um perigo para si, para sociedade e para as futuras gerações.

Pouco tem a ver, o movimento higienista/eugenista com a implantação de hospícios no Brasil, pois estes existem desde o período da monarquia na cidade do Rio de Janeiro, sendo implantado o primeiro (exclusivo para doentes mentais) ainda em 1852 (ENGEL, 2001). Contudo, foi no início do século do século XX, com a Fundação da Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal (SBPNML), em 1917, que os psiquiatras passaram a reivindicar o poder de orientador e fiscalizador dos assuntos relacionados aos sofrimentos mentais, aumentando assombrosamente, o número de internações de pessoas em Instituições de isolamentos. A SBPNML, passou a produzir e sistematizar um saber e prática médica “capaz de fornecer novos padrões de comportamento que viabilizassem um projeto de organização da população não só repressor e coercitivo, mas também disciplinar”, (GABBAY, 2015, p. 27 e 28).

Apesar de não ser nova, nesse período, a Teoria de Degenerescência de Morel, tomou corpo e recebeu adeptos. Benedict Morel, foi um psiquiatra austríaco, radicado na França, do século XIX, que desenvolveu a teoria da hereditariedade das doenças mentais. Esta, faz uma relação entre fatores biológicos de natureza hereditária e os transtornos mentais. Morel descreveu este conceito, baseado na maior frequência de quadros psiquiátricos em integrantes

de uma mesma família. Contudo, ao que indica, seus estudos “hereditários mostram que ele inclui dimensões morais e de comportamento, virtuosos ou viciados”, o que seria um equívoco (PEREIRA, 2008, p. 492).

Monteiro Lobato, fez menção à Teoria de Morel ao explicar que muitas são as causas da letalidade, mas cabe à sífilis a culpa maior. O autor continua seu relato descrevendo outro mal:

Se estas mazelas sertanejas agregarmos ao quadro de degenerescência fisiológica determinada pela cachaça, ficará hediondo o painel. É inimaginável a degradação a que ela arrasta milhões de roceiros, pobre gente que a ela recorre como o único lenitivo. [...] A cachaça é o oásis de esquecimento momentâneo. Em troca dessa ilusão passageira, a vítima não sabe que se dá ao veneno da cana as últimas energias do combalido organismo. E da bebida para a demência, ou crime, ou agravamento dos males que dela procurou fugir (LOBATO, 1964, p. 254 e 255).

A ideia da doença mental como um problema de fundo orgânico alavancou a crença da transmissão hereditária desses males. A sífilis e a epilepsia foram os exemplos das doenças psíquicas de base orgânica, pois, segundo os psiquiatras, tinham comprovação científica de sua relação direta com a psicose e a criminalidade (GABBAY, 2015). O álcool, por sua vez, foi o maior alvo desses profissionais, já que apresentava índices elevados de etilistas no país e, segundo a teoria da degenerescência hereditária de Morel era a causa mais importante das doenças psiquiátricas (PEREIRA, 2008). Fatores hereditários, portanto:

determinariam uma disposição mórbida que levaria ao excesso de álcool. Assim, em certos indivíduos, o hábito de beber apenas moderada e socialmente se transformaria em uma moléstia em que o costume se tornaria “uma necessidade orgânica”, uma obsessão capaz de levar o sujeito a cometer atos insanos e descontrolados, a apresentar comportamentos condenáveis do ponto de vista moral e inadaptáveis socialmente (SANTOS E VERANI, 2010, p. 404).

Mas eram as classes inferiores as mais vigiadas pelos médicos, pois “esse mal se reproduz em meio precário”, onde os fatores hereditários se apresentavam mais facilmente, diferente das classes superiores que possuíam estudo e educação, que auxiliavam na repressão do aparecimento dessas características hereditárias. Dessa forma, defendia-se uma melhor educação dessa população, com o intuito de amenizar seus efeitos futuros (GABBAY, 2015, p. 86).

A SBPNML contava com nomes como: Juliano Moreira (presidente), Carlos Eiras, Afrânio Peixoto e Henrique Roxo e tinha como objetivo a adoção de medidas profiláticas em psiquiatria que prevenisse o contágio da loucura, a partir do discurso da criminalidade e questões médicas legais, pois, segundo a Sociedade Brasileira de Psiquiatria, todo louco,

epilético e alcoolista são criminosos em potencial. Nesse sentido, tornou-se frequente a relação de pequenos delitos com a doença mental, para embasar o pensamento do aperfeiçoamento da espécie humana (GABBAY, 2015).

Esse argumento era facilmente encontrado nas páginas da Revista do Brasil. Na edição de agosto de 1918, o psiquiatra Franco da Rocha pede aos legisladores leis que possam diminuir os efeitos deletérios do álcool, lembrando que dos “7.500 presos no Rio de Janeiro, 6.000 são alcoolistas e dos 4.500 tuberculosos, 2.500 se embebedam”. Dessa forma, o autor sugere que todos que fossem detidos por excesso alcoólico, ficassem recolhidos em hospital próprio por dois anos e se fossem reincidentes, deveriam ficar isolados por três anos, e assim por diante, pois, explica o psiquiatra, “um alcoolista pode produzir dois, quatro ou mais loucos, já que a embriaguez é uma das fontes de degeneração hereditária (ROCHA, 1918, p. 494 e 495).

A internação, de longa data, como solução do problema dos alcoolistas, passou a ser a solicitação número um dos higienistas e eugenistas, como explicado por Santos e Verani (2010):

Se a prevenção se daria através da propaganda, da educação e da censura, seguindo as bases dos princípios eugênicos que tiveram grande difusão no Brasil a partir dos anos 1910, o tratamento do alcoolismo se daria no hospício. Era através da internação que o doente, o alcoólatra, poderia ser resgatado para o convívio social [...]. O alcoólatra não deveria receber alta tão logo desaparecessem os delírios, pois os distúrbios orgânicos continuariam ainda a debilitá-lo. O prolongamento da internação seria, assim, fundamental para que se evitassem as reinternações, pois era preciso suprimir as inflamações catarrais e do tubo gastrointestinal e as desordens hepáticas (SANTOS E VERANI, 2010, p. 413 e 415).

Belisário Penna também contribuiu com o tema no periódico, na edição de setembro de 1918, ao explicar os efeitos degenerativos do álcool, tanto físico quanto mentalmente, além de reafirmar sua transmissão hereditária aos descendentes, não somente do próprio consumo do álcool, mas ainda de doenças de ordem moral e mental. O sanitarista ressalta a “poderosa contribuição da bebida alcoólica na decadência do povo e na degeneração da raça” e pede aos dirigentes a concentração dessa população em núcleos agrícolas saneados (PENNA,RVB, 1918, p. 17 e 18).

O autor solicita a construção de colônias agrícolas, no sertão, “para educar o povo e salvar da doença e da ignorância”. Essas colônias seriam organizadas com os preceitos de higiene, “com casas rústicas, para serem colocados todos os elementos que estão perdidos pelas ruas ou vagabundos”, pois, dessa forma, além de aproveitar os indivíduos ociosos em trabalhos, ainda fortalecerá a melhoria da raça. Penna explica ainda, que com isso não tem a

intenção de “domesticar os sertanejos, mas educa-los e tirá-los da selvageria, do crime e da vagabundagem” (PENNA, 1923, p. 172).

Belisário Penna (1923), afirmava que a “cachaça, o álcool barato de fabricação e fácil de encontrar, é o destruidor do organismo, perverte a moral e é o fator primordial do crime e da loucura”. Para ele, o álcool é o pior inimigo da lavoura brasileira, “mais prejudicial que formiga” e alerta que é a imprescindível a proibição da fabricação de cachaça para a salvação da raça humana e para dar a nação melhores elementos (PENNA, 1923, p. 167).

Em outro artigo, em novembro de 1918, Afrânio Peixoto culpa o álcool pela quase extinção dos indígenas, “os aborígenes quase desapareceram, mas o alcoolismo continua nos povoadores brasileiros”. Nesse texto, o autor aproveita para queixar-se da forma indiscriminada de entrada de imigrantes no país, “recebemos italianos, polacos e sírios, estropiados, aleijões e até loucos, sem nenhuma restrição” (PEIXOTO, 1918, p. 257).

No início do século XX, os médicos começaram a defender a ampliação das colônias, para que pudesse fazer a separação dos pacientes e o psiquiatra Juliano Moreira, como Presidente da SBPNML, chegou a solicitar a construção de Instituições de isolamentos, exclusivas para os epiléticos pobres, como forma de repressão de atos criminosos, lembrando que apesar de todos os pacientes com esse mal ter potencial para o crime, segundo o discurso da época, devido a traço hereditário, a educação era vista como fundamental para a prevenção, dessa forma, os que desfrutavam de boas condições econômicas não eram perigosos (GABBAY, 2015, p. 286-289).

Apesar desse pedido de Juliano Moreira não ter sido concretizado, em 1920 é implantado o Manicômio Judiciário para o internamento dos loucos “criminosos”, iniciando uma parceria entre a psiquiatria e o Direito Penal. Nesse ciclo, em 1921 foi criado no Distrito Federal, o Sanatório para toxicômanos, para os intoxicados pelo álcool, vindos por mandados judiciais, conforme o Decreto nº 14.969 de 3 de setembro de 1921 (GABBAY, 2015, p. 280 e 290).

Ressalta-se que até esta data, loucos não poderiam ser presos, pois, segundo o Código de 1830, estes não poderiam ser julgados como criminosos, portanto, não poderiam ser punidos. Os que cometessem crimes seriam recolhidos às Instituições destinadas a eles ou entregues à sua família, conforme suas condições econômicas. Contudo, muitos foram presos por vadiagem ou mendicância, que eram proibidos, na época.

A Revista do Brasil também se manifestou no que se refere à loucura nos militares. Neste caso, o mensário deposita a culpa da doença mental na instabilidade hereditária do soldado e não nas pressões advindas do serviço militar.

Em artigo, sem assinatura de autoria, na edição de jan/março de 1918, sob o título A Guerra e as doenças, a Revista explica que os agravos da doença mental nos soldados, explicitando que as “doenças nervosas são compreendidas pela epilepsia, o alcoolismo, a delinquência, a neurastenia histerismo e a loucura”. Esta última, é mais frequente entre os soldados. No entanto, não é a “vida militar a causa da loucura, a vida militar descobre com maior facilidade os homens de fraqueza mental”. Logo o aumento da loucura nos tempos de guerra “não se dá pela dureza desta, mas sim pelas perdas dos ideais dos soldados”, pois para os indivíduos “mentalmente sãos é até vantajoso a disciplina militar”. O texto lembra, ainda, que alguns soldados apresentam os sintomas da neurastenia e da histeria, que são caracterizados pela “tendência do indivíduo fingir o mal”, mas que estas são mais facilmente curadas (REVISTA DO BRASIL, 1918, p. 87).

Como observado no texto da Revista, os militares com sofrimento mental, também mereceram a atenção dos médicos psiquiatras, que entendiam que estes deviam ter um atendimento especializado. Dessa forma, o Hospital Central do Exército, inaugurado em 1902, sofreu reformulações em 1922, para a construção do Pavilhão Calógeras, que era reservado especificamente para o isolamento dos soldados com transtorno mental (FIOCRUZ – COC, 2018).

Em 1923, o psiquiatra Gustavo Riedel fundou a Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), uma entidade civil com subsídios federais localizada na Colônia de Psicopatas, no Engenho de Dentro, na cidade do Rio de Janeiro. A LBHM nasceu com o intuito de melhorar a assistência aos doentes mentais com a realização da renovação do quadro de profissionais. Contudo, a partir de 1926, sob influências Alemã, Francesa e Norte Americana, a Liga muda sua orientação com o objetivo de normalizar o atendimento psiquiátrico e inibir os deficientes mentais. Em 1927, a LBHM passou a oferecer um Curso de Especialização em Visitadoras Sociais, para Enfermeiras, na Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras (atual Escola de Enfermagem Alfredo Pinto), no Rio de Janeiro.

O curso atendia aos preceitos higiênicos e eugênicos e apresentava conteúdo tanto teórico, com disciplinas de higiene social, puericultura, organização da vida social, diagnóstico, profilaxia e terapêutica das doenças sociais e noções gerais de psicologia, quanto prático, com visitas realizadas aos Hospitais Psiquiátricos com seminários ministrados por psiquiatras que discutiam os preceitos eugênicos defendidos como primordiais para o desenvolvimento do país, como a esterilização dos doentes mentais e a impossibilidade de oferecer-lhes alta hospitalar (SANTOS E JUNIOR, 2015, p. 705).

6.2 MÉDICOS X “CHARLATÕES”

Ao longo do século XIX, o curandeirismo não era visto de forma pejorativa e atuavam como “agentes de cura”, a partir dos saberes populares que tinha sua finalidade junto aos doentes. Em 1835, um cirurgião da Escola de Medicina do Rio de Janeiro, passou a requerer junto a câmara, o cumprimento da lei que determinava que “somente as pessoas habilitadas por uma Instituição Imperial poderiam praticar curas”. Contudo, apesar de algumas atividades repressivas da câmara, a população não deixava de procurar seus curandeiros e recusava os atendimentos médicos, o que fez com que os vereadores declarassem não poder obrigar a população a ser atendida por alguém que não confiasse, além do fato, das vilas não possuírem profissionais especializados suficientes para o atendimento de todos, que tornava os tratamentos populares uma única solução (WITTER E FARINATTI, 2000, p. 1-3).

Os curandeiros tiveram importante participação na formação “social e cultural” do Brasil, com uso de práticas de cura” com produtos da natureza, associados a atividades religiosas. Estas práticas, além de não serem reconhecidas pelos médicos, que falavam em nome da ciência, ainda causavam incomodo pela grande procura da população por esses métodos de tratamento (NETO, 2000, p. 404).

O conhecimento científico no início do século XX, ganhou importante espaço e prestígio com a população, devidos a intensos trabalhos de saneamento pelo Brasil, principalmente na região norte e nordeste do país. Contudo, em uma população habituada a tratamentos alternativos com chás, infusões, rezas, raízes, dentre outras, a tarefa dos representantes da ciência não foi tão simples, e nesse caso, a *melhor defesa é o ataque*, os médicos, que já tinham algumas regulamentações a seu favor, apresentaram artigos, notas em jornais e folhetos desqualificando os tratamentos populares (NETO, 2000).

Segundo Neto (2000),

As leis em vigor, já coíbiam a ação dos denominados curandeiros, condenando-os ao pagamento de multas ou até à prisão, além de constar que o exercício das práticas de cura deveria ser acompanhado por habilitação formal obtida nas faculdades de medicina (p. 404).

A Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal (SBPNML), também se pronunciou sobre o assunto, e em 1909, inicia debates sobre o espiritismo e coloca não só este, mas todas as “seitas” religiosas como prática de curandeirismo (GABBAY,

2015). Em 1920, no Congresso Nacional dos Práticos, os médicos tomam a decisão de desqualificar essas atividades:

Muitos médicos pediram a palavra no evento para combater o curandeirismo. A estratégia adotada foi construir uma imagem negativa do curandeiro, acompanhada de um movimento simetricamente oposto em relação ao médico alopata, tido como único portador da ciência. Tratava-se de construir, junto à opinião pública e ao Estado, uma imagem negativa do curandeiro. Em parte, a estratégia identificada no combate ao curandeirismo foi a de desqualificação. [...] Para os especialistas a desqualificação visava preservar seu mercado de trabalho. Para os higienistas, a meta era fazer com que a política pública de saúde vivificasse. Assim, o médico higienista obteria prestígio e poder entre os pares e na sociedade. Todo e qualquer obstáculo que dificultasse este caminho deveria ser removido (NETO, 2000, p. 405).

A Revista do Brasil também se posicionou sobre o uso de medicamentos caseiros, prescritos por pessoas não médicas, no qual ficou conhecido como charlatanismo. Em artigo assinado pelo médico Heitor Maurano, na edição de julho de 1923, a Revista exalta o trabalho da higiene, pautada na prevenção e no sóbrio uso de medicamentos, mas alerta para o aumento de cartazes e propagandas em jornais de “de todas as formas de cura infalível desta ou daquela moléstia”, os anúncios vêm acompanhados de “recomendações de médicos ou de profanos, ilustrações sugestivas a até fotografias de pretensos curados”, além do oferecimento de quantias em dinheiro a quem provar “não tenha experimentado melhoras com o uso do produto” (MAURANO, RVB, 1923, p. 277).

Maurano refere, que enquanto o médico consciente prescreve tratamentos como cirurgias ou radioterapias, os charlatões oferecem “elixir inócuo”, que é facilmente aceito por uma população de “80% analfabetos”, ao invés de preferirem os tratamentos com o rigor da ciência. O autor queixa-se, no entanto, que não são apenas os curandeiros que realizam essa prática, “pois estes não passam de maníacos”, a sua preocupação fica em torno dos farmacêuticos diplomados, “indignos desses títulos”, que ao invés de colaborarem com os médicos nos tratamentos das doenças, esquecem seus estudos e atendem exclusivamente aos lucros. (MAURANO, RVB, 1923, p. 277-220).

Heitor Maurano (1923), refere que muitos desses profissionais, com o desejo de conseguir fortuna rapidamente, aproveita-se do medo da população em contrair determinadas doenças e preparam fórmulas secretas que “nada tem de útil ou original”. O autor relata que parte dessa culpa, também cabe aos médicos, pois ou por amizade ou por lucros, “dão seu aval a este, ou aquele preparado, sem nunca ter experimentado”, desacreditando, assim a alopatia (MAURANO, RVB, 1923, p. 277-220).

Afrânio Peixoto, na edição de agosto de 1918, faz uma crítica às práticas religiosas como tratamento de doenças e afirma que a higiene “é a nova religião”:

Houve uma credice supersticiosa, última religião, com que o empirismo e a credulidade, inconsciente ou interessada, abusava dos devotos e dos aflitos...Haverá uma ciência nova, uma nova fé, sem prejuízos, sem outras preocupações que a felicidade humana, que por toda parte do mundo, vai levar, vai levando a saúde e a felicidade de viver...como da astrologia saiu a astronomia, da alquimia saiu a química, sai da medicina a higiene (AFRANIO PEIXOTO, RVB, 1918, p. 361).

Renato Kehl em um dos seus textos no boletim da eugenia, explica o seu entendimento sobre a diferença entre médicos, curandeiros e charlatões, que corrobora com a fala do médico Maurano, na Revista do Brasil. Para Kehl, o médico constitui uma das alavancas nobres da evolução, representando os mais preciosos elementos para exercer funções legislativas e administrativas de um país. Dessa forma, tanto um médico culto e bem-intencionado tem de útil a sociedade, como de nocivo o curandeiro e o charlatão (KHEL, B.E, 1929).

O curandeiro é o indivíduo de algum conhecimento, que para se sustentar ou por “filantropia ou por mania de fazer o bem sem estar habilitado para isso” e o charlatão é um “boçal, sem a menor cultura que se mete a dar remédio para ganhar dinheiro”. Kehl afirma ainda, que no Brasil o número de curandeiros e charlatões é incontável. Além dos “médicos diplomados, porém ignorantes” que desvirtuam a medicina, fazendo da “clínica um curandeirismo legalizado”, havendo dessa forma, curandeiros e charlatões diplomados e curandeiros e charlatões improvisados. (KHEL, B.E, 1929).

Monteiro Lobato também participou dessa discussão, em seu artigo escrito em 1918, O Problema Vital, ao explicar que nos grandes centros, a sífilis é combatida com medicação que desacelera sua atividade, ou pelo menos ameniza seus efeitos, no entanto, no sertão:

Quem lida com ela é o negro velho ignorantíssimo e o pica-fumo curador. O treponema pálido, afeito a lutar com o mercúrio e os arsenicais terríveis, rí-se das micagens e rezas, burundangas e picumãs e jasmims-de-cachorro dos ingênuos Eusébios Macários de barba rala. Rí-se, em vez de paradeiro encontra fomento na absoluta inocuidade da terapêutica pé-no-chão (LOBATO, 1964, p. 253).

Como forma de embate com a medicina popular, Kehl, em parceria com o também médico Eduardo Monteiro, lança em 1922, um livro para ser usado por leigos, em caso de acidentes ou doenças, até a chegada do médico, denominado “O Médico no lar – Dicionário popular de medicina urgente, como descrito por Bertucci-Martins (2003):

Não podemos, entretanto, deixar de considerar o seguinte: este livro absolutamente não foi feito para charlatães, nem para que se dispense a assistência médica. O facultativo deverá sempre ser chamado e um pai ou uma mãe praticará uma séria inadvertência se, confiando nas explicações dadas neste livro, quiser, sem mais, tratar um doente seu. Não se julgue que a medicina, ciência-arte difícilíssima, possa ser aprendida com a leitura das páginas que se seguem. (KEHL, citado por BERTUCCI-MARTINS, 2003, p. 2 e 3)

Belisário Penna, também teceu comentários sobre o tema, vinculado em um jornal do Rio de Janeiro, *Correio da Manhã*, após seu retorno da expedição científica no interior do Brasil. No artigo, Penna alerta para as pouco eficientes terapêuticas populares e a funesta prática do curandeirismo, mesmo em lugares que haviam médicos, pois estes, não eram procurados, já que os nativos davam preferência às rezas e medicações populares (BERTUCCI, 2008, p. 2).

Em verdade, na primeira década do século XX, era comum a combinação entre a ciência e as práticas populares, pois era frequente os médicos, se apropriarem desses conhecimentos para realização de suas prescrições, contudo, agora, sob o carimbo da ciência. Essas técnicas eram apropriadas, e depois desqualificadas, se não realizadas por pessoas especializadas (médicos), como um caso relatado por Bertucci (2008) que durante uma epidemia de gripe espanhola, onde ninguém de uma determinada família adoeceu e imputavam, o consumo diário de cebola (por ordem do pai da família) pela proteção do corpo contra a gripe. Um médico que estudou o caso, descobriu mais tarde que a vitamina C contida no tubérculo, ajudou a imunizar a família.

6.3 IMIGRAÇÃO SELETIVA

A imigração maciça e sem uma seleção cuidadosa no início do século XX, também se fez presente no conteúdo da Revista e foi tema de grandes discussões na época, pois apesar da crença na importância do branqueamento do povo brasileiro, através da vinda dos imigrantes europeus e a necessidade de mão de obra para o processo produtivo do país, os higienistas queixavam-se dos imigrantes sem cuidados sanitários, vindos doentes de seus países para contaminar o nosso povo, enquanto os eugenistas, além desses, acrescentavam critérios raciais em seus discursos.

Ainda no final do século XIX, os imigrantes eram recrutados e agenciados por empresários contratados pelo Governo Imperial (SEYFERTH, 2002). Em 17 de junho de 1874, o Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, assina o Decreto nº 5.663, que

celebra o contrato para trazer ao Brasil 100 mil imigrantes Europeus, deixando claro, em seus artigos, suas reais intenções no branqueamento racial, além de registrar todas as vantagens obtidas por um imigrante, das nacionalidades de preferência, para que estes se radicassem no país, como segue:

Obriga-se, por si ou por meio de uma companhia ou sociedade que poderá organizar, a introduzir no Brasil (exceto na Província do Rio Grande do Sul) dentro do prazo de 10 anos 100.000 imigrantes Alemães, Austríacos, Suíços, Italianos do norte, Bascos, Belgas, Suecos, Dinamarqueses e Franceses, agricultores, sadios, laboriosos e moralizados, nunca menores de dois anos, nem maiores de 45, salvo se forem chefes de família.

O empresário receberá por adultos as seguintes subvenções: 125\$000 pelos primeiros 50.000 imigrantes, 100\$000 pelos 25.000 seguintes; 60\$000 pelos últimos 25.000. Estas subvenções serão pagas na Côrte, logo que for provado que os imigrantes foram recebidos pelo funcionário competente no porto de desembarque da Província a que se destinarem.

O Governo concederá gratuitamente aos imigrantes hospedagem e alimentação durante os primeiros oito dias de sua chegada, e transporte até as colônias do Estado a que se destinarem. Igualmente garantira aos imigrantes que se queiram estabelecer nas colônias do Estado a plena propriedade de um lote de terras, nas condições e preços estabelecidos no Decreto nº 3748 de 19 de Janeiro de 1867, e obrigar-se-á além disso a não elevar o preço das terras de suas colônias sem avisar ao empresário com doze meses de antecedência (BRASIL, 1874).

Com o fim do Império, em 1890, o Governo Provisório, publica o Decreto nº 528 de 28 de junho de 1890, que regularizava o serviço da introdução e localização de imigrantes na Republica dos Estados Unidos do Brasil e como o Decreto anterior, deixa implícito em seus artigos, o seu ideal de branqueamento (SKIDMORE, 2012. p. 200), quando nos artigos 1º, 7º e 20º, orientam a facilitação da entrada dos Europeus no país e dificultam o acesso de outras etnias. Contudo, nesse novo momento, o papel do empresário de imigrantes deixa de existir, e estes vêm por conta própria, como descrito a seguir:

Art. 1º - É inteiramente livre a entrada, nos portos da Republica, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos a ação criminal do seu país, excetuados os indígenas da Ásia, ou da África que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos de acordo com as condições que forem então estipuladas.

Art. 7º O Estado concederá as companhias de transporte marítimo que o requererem a subvenção de 120 francos pela passagem de cada imigrante adulto que elas transportarem da Europa para os portos da Republica.

Art. 20. Todo o proprietário territorial, que desejar colocar imigrantes europeus em sua propriedade, tem direito aos favores constantes deste decreto, desde que sejam preenchidas as condições aqui estipuladas (BRASIL, 1890).

Essa facilitação do Decreto nº 528, teve, na verdade, duas intenções, já que o país vivia um momento histórico diferente. A primeira foi a necessidade de mão de obra, principalmente nas plantações de café, em substituição dos escravos. Pois apesar de haver

trabalhadores ociosos na região nordeste, estes não eram bem vistos pelos cafeicultores, que os colocavam apenas, em trabalhos braçais pesados, como a “derruba de matas virgens”. Contudo o plantio e a colheita do café, eram atividades reservadas aos imigrantes Europeus, conhecidos por serem mais “competentes e mais confiáveis”. Dessa forma, o branqueamento da raça brasileira, a segunda intenção, viria como bônus (SKIDMORE, 2012, p. 202).

De forma oposta, a imigração japonesa, protagonizou longos debates contra e a favor da vinda do povo oriental, em geral, de cunho racista. A partir de um acordo entre os governos japonês e o brasileiro, assinado em 1895, denominado Tratado da amizade, nosso país passou a abrir as portas para o povo nipônico, no entanto, a imigração japonesa, só iniciou, de fato, em 1908, quando 781 asiáticos desembarcaram no Porto de Santos (TAKEUCHI, 2008, p. 174).

Contudo, a permanência dos asiáticos no Brasil, foi repleta de críticas e perdurou até o início dos anos de 1930. Segundo Telles (1929) a “vinda maciça da população japonesa para o estado de São Paulo poderia produzir modificações em nossa estrutura étnica e em nossas características de nacionalidade”, por isso, ele alertava o Estado para que não aceite outra imigração, senão a europeia e aconselha o Departamento de imigração para que não estenda as vantagens de lei concedidas aos europeus para os demais imigrantes, “pois isso, por si só, já desanima a chegada a dos não europeus”. (TELLES, B.E. 1929, p. 3 e 4).

Apesar do Jornal Argentino La Nacion ter publicado um artigo em favor dos imigrantes japoneses, afirmando que estes, são uma “raça culta, laboriosa, disciplinada, obediente as leis e as autoridades do país em que vive, com uma cultura milenar, mas que tem sabido adaptar-se à civilização moderna”, Telles (1929) não crê que a nação Argentina tenha recebido tantos japoneses quanto o Brasil, em especial, São Paulo, e que essa entrada maciça certamente produzirá modificações em nossa “estrutura étnica e em nossas características de nacionalidade” (TELLES, B.E. 1929, p. 3 e 4).

O autor explica ainda, que o Estado de São Paulo, no que se refere à política imigratória, tem história desde 1886, quando fazendeiros se reuniam para decidir quais elementos imigratórios podiam ou não entrar no estado. São Paulo era “rico de terras e pobre de braços que a viessem frutificar”. Como Portugal, que já havia laços com o Brasil e sua população não oferecia “margem para nossas necessidades”, decidiu-se então, que os imigrantes para trabalhar nas lavouras do estado, seriam os italianos (TELLES, B.E. 1929, p. 3 e 4).

Telles lembra que eles poderiam ter escolhido Indianos, Sul-africanos, Cubanos ou Peruanos que seriam mais simples de trazer para o Brasil, mas tiveram a visão de futuro e a

lição do passado com a introdução dos africanos e a mistura com os indígenas, que tornou o Brasil uma grande mestiçagem. Dessa forma, os paulistanos decidiram sanear o Brasil, trazendo imigrantes de sangue ariano e conclui alertando que espera-se que as gerações futuras possam exaltar a geração atual, por ter cumprido o seu dever, tal qual, pode-se exaltar a geração paulistana de 40 anos atrás (TELLES, B.E. 1929, p. 3 e 4).

Leão Neto (1990), ao descrever a carta do representante da Secretaria de Estado, encarregado de negócios do Brasil em Tóquio, em 1906, explica que este também foi terminantemente contra a vinda dos japoneses para o nosso país, solicitando ao governo o impedimento da entrada do povo nipônico, devido à sua dificuldade em assimilar os costumes da nova pátria, e a imposição dos costumes deles, não sendo possível a sua nacionalização, além de ser elementos de sangue mongólico e muito feios (LEÃO NETO, 1990, p. 25 e 26).

O governo de São Paulo, estado que mais recebeu imigrantes japoneses para as plantações de café, em 1913, declara ser supérfluo a vinda dos nipônicos, já que os italianos se adaptavam melhor ao país, além de ser menos oneroso seu transporte. Dessa forma, decide suspender a concessão dada ao Japão, reabrindo as portas em 1917, por solicitação do governo brasileiro, e encerrando definitivamente em 1922 (LEÃO NETO, 1990, p. 29 e 30).

Mas os asiáticos também tiveram quem os defendessem, Assis Chateaubriand em artigo a Revista do Brasil, na edição de abril de 1925, escreve sobre a colonização japonesa no Brasil, que ele chamou de imigração amarela, e explica que apesar de eles “cruzarem menos” que as outras nacionalidades, quando o fazem, “assimila bem o nosso sangue”:

Quando me fala de um colono, a primeira pergunta que formulo, consiste em saber se ele se identifica com a terra, se a esta se adapta, se assimila ao meio físico, não degenerando seus descendentes nele. Se a resposta for favorável, considero o colono bem-vindo à nossa terra hospitaleira, regida, felizmente, por uma Constituição política, a qual não cria as barreiras que o preconceito racial está procurando levantar aos povos ordeiros do oriente (CHATEAUBRIAND, RVB, 1925, p. 379 e 380).

O antropólogo Roquette Pinto, também contrário à recusa de imigração por questões raciais, defendia uma seleção fincada nas virtudes individuais dos imigrantes, independentemente do país de origem. Dessa forma, ele negava a possibilidade de entrada de estrangeiros “inválidos ou doentes, vagabundos e criminosos”, ou seja, não aceitava a vinda de “indesejáveis”. O antropólogo, acreditava que o desenvolvimento agrícola e industrial do país não dependia do fornecimento de mãos de obras estrangeiras, e sim de um melhor aproveitamento dos “braços existentes” no país, que não possuíam educação e saúde (SOUZA, 2012, p. 414 e 416).

Sobre a imigração japonesa Roquette Pinto, afirmava que não havia razão alguma de, “ordem científica”, que impedisse a vinda deles ao país, e que a ideia de não assimilação dos costumes, era apenas uma desculpa dos contrários a esta imigração, já que os asiáticos tinham grande semelhança com o povo do norte do Brasil, e que só não percebia isso, “quem não tem espelho em casa” (SOUZA, 2012, p. 426 e 427).

Afrânio Peixoto, na edição da Revista do Brasil de novembro de 1918, ao discorrer sobre o trachoma, explica, que em tempos de higiene esta doença seria evitada, contudo, ela entra em nosso país, vinda dos “imigrantes que nos procuram e que recebemos sem escolha”. As consequências, é que o trachoma “ganhou o interior do Brasil, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco”. O autor finaliza o texto afirmando que “nem depois de roubados, fechamos a porta, continuamos a receber os trachomatosos que nos procuram, no crivo da imigração nacional não há recusa para os indesejáveis” (PEIXOTO, 1918, p. 257).

No entanto, as reivindicações surtiram efeito, pois, segundo Rebelo (2010, p. 253), com a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública, houve um Decreto Federal que restringia a entrada de imigrantes por questões de saúde, ou colocava-os em isolamento para tratamento, até que curados, eram liberados para continuarem viagem.

O regulamento do DNSP é o primeiro do país que possui uma série de artigos específicos pertinentes à inspeção de imigrantes e à exclusão dos indesejáveis, sob o ponto de vista da saúde pública. Assim, a inspeção médica dos imigrantes nos portos do Brasil passou a ser feita em um local único, apropriado para isso, a hospedaria de imigrantes e não mais a bordo dos navios ou na hora do desembarque no porto, como era realizado anteriormente. Nos portos do Rio de Janeiro e Santos deveria existir uma autoridade sanitária responsável, especialmente encarregada da inspeção médica dos imigrantes. Nos outros portos do país, este trabalho seria executado pelo inspetor de saúde do porto. Quando o navio fosse de imigrantes, o inspetor, após executar as medidas sanitárias regulamentares, deveria comunicar à autoridade responsável pela inspeção as condições sanitárias de bordo e todos os problemas de saúde que ocorreram durante a viagem (REBELO, 2010, p. 253).

A autoridade Sanitária tinha o direito de exigir o pagamento de multa aos comandantes dos navios que trouxessem “indesejáveis”. Os valores eram fixados em 100 réis, porém podia chegar a 500 réis, caso a justificativa do comandante não convencesse o Serviço Sanitário. A partir de então, nenhum “tuberculoso, leproso, com elefantíase, com câncer ou trachomatoso”, podiam desembarcar no Brasil (REBELO, 2010, p. 255).

Por essa ordem, de “inclusão e exclusão de imigrantes”, as portas também se fechariam para brasileiros portadores de doenças, e por isso foi alvo de diversas críticas pela própria Câmara dos Deputados, que exemplificavam que um indivíduo que está em Santos, com doença de Chagas, ao chegar no Rio de Janeiro é vedado o desembarque e ao retornar a

Santos, também não poderá desembarcar em porto nacional, ficando o indivíduo sem ter para onde ir, por isso, essa emenda foi recusada, abrindo exceção para os brasileiros (REBELO, 2010, p. 255 e 256).

Esconder doentes ou pessoas que incomodavam a visão da elite, longe das grandes cidades, tal qual o ditado, *o que os olhos não veem o coração não sente*; aprender com os curandeiros para depois expurgá-los e prendê-los e oferecer vantagens para imigrantes europeus e dificuldades para asiáticos e africanos, foram estratégias, em primeira instância, de caráter eugênico, mas que alimentou fortes discursos dos defensores do saneamento.

Essa associação (eugenia/higiene), claramente demonstrada nos artigos da Revista do Brasil, foi relevante para frutificação de algumas ideias eugênicas, que em nome da ciência, e com o aval da sociedade, foram implementados Leis e Decretos, que mexeram na individualidade de pessoas e transformaram suas vidas, independentemente de suas vontades.

Chama a atenção, que enquanto outros tópicos que dividiam as opiniões de eugenistas e higienistas, como esterilização de loucos ou ladrões e proibição de matrimônio entre os ditos degenerados, não tiveram êxito em formulações de Leis. Contudo, nos temas em que efetivamente se uniram, obtiveram sucesso com cerelidade. Os doentes avaliados e decretados pelos médicos como sujeitos a internações compulsórias, os curandeiros, chamados pelos homens da ciência de charlatões e os imigrantes que não eram bem vistos pelos intelectuais, sofreram com as mãos pesadas das Leis, com pouca ou nenhuma voz para defendê-los.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Revista do Brasil, com toda sua relevância no início do século XX, foi um veículo de debates dos mais variados temas como política, romance, poemas, artes, educação e, principalmente, saúde. E foi na saúde, onde aconteceram as mais calorosas discussões, no qual, homens da ciência e outros intelectuais renomados ou não, declaravam seu ponto de vista sobre o futuro da nação brasileira. Expunham *ideias salvadoras* para a “melhoria da nossa raça” e faziam cobranças ao governo, para que este, determinasse mudanças e proibições na vida pessoal das pessoas. Pessoas essas, que com um índice elevado de analfabetos à época, não participavam, aliás, possivelmente, nem tomavam conhecimento do que lhes era exigido, apenas recebiam as ordens da ciência, depois de Leis aprovadas.

Os leitores da Revista do Brasil, que representavam uma parcela seleta da população, encontravam nas linhas do periódico, tanto defesas aguerridas em prol da miscigenação entre brancos, negros e índios, quanto textos e representações gráficas que exaltavam a superioridade da raça branca e inferiorizavam índios e negros. Contudo, com a inevitável mistura racial, a teoria do branqueamento paulatino do povo brasileiro, tornou-se prioridade para importante parcela dos intelectuais à época.

Monteiro Lobato, pessoa polêmica, mesmo para os moldes da época, mostrou-se ser um visionário homem de negócios. Mais importante que sua ideologia, era o retorno econômico. A despeito de deixar claro seus ideais eugênicos em suas cartas pessoais e manter estreita relação com Renato Kehl, enquanto editor-chefe da revista, representante da Liga pró-saneamento e parceiro comercial do farmacêutico Fontoura, foi um árduo defensor da higiene e do sanitarismo, descartando a raça como fator degenerativo. No entanto, menos de um ano após a venda do periódico e já sem compromissos econômicos com a Liga pró-saneamento, escreveu *O Presidente Negro*, talvez, o livro de eugenia negativa, mais radical da literatura brasileira.

O caboclo Jeca Tatu, também foi um exemplo da representação de como Lobato tratava de negócios. O Personagem saltou, em suas palavras, de *piolho da serra* para um rico fazendeiro em *A Ressurreição do Jeca* ao ser curado pela ciência, passou a falar inglês, e encomendar charutos feitos especialmente para ele, que deixava até o italiano com inveja. No entanto, as únicas mudanças feita por Lobato na imagem do sertanejo, foi a utilização de sapatos e a troca do cachimbo por charuto. Ademais, o Jeca permaneceu com o mesmo estereótipo, de postura curvada, calça com remendos, chapéu de palha e barba por fazer.

Mesmo depois do sucesso do sanitarismo, o Jeca saudável era utilizado apenas nos textos financiados por Fontoura, pois a imagem imortalizada era a do Jeca preguiçoso.

À primeira vista, ao observarmos os embates entre a higiene e a eugenia nas chamadas formas de “melhoria da raça” e seus desdobramentos futuros, representados na Revista do Brasil, avaliamos de pronto, que a higiene saiu como a grande vencedora. Pois, com o sucesso do saneamento e a melhoria na saúde do povo, que repercutiu resultados positivos até os dias atuais, o pensamento eugênico, em favor do branqueamento e da hierarquia racial, tornou-se desacreditado e foi perdendo adeptos ao longo dos anos.

Contudo, apesar do termo eugenia, ter sido, praticamente, esquecido ao longo do tempo no Brasil e nenhuma das exigências da eugenia negativa, como esterilização compulsória e impedimento de casamentos entre os chamados degenerados, terem sido aprovados em Lei no país, diversos comportamentos e discursos preconceituosos deferidos nos dias atuais, nos remetem a um século atrás, quando Monteiro Lobato acabara de comprar a Revista. O que nos faz pensar, se o pensamento eugênico ficou realmente no passado ou está muito vivo entre nós.

As alocações encontradas na Revista do Brasil, nos ajuda a compreender alguns preconceitos e desigualdades encontrados na atualidade. Com essa afirmativa, não tenho a intenção de olhar o passado com os olhos do presente, mas apenas entender como vestígios do passado podem explicar desigualdades vivenciadas nos dias atuais, pois, ao longo dos anos, o racismo e a discriminação declarado no Brasil passaram a não ser mais aceitos aos olhos dos intelectuais e do povo brasileiro, apesar das pesquisas relacionadas a distintas desigualdades no Brasil elaboradas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de geografia e Estatística) provarem o contrário. Ressaltando ainda, que injúrias raciais, apelidos pejorativos, depreciação da imagem de negros, músicas preconceituosas, desenhos de negros com características físicas exageradas, eram bem recebidos pelo senso comum, até bem pouco tempo.

A Lei Afonso Arinos que proibia a discriminação e a separação entre as raças no Brasil foi assinada em 1951, mas não surtiu o efeito desejado, pois esta não era cumprida, nem fiscalizada, além de não haver punições. As gerações que cresceram entre as décadas de 1970 e 1980 assistiram por anos, no programa televisivo *Os Trapalhões*, personagens fazendo humor utilizando-se de termos como: *urubu*, *piche* ou *cabeça chata* em referência a raça negra ou a localidade de nascença, no caso, o Ceará. Afora, das novelas apresentarem os negros sempre como personagens subalternos, como empregadas domésticas ou jardineiros.

Hoje, apesar da Lei nº 7.716 de 1989, que torna o crime de racismo inafiançável, as injúrias raciais e o racismo parecem estar mais claros, facilmente encontrados nos campos de

futebol ou nas redes sociais e até mesmo entre políticos, quando o atual vice-presidente, declara em rede nacional que os brasileiros *herdaram a indolência dos índios e a malandragem dos negros*, e se defende afirmando não ser racista por ter herança indígena. Além de se vangloriar de ter um neto *bonito*, eugenizado, por conta do *branqueamento da raça*.

As mulheres, que eram retratadas pela revista do Brasil como fisiologicamente inferiores aos homens, por não conseguirem realizar muitas atividades de forma simultânea, bem como passivas à violência doméstica (sendo estas agressões, motivo de piada em charge do periódico), também amargam nos dias atuais os efeitos de anos de opressão. A despeito de apresentarem maior nível de escolarização do que os homens e se dedicarem quase que o dobro de horas nos afazeres domésticos, comprovando sua habilidade na atuação de várias atividades ao mesmo tempo, possuem salários inferiores em praticamente todas as profissões e em todos os estados brasileiros. E, se essas mulheres são negras ou pardas, a desigualdade é ainda mais profunda, pois, são estas as que mais sofrem com a agressão física dos seus parceiros e morrem por feminicídio. Não descartando o fato, de que o Brasil é o quinto país no ranking em violência contra a mulher.

Ainda que o higienismo tenha sido um grande sucesso, capaz de erradicar ou tratar e prevenir inúmeras doenças, através do sanitarismo de Belisário Penna e seus correligionários, no interior do Brasil, os estados das regiões norte e nordeste ainda têm muito o que avançar no quesito desigualdade. São estes que possuem a menor taxa previdenciária no país, e por isso, são os que menos cidadãos se aposentam; os salários são mais baixos, se comparados com os das regiões sul e sudeste; apresentam índices de rede de esgoto inferiores ao adequado, além de possuírem o maior índice de trabalho infantil e de gravidez na adolescência. São a população nordestina também, que mais sofre com comportamentos xenofóbicos dos próprios brasileiros, que frequentemente os retratam como *cabeça chata* no caso dos cearenses e *preguiçosos* no caso dos baianos

E por falar em xenofobia, ao que parece, a intolerância à imigração de determinados povos, tão presentes nas páginas da Revista do Brasil, selecionando quem deveria ou não entrar no país, está mais presente do que nunca, um século depois, nas folhas dos jornais da atualidade. Em diversos países, inclusive o Brasil, discursos de ódio são inflados, contra refugiados que por fome e miséria ou conflitos de guerra em seus países de origem, solicitam abrigo. Fronteiras são fechadas, pessoas são agredidas e difamadas, direitos humanos são violados. Contudo, a intolerância no Brasil, parece ser mais visível com o povo Haitiano e

Venezuelano, apesar do país ser uma das nações da América do Sul que mais recebem imigrantes de toda parte do mundo.

Finalmente, os discursos eugênicos do início do século XX, e suas representações na Revista do Brasil, se embasavam no nome forte e inquestionável da ciência, inclusive para forjar resultados de pesquisas científicas em prol de determinar a pretensa superioridade de uma raça sobre a outra. Contudo, o que parece ter ficado no passado, ressurge na atualidade a partir dos mesmos preceitos de mais de cem anos atrás.

Em outubro de 2018, o Jornal O Globo, publica um artigo declarando que supremacistas brancos norte americanos fizeram a distorção de estudos para provar a superioridade da raça, com conceitos equivocados, sobre como os genes influenciam nas diferenças raciais, no que refere desempenho escolar, imigração e segurança. E com um completo retorno ao passado, os estudos utilizam-se de da circunferência do crânio e da genealogia para alicerçar seus resultados. Ainda sobre o tema, os supremacistas afirmam que a ingestão de leite após a fase adulta é uma característica caucasiana, pois os negros africanos possuem menor capacidade de digerir a lactose. Dessa forma, os que defendem essa hipótese lançaram o slogan: “Se você não pode beber leite, você tem que retornar”

Em 2015 a revista Terra, publica um enorme artigo na seção de ciência, com a imagem que toma o espaço de duas páginas, de um bebê branco e de olhos azuis reluzentes, sob o título: *Em busca do bebê perfeito*. No estudo apresentado, o periódico descreve o avanço das técnicas do sequenciamento do genoma, defendendo que este, pode ajudar no salvamento de vidas, já que pais com problemas genéticos podem ter filhos saudáveis. Todavia, o trabalho de seleção genética também pode ser utilizado para “customizar” os filhos, conforme os desejos dos genitores, não só na escolha do sexo dos filhos, mas também a cor dos olhos desejados, que podem ser azuis, aliás, tendo este último, uma grande procura dos clientes da clínica, mas que precisou ser interrompido, após intervenção do Vaticano. O cientista responsável pelo estudo, admite que a tecnologia se movimenta mais rápido do que a capacidade da sociedade de lidar com ela. Nesse sentido, dizer que a eugenia não existe mais, beira a inocência, talvez tenha sido renomeada com sinônimos atualizados, além de a poderosa ciência permanecer firme e interessada pelo assunto.

O Professor José Ribamar Bessa, ao fazer uma crônica, em sua coluna semanal Taquiprati, debateu os temas existentes no periódico e apresentados na tese, denominando seu artigo de “*Que Brasil você quer para o passado?* De fato, pesquisar a Revista do Brasil, no período Lobatiano, foi uma importante forma de estudar o passado para compreender o

presente. A Revista do Brasil, ultrapassou os limites do seu tempo, é atual, e nos parece pelos artigos contidos no seu interior, que um século foi ontem.

Pesquisar, pois, a Revista do Brasil foi entender o país e seu povo, onde homens da ciência, salvaram milhares de pessoas da morte e de doenças infecciosas, sanearam, educaram e impuseram Leis fundamentais para o desenvolvimento da população, e conseqüentemente do país. Os mesmos homens da ciência, também miscigenados, discriminaram, segregaram e mantinham discursos ambíguos, onde defendiam a miscigenação como uma virtude do brasileiro e não como uma possibilidade de degeneração da nossa raça, mas louvavam o branqueamento do povo como uma forma de evolução racial.

Desta forma, esse estudo evidenciou, uma quantidade expressiva de vestígios de imagens e textos, que abrem espaço para novas pesquisas históricas no que tange os movimentos higiênicos e eugênicos no Brasil, no início do século XX e constatou que a Revista do Brasil, sob princípios nacionalistas e através da figura de Monteiro Lobato, apropriou-se das representações científicas eugênicas/higiênicas para obtenção de reconhecimento, no período estudado.

REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA

AGASSIZ, Jean Louis Rodolph e AGASSIZ, Elizabeth Cary. **Viagem ao Brasil 1865-1866**. Trad. Edgar Sussekind de Mendonça. Brasília. Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

ALMEIDA EB, SILVA AS, FIGUEIREDO JB, ET AL. **A nova história cultural como proposta metodológica para pesquisas no campo da história da enfermagem**. Rev Fund Care Online. 2017 out; 9 (supl.):165-171. DOI: <http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.2017.v9iesp.165-171>

ALVES-MAZZOTI, A. J.; GEWANDERDSZNAJDER, F. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais**, 2ª edição. São Paulo. Editora Pioneira Thompson Learning, 2004.

AMORA, Antonio Soares. **Minidicionário Soares Amora da língua portuguesa**. 20ª edição. Saraiva, São Paulo, 2014.

ARAÚJO, Emanuel. **A Construção do Livro**. Revisão e atualização: Briquet de Lemos; Edição: Luciano Trigo, Paulo Geiger. 2ª edição. Rio de Janeiro, 2008.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Ed. HUCITEC. 12ª EDIÇÃO. 2006.

BARROS, José D'Assunção. Droysen: **Revisitando um perfil histórico gráfico a partir de uma metáfora musical**. Revista Ponta de Lança. Revista de História, memória e Cultura. V. 4, n. 7, out. 2010-abril. 2011. Visitado em: 18/05/2018.

BARZUN, J. **Race: a study in superstition**. Harper & Row Publishers, New York, Evanston and London. Copyright: 1937, 1965.

BENTIVOGLIO, Júlio. **Manual de Teoria da História**. (trad. Grundriss der Historik .Johann G. Droysen). 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. v. 1. 96p

BERTUCCI, Maria Liane. **Saúde no Brasil do início do século XX: tradição, saber científico, reeducação popular**. Texto integrante dos Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Cd-Rom <http://www.anpuhsp.org.br>. Visitado em 02/04/18.

BERTUCCI-MARTINS. **Conhecimento popular e saber científico. Caminhos de cura no início do século XX**. ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa, 2003. <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.380.pdf>. Visitado em 02/04/18.

BLANCKAERT, Claude. **Lógicas da Antropotecnia: mensuração do homem e biosociologia (1860-1920)**. Rev. bras. Hist. São Paulo, v. 21, n. 41, p. 145-156, 2001 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000200008&lng=en&nrm=iso>. access on 20 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882001000200008>.

BOMENY, Helena. **Quando os números confirmam impressões: desafios na educação brasileira**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003. 29f. cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1354.pdf. Visitado em 05/11/17.

BRASIL. **Decreto nº 14.354 de 15 de setembro de 1920**. www2.camara.leg.br. visitado em 30/03/18.

BRASIL. **Decreto nº 528 de 28 de junho de 1890**. www2.camara.leg.br. Visitado em 04/04/18.

BRASIL. **Decreto nº 5.663 de 17 de junho de 1874**. www2.camara.leg.br. Visitado em 04/04/18.

BRITTO, NARA. **Oswaldo Cruz: A construção de um mito na ciência brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1995. 144 p. ISBN 85-85676-09-4.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural**. 2 edição. Editora ZAHAR, Tradução. De Paula, S.G. Edição digital. Rio de Janeiro Junho 2005.

_____. **A Revolução Francesa da Historiografia: A Escola dos Annales 1929-1989**. Trad. Nilo Odália. Ed. Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 1991.

CAMPOS, Maria Inês Batista. **A construção da Identidade Nacional nas crônicas da Revista do Brasil**. São Paulo: Olho D'água. FAPESP. 2011.

CATANI, Denice Bárbara. **A imprensa periódica educacional: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional**. Revista Educação e Filosofia, jun/dez 2015. <http://www.seer.ufu.br/>. Visitado em 19/10/2015.

CATANI, Denice Bárbara. e BASTOS, Maria Helena Camara. (org). **Educação em Revista: a imprensa periódica e a História da Educação**. São Paulo. Escrituras editora, 2002.

CAVALHEIRO, Edgard. **Monteiro Lobato: vida e obra**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

CAVALHEIRO, Edgard. **Monteiro Lobato: vida e obra**. Ed. Brasiliense, 1962, São Paulo.

CHARTIER, R.; e CAVALLO, G. (Org.) **História da leitura no mundo ocidental 2**. São Paulo: Ática, 1999. (Coleção Múltiplas Escritas).

CHARTIER, R. **Defesa e Ilustração da Noção de Representação**. Revista Fronteiras. Dourados, MS. V.13, nº 23 Jan/jun, 2011. www.ufrgs.br/gthistoriaculturals/nocaoderepresentacao.pdf. Visitado em 7/7/18.

CHARTIER, Roger. **A história cultural. Entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

_____ **Formas e sentido. Cultura escrita: entre distinção e apropriação**. Tradução: Matencio. M. L. M. Campinas. SP. Mercado de letras. Coleção Histórias de leitura. 2003.

_____ **Os desafios da escrita**. Trad. Fulvia, M. L. Moretto. Ed. UNESP. São Paulo, 2002.

_____ **O Mundo como representação**. Estudos avançados. Volume. 5, no.11, São Paulo Jan./Apr. 1991

_____ **A ordem do livro: leitores, autores e bibliotecas na europa entre os séculos XIV e XVIII**. Tradução: Mary Del Priore, Brasília. Ed. Universidade de Brasília, 1994.

_____ **A Força das Representações: História e Ficção**. João César de Castro Rocha. (org). Chapecó. SC. Argos, 2011.

CHINEN. Nobuyoshi. **A imagem do negro no humor gráfico brasileiro do século XIX até meados do século XX**. Via Atlântica. Universidade de São Paulo (São Paulo, Brasil). 2011. www.Revista.usp.br. Visitado em 16/10/18

CUNHA, Vívian da Silva. **O isolamento compulsório em questões políticas de combate à lepra no Brasil (1920-1941)**. Dissertação do Mestrado. Programa de Pós-Graduação de História das Ciências da Saúde. COC. 2005, Rio de Janeiro. www.fiocruz.br. Visitado em 30/03/18.

D'ÁVILA. Jerry. **Diploma de brancura: políticas social e racial no Brasil – 1917- 1945**. Tradução: Claudia Sant'ana Martins. Editora: UNESP, São Paulo, 2005.

DEL CONT, Valdecir. **Francis Galton: eugenia e hereditariedade** Sci. stud. vol.6 no.2 São Paulo Apr./June 2008. Visitado em 14/06/ 2017.

_____ **O controle de características genéticas humanas através da institucionalização de práticas socioculturais**. Scientia e Studia, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 511-30, 2013o, v. 11, n. 3, p. 511-30, 2013

De LUCA, Tania Regina. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação**. Fundação Editora da UNESP, São Paulo, 1999.

_____. **A Revista do Brasil (1916-1944)**. Notas de Pesquisa. Fundação Editora da UNESP, São Paulo, 2007.

_____. **Leituras, projetos e (Re)vista(s) do Brasil (1916-1944)**. Fundação da Editora UNESP, São Paulo, 2011.

DIWAN, Pietra. **Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. 2ª edição. São Paulo. Ed. Contexto. São Paulo, 2013.

ENGEL, Magali. **Os Delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro 1830-1930)**. Ed. Fiocruz, 2001. www.ebooks.scielo.org. Visitado em 30/03/18

EUGÊNIO, Alisson. **Esboço historiográfico e indicações de fontes documentais para o estudo da história da medicina, da saúde e da doença no Brasil oitocentista**. Temporalidades – Revista Discente – UFMG. 2011

FARIAS, Kátia Sebastiana Carvalho dos Santos. **Jornais e Revistas como fontes de pesquisa: práticas aritméticas mobilizadas na formação de professores da primeira escola normal do Brasil**. Revista Exitus. Vol. 5, nº 2. Jul./Dez. 2015, Santarém PA. www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos. Visitado em 18/10/2015.

FERREIRA, Karla Vanessa; ROCHA, Kátia Cristina; CAPUTTO, Luciana Zambelli; FONSECA, Alexandre Luiz Afonso; FONSECA, Fernando Luiz Afonso. **História da febre amarela no Brasil e a importância da vacinação anti-amarela**. Revista Arquivos Brasileiros de Ciências da Saúde. V. 36, nº 1, p. 40-47, jan-abril, 2011. www.files.bvs.br. Visitado em 24/03/2018.

FLORES, Maria Bernadete Ramos e MELO, Sabrina Fernandes. **A libertação de Cam: discriminar para igualar**. Sobre a questão racial brasileira. In: RODRIGUES, CC., LUCA, TR. e GUIMARÃES, V., orgs. **Identidades brasileiras: composições e recomposições** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014, pp. 31-86. Desafios Contemporâneos collection. ISBN 978-85-7983-515-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. visitado em 27/09/18.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). Casa de Oswaldo Cruz (COC). Departamento de arquivos e documentação. **Fundo Renato Kehl e Fundo Belisário Penna**. Rio de Janeiro, 2015.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal**. 48ª Edição. Fundação Gilberto Freire, Pernambuco. Editora: Global, 2003.

GABBAY, Eliane. **Psiquiatria e Eugenia no Brasil: 1900-1920**. Ed. Xenon, Rio de Janeiro, 2015.

GALTON, Francis. **Hereditary talent and character**. Macmillan's Magazine, 12, p. 157-66, 318-27, 1865.

_____. **Memories of my life**. London. Methuen. Race improvement, Chapter XX1, 1908. In WWW.galton.org. acesso em: 04/06/2017.

GIOPPO, Christiane. **Eugenia: a higiene como estratégia de segregação**. Educ. rev. Curitiba, n. 12, p. 167-180, Dec. 1996. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40601996000100015&lng=en&nrm=iso>. access on 28 Sept. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.167>.

GONÇALVES, Assis da Silva. **Eugenia em debate: Medicina e Sociedade no 1º Congresso de Brasileiro de Eugenia**. XIV Encontro Regional da ANPUH-RIO Memória e Patrimônio. 19 a 23 de julho de 2010. UNI-RIO. ISBN: 978-85-60-979-08-0. Visitado em 28/09/2018.

GOULD, Stephan Jay. **A falsa medida do homem**. Trad. Valter Lellis Siqueira. Ed. Martins Fontes. São Paulo. 1991.

HABIB, Paula Arantes Botelho Briglia. **Saneamento, Eugenia e Literatura: Os Caminhos Cruzados de Renato Kehl e Monteiro Lobato. (1914-1926)**. Associação Nacional de História – ANPUH XXIV Simpósio Nacional de História – 2007

HALLEWELL, Laurence. **O Livro no Brasil: Sua História** [trad. de Maria da Penha]

HOSPITAL REAL MILITAR E ULTRAMAR. **Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)**. Capturado em 30/03/2018. Online. Disponível na Internet <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>.

KERR, Dorotéia. **A Música no século XX**. Instituto de Artes. Universidade Estadual Paulista Júlia de Mesquita Filho UNESP. 2012. www.acervodigital.unesp.br. Visitado em 06/10/18.

LEÃO NETO, Valdemar Carneiro. **A crise da imigração japonesa no Brasil (1930-1934): contornos diplomáticos**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1989.

LIMA, Zilda Maria Menezes. **O combate a lepra no Ceará: o corpo leproso entre saberes e poderes**. Revista Eletrônica do Mestrado Acadêmico em História da UECE. História e Cultura. V. 1, nº 2, julho-dezembro de 2013.

LIMA, Yone Soares. **A Ilustração na produção literária de São Paulo – década de vinte**. Instituto de Estudos Brasileiros. USP. São Paulo. 1985.

LOBATO, José Bento Monteiro. **A Barca de Gleyre: quarenta anos de correspondência literária entre Monteiro Lobato e Godofredo Rangel**, in obras completas de Monteiro Lobato 1º tomo e 2º tomo. São Paulo: Ed. Nacional, 1955 e 1957.

_____ **Urupês**, J. B. M., v. 1, p.326-7 e 1959 d, p.11, 1959.

_____ **Cartas Escolhidas**, J. B. M., 1º e 2º Tomo, in Obras completas de Monteiro Lobato, 1ª série, vol. 16 e 17. Ed. Brasiliense, 1964, São Paulo.

_____ **Prefácios e Entrevistas**, in Obras completas de Monteiro Lobato, 1ª série, vol. 13. Ed. Brasiliense, 1964, São Paulo.

_____ **O Presidente Negro**. In obras completas de Monteiro Lobato, 1ª série, vol. 5, Ed. Brasiliense, 1964, São Paulo.

_____ **Conferências, Artigos e Crônicas**. In obras completas de Monteiro Lobato, 1ª série, vol. 15, Ed. Brasilienses, 1964, São Paulo.

_____ **Memórias da Emília e Peter Pan**. In obras completas de Monteiro Lobato, 2ª série, vol. 5, Ed. Brasilienses, 1957, São Paulo.

_____ **Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital**, in Obras completas de Monteiro Lobato, 1ª série, vol. 8. Ed. Brasiliense, 1964, São Paulo.

MARINHO, Gabriela, S.M.C. e MOTA, André (organizadores) - **Eugenia e história: ciência, educação e regionalidades**.— São Paulo : USP, Faculdade de Medicina: UFABC, Universidade Federal do ABC: CD.G Casa de Soluções e Editora, 2013. Coleção Medicina, Saúde e História, volume. 4.

MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em revistas: imprensas e práticas culturais em tempos de República, (1890-1922)**. 1ª edição, ed. USP. São Paulo, 2008.

MOREIRA, Silvia Levy. **Ideologia e atuação da Liga Nacionalista de São Paulo (1917-1924)**. USP. São Paulo. 1984. www.revistas.usp.br, acesso em 02/12/2017.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. In: _____ Intelectuais à brasileira. São Paulo, Companhia das Letras, 2001, especialmente capítulos 2 e 3.

NAVARRETE, Eduardo. **Roger Chartier e a Literatura**. Revista Tempo, Espaço e Linguagem (TEL), v. 2 nº 3 p.23-56 Set./Dez. 2011 ISSN 2177-6644. Visitado em 26/02/2018.

NETO, André de F. Pereira. **Identidades profissionais médicas em disputa: Congresso Nacional dos Práticos, Brasil (1922)**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 16(2):399-409, abr-jun, 2000. Visitado em 01/04/18.

PELLON, Luiz Henrique Chad, **As representações eugênicas da assistência na revista Ceará Médico (1930-1935)**. Tese de Doutorado em Enfermagem e Biociências. Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UNI-RIO, Rio de Janeiro. 2013.

PENNA, Belisário. **O Saneamento do Brasil**. 2ª edição, Rio de Janeiro, 1923, Livro digital de obras raras e especiais Fiocruz. www.obrasraras.fiocruz.br. Visitado em 27/03/2018.

PENA, Sérgio D. J.. **Razões para banir o conceito de raça da medicina brasileira**. Hist. cienc. saude-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 321-346, Aug. 2005. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702005000200006&lng=en&nrm=iso. access on 22 Oct. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702005000200006>.

PEREIRA, Mário Eduardo Costa. (2008). **Morel e a questão da degenerescência**. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 11(3), 490-496. <https://dx.doi.org/10.1590/S1415-47142008000300012>. Visitado em 2/4/18.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 3ª edição. Ed. Autêntica. Belo Horizonte, 2007.

PINTO, Edgard Roquette. **Ensaio de Antropologia Brasileira**. Volume. 22. 1933

POMBO, Rocha. **História do Brasil**. Ed. W. M. Jackson Inc. Rio de Janeiro, 1935

PONTE, Carlos Fidélis e FALLEIROS, Iale. **ORG. O sanitarismo (re)descobre o Brasil in: Na corda bamba de sombrinha a saúde no fio da história**– Rio de Janeiro : Fiocruz/COC; Fiocruz/EPSJV, 2010.

REBELO, Fernanda. **A travessia : imigração, saúde e profilaxia internacional (1890-1926)** Rio de Janeiro : s.n., 2010. 325f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2010. Bibliografia: p.298. www.arca.fiocruz.br. Visitado em 2/4/18.

RENSCHLER, Emily. "The Samuel George Morton Cranial Collection" *Expedition Magazine* 50.3 (2008): n. pag. *Expedition Magazine*. Penn Museum, 2008 Web. 27 Sep 2018 <http://www.penn.museum/sites/expedition/?p=8547>visitado em 27/09/18

ROCHA, Simone. **Eugenia no Brasil: análise do discurso “científico” no Boletim de Eugenia: 1929-1933**. 1. Edição. Editora: CRV. Curitiba PR, 2014.

RODRIGUES, Jeorgina Gentil e MARINHO, Sandra Maria Osório Xavier. **A trajetória do periódico científico na Fundação Oswaldo Cruz: perspectivas da Biblioteca de Ciências Biomédicas.** História, Ciências, Saúde-Manguinhos. vol.16 nº 2 Rio de Apr./June 2009.

ROMANI, Carlo Topi. **Antecipando a era Vargas: a Revolução Paulista de 1924 e a efetivação das práticas de controle político e social,** v. 12, n. 23, jul.-dez. 2011, p. 161-178. www.solepro.com.br/Artigos/Historia/1924.pdf. Visitado em 14/08/18.

SÁ, Guilherme José da Silva, SANTOS, Ricardo Ventura, CARVALHO, Claudia Rodrigues e SILVA, Elizabeth Christina da Silva. **Crânios, corpos e medidas: a constituição do acervo de instrumentos antropométricos do Museu Nacional na passagem do século XIX para o XX.** História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p.197-208, jan.-mar. 2008. www.scielo.br/scielo. Visitado em 20/11/2018.

SANTOS, Luiz Antonio de Castro, FARIA, Lina, & MENEZES, Ricardo Fernandes de. (2008). **Contrapontos da história da hanseníase no Brasil: cenários de estigma e confinamento.** *Revista Brasileira de Estudos de População*, 25(1), 167-190. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-30982008000100010>. Visitado em 30/03/18.

SANTOS, Fernando Sérgio Dumas dos e VERANI, Ana Carolina. **Alcoolismo e medicina psiquiátrica no Brasil do início do século XX.** *Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 17, supl. 2, dez. 2010, p. 401-420. Visitado em 18/10/2018.

SANTOS, Tayana Nascimento e JUNIOR, Osnir Claudiano da Silva. **Higienismo e Eugenia no Curso de Especialização em Visitadora Social.** *Revista de Enfermagem UFPE On Line*, v. 9, p. 701-709, 2015. ISSN: 1981.8963. www.Periodicos.Ufpe.br/revistaenfermagem/article. Visitado em 10/10/18.

SAVIORE, Francisco PLATÃO & FIORIN, José Luiz. **Lições de texto: Leitura e Redação.** 5ª edição – São Paulo.: Ática, 2006.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista.** 3ª edição, Ed. Contexto. ABDR. São Paulo. 2009

SCHWARCS, Lilia Moritz. **O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930.** São Paulo. Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Mateus Lobo de Aquino Moura. **Casa Grande & Senzala e o mito da democracia racial.** 39º Encontro Anual da ANPOCS. GT 28, Pensamento Social no Brasil. 26 a 30 de outubro de 2015. www.anpocs.com.br. Visitado em 04/12/18.

SEYFERTH, Giralda. **Colonização, imigração e a questão racial no Brasil.** *Revista USP*, nº 53, p. 117-149, março/maio de 2002. www.revista.usp.br. Visitado em 05/04/18.

SILVA, Renata, R, da. **Monteiro Lobato e a Revista do Brasil (1916-1925): representações de ciência, literatura, arte e história in: _____** Anais do XXVI

Simpósio Nacional da ANPUH – **Associação Nacional de História**, Edição.1ª, Ed. ANPUH-SP. São Paulo, 2011.

SKIDMORE, Thomas. E, **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)**. Trad. Donaldson M. Garschagen. 1 ed. São Paulo, Companhia da Letras, 2012.

SOPHIA, Daniela Carvalho. **A revista Saúde em Debate como fonte e objeto de estudo**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.20, supl., nov. 2013, p.1403-1412.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **Em busca do Brasil: Edgard Roquette Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)**. Natal, RN: EDUFRRN, 2015.

SOUZA, Vanderlei Sebastião. **A Eugenia no Brasil: Ciência e pensamento social no movimento eugenista brasileiro do entre guerras**. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005. <http://anais.anpuh.org>. visitado em 04/04/18.

STEPAN, Nancy Leys. **A eugenia no Brasil – 1917 a 1940**. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (Org.). Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Fiocruz. 2004.

STRAUSS, Claude Lévi. **Raça e História**. 3ª edição. Editora: Presença, Tradução: Inácia Canelas, 1952

_____. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Editora. FIOCRUZ. Rio de Janeiro. 2005.

TAKEUCHI, Marcia Yumi. **A Comunidade nipônica e a legitimação de estigmas: O japonês caricaturizados**. Revista USP, nº 79, setembro/novembro. p. 173-182. São Paulo. 2008. www.revistas.usp.br. Visitado em 05/04/18.

TENOPIR, Carol e KING, Donald, W. **A importância dos periódicos para o trabalho científico**. Revista de Biblioteconomia de Brasília, v. 25, n.1, p. 15-26, 2001, www.brapci.ufpr.br/download, visitado em 15/10/2015.

TIDON, Rosana. **Genética na Escola**. Sociedade Brasileira de Genética. Laboratório de Biologia Evolutiva. Departamento de Genética e Morfologia. Instituto de Ciências Biológicas. Universidade de Brasília, Vol. 9, nº 1, 2014.

TSHICHOLD, Jan. **A forma do livro: ensaios sobre tipografia e estética do livro**. Trad. José Laurencio de Melo. Ateliê Editorial. Cotia. SP. 2007.

VAZQUEZ, Maria Laura Osta. **Feminismo, eugenia, e maternidade nos discursos de duas feministas sufragistas Uruguia e Brasileira**. Revistas Fronteiras Dourados, v. 14, nº 25, p. 55- 68, 2012. MS. www.academia.edu. Visitado em 30/03/18.

VILLALOBOS, Lólio Lourenço de Oliveira e SOUZA, Geraldo Gerson. **Políticas Públicas de Incentivo ao Livro, Leitura e a Literatura**. 3ª edição – São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. 2012.

WITTER, Nikelen Acosta e FARINATTI, Luís Augusto Ebling. Curandeirismo no século XIX: As escolhas do povo. Revista do Centro de Educação UFSM. V. 25, nº. 1, jan-junho de 2000. www.periodicos.ufsm.br. Visitado em 02/04/18.

ZANLOREZI, Claudia Maria Petchk. **História da Educação, Fontes e a Imprensa**. HISTEDBR On-line, Campinas, n.40, p. 60-71, dez.2010 - ISSN: 1676-2584. <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes>, visitado em 13/10/2015.

Periódicos:

REVISTA DO BRASIL. São Paulo. 1916-1925:

LOBATO, Monteiro, A nossa doença, Janeiro, nº 25, 1918

_____. O saneamento do Brasil, janeiro/março, nº 27, 1918

_____. As novas possibilidades das zonas cálidas. Maio, n 29, 1918

A guerra e as doenças mentais. (sem autor). Janeiro, nº 25, 1918

OLIVEIRA FILHO, Manoel Lopes. A Morphea e o milho. Janeiro/março, nº 27, 1918

PEIXOTO, Afrânio. O problema sanitário da Amazônia. Abril, nº 28, 1918

_____. A antiga e a nova medicina: a higiene. Agosto, nº 32, 1918

_____. Outros Males. Novembro, nº 35, 1918

CHAGAS, Carlos. Trypanossomíase americana. Doença do Barbeiro, agosto, nº 32, 1918

ROCHA, Franco. Alcoolismo e loucura. Agosto, nº 32, 1918

_____. Psychiatria. Abril, nº 40, 1919

BARRETO, Plínio. Eugenia. Abril, nº 28, 1918

NORTE, João – Correio paulistano – O sorteio militar. Abril, nº 28, 1918

BARBOSA, Plácido. País leproso. Maio, nº 29, 1918

VIANNA, Oliveira. As pequenas comunidades Mineiras. Julho, nº 31. 1918

PENNA, Belisário. Pequenos cuidados higiênicos. Setembro, nº 33, 1918

_____. A Ankylostomíase. Fevereiro, nº 38, 1919

_____. O momento. Setembro, nº 93, 1923

MOREIRA, Juliano e TERRA, Fernando. A lepra e o isolamento. Setembro, nº 33, 1918

KEHL, Renato. O que é Eugenia. Novembro, nº 35, 1918

_____. O casamento consanguíneo em face de eugenia. Junho, nº 42, 1919

_____. O médico e sua physionomia. Fevereiro, nº 74, 1922

A febre amarela (sem autor). Janeiro, nº 37, 1919

BARBOSA, Ruy. A questão social e a política no Brasil. Abril, nº 40, 1919

ARAGÃO, Beuripare. O bócio e a moléstia de Chagas. Agosto, nº 44, 1919

SODRÉ, Alcindo. A hygiene no Rio Grande do sul. Junho, nº 54, 1920

ALMEIDA, Miguel Osório. A seleção humana. Setembro, nº 57, 1920

CASCUDO, Luiz Câmara. A humanidade do Jeca. Setembro, nº 57, 1920

Os ciganos brasileiros (sem autor). Março, nº 63, 1921

Homem ou mulher, (sem autor). Fevereiro, nº 62, 1921

Transmissão experimental da febre amarela (sem autor), nº 65, 1921

Qual a mulher que sabe amar mais o homem (sem autor), nº 68, 1921

Os pretos dos Estados Unidos: África República negra. (sem autor), nº 70, 1921

O Momento (sem autor). Junho e outubro, nº 78 e 82, 1922

FERRAZ, Brenno. Geca Tatu e o princípio da exceção creadora. Fevereiro, nº 74, 1922

_____. A sub-raça e o Regionalismo. Março, nº 75, 1922

COARACY, V. Os dois Brasis. Abril, nº 76, 1922

O fumo como antisséptico (sem autor). Julho, nº 79, 1922

A potassa e o fumo (sem autor). Julho, nº 79, 1922

MACHADO, Orlando. Reivindicação feminina em New York. Maio, nº 89, 1923

Feminismo e antialcoolismo (sem autor). Maio, nº 89, 1923

MAURANO, Heitor. A especulação da Saúde Pública. Julho, nº 91, 1923

LESSA, Gustavo. Aspectos modernos da alimentação. Agosto, nº 92, 1923

MORAES, Evaristo de. A Ascensão dos mulatos. Outubro, nº 94, 1923

CIANCIO, Nicolau. A syphilis. Fevereiro, nº 98, 1924

Imunização contra a tuberculose (sem autor). Dezembro, nº 108, 1924

CHATEAUBRIAND, Assis. Abril, nº 112, 1925

BOLETIM DE EUGENIA. <http://old.ppi.uem.br/gephe/BE>, acesso em 5, 6, 7 e 8/junho/17:

O Eugenismo das Elites. (sem autor). Maio, ano. 3, nº 29. 1931

GOVAERTS E SCRAENEN. Inquérito Eugênico. Janeiro, ano. 2, nº 13, 1930

DANTAS, Júlio. A propósito da eugenia: degenerados. Junho, ano. 2, nº 18, 1930

KEHL, Renato. Linhagens: pais e avós. Fevereiro, ano. 2, nº 14, 1930

_____. Crescei e Multiplicai. Junho, ano. 2, nº 11, 1930

_____. O problema do casamento e a semana da previdência. Junho, ano. 2, nº 18, 1930

_____. Limitação da nacionalidade. Dezembro, ano. 1, nº 12, 1929

_____. Médicos, curandeiros e charlatões. Março, ano. 1, nº 3, 1929

RECANSAS, Sebastião. Eugenia e Procriação. Abril, ano. 1, nº 4, 1929

DELFINO, Victor. O atestado pré-nupcial. Dezembro, ano. 1, nº 12, 1929

ACADEMIA NACIONAL DE MEDICINA. Os imigrantes japoneses. Setembro, ano. 1, nº 9, 1929

TELLES, Antônio Queiroz. O problema imigratório e o futuro do Brasil. Novembro, ano. 1, nº 11, 1929

ASUA, Luiz Gimenez. Aspectos jurídicos da maternidade consciente. Junho/julho. Ano. 1, nº 6 e 7, 1929

Biografia Monteiro Lobato. www.coladaweb.com/resumos/urupes-monteiro-lobato. Visitado em 12/12/17

www.mac.usp.br/mac/templates/projetos/educativo/paranoia.html. Paranóia ou Mistificação. Jornal O Estado de São. Paulo. 20 de dezembro de 1917. Visitado em 18/9/18

APÊNDICE

A partir da indicação do grupo de estudos do Laboratório de Abordagens Científicas na História da Enfermagem (LACENF), a primeira tentativa em encontrar os periódicos foi em 25 de fevereiro de 2015, em uma busca aleatória na Biblioteca da Casa de Oswaldo (FIOCRUZ), onde fui informada pela profissional, que lá só havia documentos recentes (década de 80) da Revista do Brasil, e sugeriu que eu procurasse a Academia Brasileira de Letras (ABL).

Nessa conjuntura, na semana seguinte, 02 de março de 2015 a ABL, situada na Rua Presidente Wilson, nº 203, no Castelo - RJ, na tentativa de encontrar materiais referentes a Revista do Brasil, sendo encaminhada para a Biblioteca Rodolpho Garcia, no 2º andar do palácio Austregésilo de Athayde, onde em primeira instancia, foi necessário meu credenciamento como usuária para pesquisa para e somente depois ser recebida pela bibliotecária, que pesquisou em seu acervo e me informou que possuía praticamente todos periódicos do período solicitado, exceto o número 31 de julho de 1918 e as cinco últimas revistas editadas entre janeiro e maio de 1925.

Neste mesmo dia, foi realizada a solicitação de autorização para fotografar o acervo, sendo atendida positivamente, com a responsabilidade de reprodução do material exclusivamente para pesquisa e todas as fotos retiradas teriam que ser repassadas uma cópia para o computador da biblioteca sob os cuidados da bibliotecária.

Com toda documentação acertada, fui encaminhada a uma sala específica para manuseio de obras raras, sendo necessário uso de luvas para proteção do material pesquisado, onde, conforme a possibilidade de horário, foi combinado o cronograma dos dias de estudo.

Dessa forma, tive a oportunidade de manusear e de fotografar em máquina digital cada um dos exemplares da Revista do Brasil, contando com as capas, artigos relacionados à saúde e a eugenia, propagandas e resenhas, que foram armazenadas em Disco Rígido com *backup* em computador próprio. Ressalto, que algumas das revistas já não possuíam suas capas originais, tendo sido reencapadas, em alguns casos, até três edições juntas, como foi o caso dos periódicos de janeiro, fevereiro e março de 1918 que foram unidas em uma única encadernação.

Nesse mesmo período, de forma concomitante, para compreender melhor a eugenia e suas representações, bem como sua relação com o movimento higienista no século XX, procurei o Departamento de Arquivos e Documentação (DAD), da Casa Oswaldo Cruz (COC)

situado na Avenida Brasil nº 4036 anexo, sala 614 e reservei dois dias para pesquisar documentos do fundo Belisário Penna e do fundo Renato Kehl.

Tal qual ocorrido na Academia Brasileira de Letras (ABL), na Casa Oswaldo Cruz também foi necessário solicitar por escrito a autorização para digitalização do material além do uso de luvas, sem necessitar, no entanto, do repasse do material fotografado para a bibliotecária. O armazenamento desse documento foi realizado exatamente da mesma forma que o anterior. Para maior celeridade da pesquisa, todo o material dos Fundos Belisário Penna e Renato Kehl, foram fotografados para, posteriormente, serem analisados (no LACENF e em casa). Para completar os periódicos que restavam para a pesquisa, realizei uma busca via internet, em várias bibliotecas digitais, priorizando as do estado do Rio de Janeiro. Como não obtive sucesso, passei a busca para o estado de São Paulo onde encontrei no Banco de dados bibliográficos da USP (Universidade de São Paulo), através do site www.dedalus.usp.br, que me transferiu para o acervo da Biblioteca do Museu Republicano da USP, (localizada na Rua Barão de Itaim, nº 67, no Centro Histórico de Itu – SP) que possuía todos os números da Revista do Brasil que faltavam para minha pesquisa.

Em 14 de julho de 2015, entrei em contato com a biblioteca, por ligação telefônica (011-40230240), para obter maiores informações para acesso ao material e fui informada pelo bibliotecário que eu poderia receber as cópias das revistas de forma digitalizadas, mediante autorização da responsável técnica da biblioteca, através do email biblmp@usp.br.

Nessa conjuntura, foi enviado uma mensagem de solicitação no mesmo dia, recebendo resposta positiva em 28 de julho de 2015, com uma ficha em anexo solicitando meus dados pessoais, a descrição da minha pesquisa, nome da instituição de ensino que faço parte e orientador do estudo, além de um termo de responsabilidade para o uso do material apenas para fins acadêmicos, que deveria ser assinado, digitalizado e encaminhado para o Museu Republicano.

Em 04 de agosto de 2015, recebi um email do bibliotecário informando que iniciaria os envios das revistas digitalizadas. Sendo três periódicos (nº 31 / julho de 1918, nº 109 e nº 110 / jan e fev de 1925) na mesma data e os demais (nº 111, nº 112 e nº 113 / mar, abril e maio) em 18 de setembro de 2015, ambos através do serviço de armazenamento em nuvem (Dropbox) e realizado *backup* em dispositivo removível.